

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
NÍVEL DOUTORADO**

CAMILA NIED

**EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO
NA ADOLESCÊNCIA**

**São Leopoldo
2025**

CAMILA NIED

EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ADOLESCÊNCIA

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva, pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. José Roque Junges

Coorientadora: Dra. Priscila Pereira da Silva Lopes

São Leopoldo

2025

N666e Nied, Camila.
Experiências de sofrimento psíquico na adolescência /
Camila Nied. – 2025.
154 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2025.

“Orientador: Prof. Dr. José Roque Jungues
Coorientadora: Profa. Dra. Priscila Pereira da Silva Lopes”

1. Adolescentes. 2. Fenomenologia. 3. Relações familiares.
4. Saúde mental. 5. Sofrimento psíquico. I. Título.

CDU 614

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

AGRADECIMENTO A CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por meio da bolsa taxa CAPES/PROSUC – Modalidade II, amparada na legislação vigente pela Portaria nº 149/2017 da CAPES, de 1º de agosto de 2017.

Dedico este trabalho à Martina, minha pequena e grande razão de viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos adolescentes que participaram da pesquisa, não só por dividir suas experiências, mas também por mostrar que eles são as pessoas mais preparadas para falar sobre a adolescência.

Agradeço à direção e coordenação da escola onde desenvolvi a pesquisa por me receberam de braços e coração abertos.

Agradeço à Karol, amiga e observadora no momento do trabalho de campo, com seu olhar apurado e anotações impecáveis foi possível retratar o momento das oficinas junto aos adolescentes.

Professor Roque, obrigada por estar ao meu lado na orientação do trabalho de conclusão de curso da graduação, na dissertação de mestrado e agora na tese de doutorado. Obrigada abraçar junto comigo a temática da saúde mental e a sociologia fenomenológica. Obrigada pelas palavras positivas de acolhimento quando minha ansiedade durante a gravidez veio à tona, e obrigada por toda a paciência durante o processo de escrita. Você é uma pessoa incrível.

Priscila, amiga, colega de pós-graduação e por fim, coorientadora! Obrigada por revisar cada linha do meu trabalho com tanta maestria. Obrigada por me entender e me incentivar durante o processo de escrita. Você foi fundamental.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva por todos os ensinamentos e acréscimos à tese.

À minha sogra, Marisa, por dar tanto amor e carinho à minha filha, permitindo que eu me ausentasse para a escrita da tese. Você é maravilhosa.

Aos meus pais, Marli e Reni, e meu irmão Julian, por serem minha base forte, por não permitirem que eu desistisse da tese quando a maternidade estava falando mais alto. Obrigada por manifestarem tanto orgulho da minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu marido, Giovani, por ser meu maior incentivador! Obrigada por ser meu porto seguro em meio às tempestades, por ouvir com atenção as minhas ideias e por vibrar fortemente em todas as minhas conquistas.

Agradeço à minha filha Martina que me acompanhou desde o trabalho de campo. Obrigada filha por compreender, do seu jeitinho, que a mamãe precisava trabalhar em alguns momentos. É tudo por você, minha pequena “*Marmar*”.

Por fim, agradeço ao Papai do Céu que permitiu que eu vivesse cada segundo dessa trajetória com propósito e resiliência.

DAS UTOPIAS

“Se as coisas são inatingíveis... ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora

A presença distante das estrelas!”

Mário Quintana

RESUMO DA TESE

A presente tese, elaborada no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), teve como temática central as experiências de sofrimento psíquico de adolescentes. A pesquisa objetivou compreender como os adolescentes vivenciam o sofrimento psíquico e o significado das ações no mundo da vida, fundamentando-se na sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. O estudo qualitativo foi desenvolvido em uma escola pública do Rio Grande do Sul, a partir de entrevistas individuais com 20 estudantes de 16 a 19 anos realizadas em 2023. Permitiu-se interpretar as experiências dos adolescentes à luz de conceitos como situação biográfica, estoque de conhecimento, motivações e tipificações. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos sob parecer número 6.186.778. Os resultados se desdobram em dois artigos: o primeiro discute as motivações para o trabalho na adolescência, temática que surgiu de forma significativa nas entrevistas e análises, enquanto o segundo volta-se às experiências de sofrimento psíquico e ao significado da ação diante dessa vivência. Os resultados do primeiro artigo evidenciaram que o trabalho na adolescência, ainda que permeado por dificuldades, é significado pelos adolescentes como possibilidade de autonomia, pertencimento e reconhecimento social, constituindo-se como ação social situada e marcada por múltiplas motivações. O segundo artigo evidenciou que o sofrimento psíquico emerge principalmente das fragilidades nas relações familiares e escolares e se expressa na indizibilidade, frequentemente silenciada ou banalizada pelos outros. As ações mobilizadas diante dessas vivências variaram entre o silêncio, a autolesão, a busca de apoio e a construção de formas próprias de ressignificação. A convergência entre os achados da tese demonstra que a adolescência deve ser compreendida como experiência situada no mundo da vida, e não apenas como uma etapa normativa do desenvolvimento, reconhecendo os adolescentes como sujeitos de ação social. Ao problematizar fenômenos frequentemente tratados de modo normativo ou patologizante, a tese contribui para ampliar o debate sobre a adolescência e saúde mental no campo da Saúde Coletiva, oferecendo subsídios para pesquisas futuras, políticas públicas e práticas de cuidado que valorizem a singularidade dos adolescentes, fortaleçam a escuta qualificada e ampliem as redes de apoio intersetoriais.

Palavras-chave: Saúde Mental; Adolescentes; Fenomenologia.

THESIS ABSTRACT

This doctoral thesis, developed within the Graduate Program in Public Health at the University of Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), focused on the experiences of psychological suffering among adolescents. The research aimed to understand how adolescents experience psychological suffering and the meaning of their actions in the life-world, grounded in the sociological phenomenology of Alfred Schutz. The qualitative study was conducted in a public school in Rio Grande do Sul, Brazil, through individual interviews with 20 students aged 16 to 19, carried out in 2023. The analysis interpreted adolescents' experiences through concepts such as biographical situation, stock of knowledge, motivations, and typifications. The project was approved by the Research Ethics Committee of UNISINOS under opinion number 6.186.778. The results unfold into two articles: the first discusses adolescents' motivations for work — a theme that emerged significantly during interviews and analysis — while the second focuses on experiences of psychological suffering and the meaning of action in the face of such experiences. Findings from the first article revealed that adolescent work, although marked by challenges, is understood by adolescents as a possibility for autonomy, belonging, and social recognition, thus constituting a situated social action shaped by multiple motivations. The second article showed that psychological suffering mainly arises from fragile family and school relationships and is expressed through “unspeakability,” often silenced or trivialized by others. The actions mobilized in response to these experiences ranged from silence and self-injury to seeking support and developing personal ways of re-signification. The convergence of the thesis findings demonstrates that adolescence should be understood as an experience situated in the life-world, rather than merely as a normative stage of development, recognizing adolescents as subjects of social action. By problematizing phenomena often treated in normative or pathologizing ways, this thesis contributes to broadening the debate on adolescence and mental health in the field of Public Health, offering insights for future research, public policies, and care practices that value adolescents' uniqueness, strengthen qualified listening, and expand intersectoral support networks.

Keywords: Mental Health; Adolescents; Phenomenology.

LISTA DE SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CDC	Centers for Disease Control and Prevention
CNPM	Conselho Nacional do Ministério Público
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ERICA	Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNAISC	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RS	Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
WHO	World Health Organization

LISTA DE QUADROS

Artigo Original I: A experiência do trabalho na vida de adolescentes escolares: um estudo fenomenológico

Quadro 1 - Perfil sociodemográfico dos adolescentes do segundo ano do ensino médio entrevistados em uma escola pública do Rio Grande do Sul, 2023	111
Quadro 2 - Motivações da ação de trabalhar na adolescência segundo adolescentes escolares de uma escola pública do Rio Grande do Sul, 2023.....	113

SUMÁRIO DA TESE

APRESENTAÇÃO DA TESE.....	12
PARTE UM: PROJETO DE PESQUISA.....	13
PARTE DOIS: RELATÓRIO DE CAMPO	71
PARTE TRÊS: ARTIGOS CIENTÍFICOS	104
ARTIGO ORIGINAL I: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO NA VIDA DE ADOLESCENTES ESCOLARES: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO	105
ARTIGO ORIGINAL II: ENTRE SILÊNCIOS E SIGNIFICADOS: EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ADOLESCÊNCIA A PARTIR DA SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	153

APRESENTAÇÃO DA TESE

Seguindo as normativas do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a presente tese é composta por três partes:

- **Parte um: projeto de pesquisa:** nesta seção será apresentado o projeto de pesquisa que detalha as etapas de planejamento do estudo, bem como os fundamentos teóricos de base para a pesquisa. O projeto foi aprovado pela banca de qualificação em agosto de 2023 e foram realizadas alterações em seu texto após análise das sugestões dos componentes da banca.
- **Parte dois: relatório de campo:** descreve as etapas desenvolvidas nos quatro anos de doutorado para a construção da tese.
- **Parte três: artigos científicos:** apresenta os dois artigos científicos desenvolvidos a partir da pesquisa:
 - **Artigo Original I:** *“A experiência do trabalho na vida de adolescentes escolares: um estudo fenomenológico”* artigo submetido para a revista Saúde e Sociedade em 17 de abril de 2025.
 - **Artigo Original II:** *“Entre silêncios e significados: experiências de sofrimento psíquico na adolescência a partir da sociologia fenomenológica”* artigo ainda não submetido à revista científica.

PARTE UM: PROJETO DE PESQUISA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronograma de pesquisa	14
---	----

SUMÁRIO DO PROJETO DE PESQUISA

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA	19
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	19
1.3 PROBLEMA	19
1.4 OBJETIVOS	19
1.4.1 Objetivo geral	19
1.4.2 Objetivos específicos.....	19
1.5 JUSTIFICATIVA	20
2 REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 CONTEXTUALIZANDO A ADOLESCÊNCIA	25
2.2 SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ADOLESCÊNCIA	27
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	33
2.4 A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE ALFRED SCHUTZ.....	36
3 METODOLOGIA	42
3.1 TIPO DE ESTUDO	42
3.2 CENÁRIO DO ESTUDO.....	43
3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	45
3.4 PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES	48
3.5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	50
4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	51
5 CRONOGRAMA	53
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE I – ROTEIRO DA DINÂMICA DE ABERTURA “JOGO DOS QUADRADOS”	62
APÊNDICE II – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA OFICINA.....	63
APÊNDICE III – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	64
APÊNDICE IV - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DO(A) ADOLESCENTE	66
APÊNDICE V - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) ADOLESCENTE	67
ANEXO I - CARTA DE ANUÊNCIA	69
ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	70

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é marcada por mudanças físicas, psíquicas e sociais, onde o sujeito passa a residir em um corpo fisicamente diferente, que busca a constituição de uma identidade social (BIAZUS; RAMIRES, 2012). O adolescente busca essa identidade em uma sociedade que tem significações já construídas sobre a adolescência, as quais atuam como referências e influenciam na construção da subjetividade dos adolescentes, produzindo uma pluralidade de adolescências (OZELLA, 2008).

Dentro desse processo complexo de experiências, a saúde mental do adolescente está vulnerável (BENETTI et al., 2007; WHO, 2014). O sofrimento psíquico dessa população aparece associado a fatores psicossociais complexos como violências, relacionamento familiar difícil, baixa auto-estima, baixo desempenho escolar (AVANCI et al., 2007), submissão a situações de bullying e cyberbullying (HINDUJA; PATCHIN, 2010), intolerância à identidade de gênero e orientação sexual (DA SILVA et al., 2021) e uso prolongado da internet (MASIH; RAJKUMAR, 2019).

Nesse contexto, os adolescentes apresentam maior vulnerabilidade para vivenciar situações e sintomas de sofrimento psíquico, como depressão, ansiedade, transtornos comportamentais, suicídio, abuso de drogas, entre outros (BENETTI et al., 2007; WHO, 2014). Têm-se indicado que grande parte dos adultos com sofrimento psíquico já apresentava na adolescência os primeiros sinais (PATEL et al. 2007).

Sendo assim, a saúde mental e o sofrimento psíquico na adolescência são objetos de estudo, devido ao aumento no número de transtornos mentais, autolesão sem intenção suicida e tentativas de suicídio entre a população adolescente (LOPES et al., 2016; CICOGNA; HILLESHEIM; HALLAL, 2019). Somado a isso, com a instauração da pandemia do novo coronavírus em março de 2020 (OPAS, 2020), associada a medidas de bloqueio epidemiológico implantadas no mundo inteiro, dentre eles o isolamento social, que ocasionou o fechamento de escolas, parques, praias, quadras de esportes, shoppings, entre outros serviços, surge maior preocupação com a saúde mental da população, especialmente dos adolescentes. Logo, a pandemia causou o recrudescimento de fatores psicossociais associados ao sofrimento psíquico na adolescência (BANERJEE, 2020).

Amran (2022) explorou três fatores psicossociais relacionados a pandemia que causam repercussão na saúde mental dos adolescentes: isolamento social, o qual levou ao desenvolvimento de pensamentos negativos, distúrbios de sono, uso aumentado da internet; ambiente familiar, onde observou-se o aumento de conflitos com os pais e dificuldades de comunicação entre os membros; e o afastamento presencial da escola, que ocasionou acúmulo de trabalhos e dificuldade de compreensão da educação na modalidade online.

Existem lacunas sobre as consequências da pandemia para o desenvolvimento psíquico dos adolescentes, apesar do fenômeno do sofrimento psíquico já ser objeto de estudo mesmo antes da pandemia. Associado a isso, historicamente na construção das políticas públicas voltadas para a saúde mental desta população, é evidenciada a baixa participação dos adolescentes como protagonistas deste percurso (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019). Logo, é necessário produzir conhecimento para promover o cuidado individual e coletivo à saúde mental desta população (GADAGNOTO, 2022), diante da conjuntura que se apresenta nos anos seguintes, considerando os contextos sociais, as subjetividades e as mudanças provocadas pelas experiências de sofrimento psíquico no mundo das relações familiares, escolares e das vivências com pares entre os adolescentes.

Os adolescentes são sujeitos singulares e criam significados particulares para as suas vivências. Nesse sentido, a fenomenologia se apresenta como um método interessado na experiência vivida pelas pessoas em seu mundo da vida, de forma que o “ser” é a base das existências no mundo. Sendo assim, através da fenomenologia é possível iluminar o mundo dos adolescentes que vivenciam ou já vivenciaram experiências de sofrimento psíquico durante suas adolescências e olhar para eles em sua dimensão humana. Neste movimento de compreender as experiências de sofrimento psíquico, através dos significados delas para os adolescentes, olhando para o fenômeno como ele é na sua essência, abre-se a possibilidade de encontrar caminhos mais efetivos para construir para a promoção, prevenção e atenção ao sofrimento psíquico destes sujeitos (SCHNEIDER, 1996).

O estudo propõe compreender como os adolescentes vivenciam o sofrimento psíquico e atribuem significados às suas ações no mundo da vida. Além disso, pretende descrever a situação biográfica por meio do estoque de conhecimento dos adolescentes para explorar as ações de buscar, ou não, ajuda diante do sofrimento psíquico, destacando as subjetividades e as relações do “ser adolescente” na

produção do conhecimento, bem como os caminhos que os adolescentes percorrem quando decidem agir diante do sofrimento psíquico.

A partir disso, a abordagem metodológica da Sociologia Fenomenológica de Alfred Schütz e seus conceitos serão o pano de fundo da tese, para a compreensão do fenômeno do sofrimento psíquico na adolescência, devolvendo para a sociedade, principalmente para os serviços que assistem os adolescentes, a possibilidade de propor estratégias individuais e coletivas que fortaleçam a rede de apoio social e familiar do adolescente em sofrimento psíquico.

1.1 TEMA

Saúde mental de adolescentes.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Experiências de sofrimento psíquico em adolescentes.

1.3 PROBLEMA

Como os adolescentes significam e revelam suas experiências de sofrimento psíquico na construção da adolescência e em suas ações no mundo da vida?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Compreender como os adolescentes vivenciam o sofrimento psíquico e atribuem significados às suas ações no mundo da vida.

1.4.2 Objetivos específicos

A seguir serão apresentados os objetivos específicos da tese:

- a) Apreender a situação biográfica dos adolescentes por meio do estoque de conhecimento que orienta suas compreensões sobre a adolescência;

- b) Explorar as experiências de sofrimento psíquico no mundo da vida dos adolescentes, considerando as relações com pares, família e escola;
- c) Compreender o significado da ação de buscar, ou não, ajuda diante do sofrimento psíquico.

1.5 JUSTIFICATIVA

A saúde mental e o sofrimento psíquico na adolescência são objetos de estudo e preocupação em relação ao aumento no número de transtornos mentais, automutilação e tentativas de suicídio entre a população adolescente (LOPES et al., 2016; CICOGNA; HILLESHEIM; HALLAL, 2019). Porém, em relação à área de conhecimento da saúde coletiva, a própria temática da adolescência ainda é emergente.

A motivação para a realização desta tese emergiu da pesquisa de dissertação de mestrado executada pela pesquisadora, cujo objetivo era analisar a assistência prestada aos adolescentes com comportamento suicida na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a partir do ponto de vista dos profissionais. A pesquisa revelou que os profissionais reconhecem o fenômeno do comportamento suicida entre os adolescentes como sendo multicausal e de difícil prevenção para os serviços de saúde. Uma explicação para essa dificuldade na prevenção, seria a complexidade do comportamento suicida, que envolve desde as frágeis relações familiares até vulnerabilidades individuais dos adolescentes, e a fragilidade da criação de vínculos entre os adolescentes e os serviços de saúde. Por vezes, os profissionais de saúde justificaram a dificuldade de vínculo como uma “*coisa de adolescente*”, o que evidencia limitações na compreensão da adolescência e pode contribuir para a baixa participação dos adolescentes nas ações de prevenção e nas decisões sobre seu planejamento terapêutico (NIED et al., 2024).

Aliado a isso, a pesquisa de dissertação revelou que na maioria das vezes, os adolescentes e suas famílias procuram os serviços de saúde quando manifestam sinais e sintomas que denunciam sofrimento psíquico grave, como a automutilação, ideação suicida e tentativas de suicídio. Este fato demonstrou a dificuldade de identificar precocemente os adolescentes com manifestações de sofrimento psíquico no território ou aqueles com fatores de risco para transtornos mentais. Mais difícil ainda, revelou-se a prevenção universal do comportamento suicida no território,

relacionado às dificuldades de comunicação dentro de RAPS para a construção de um trabalho intersetorial, coordenado pela Atenção Primária à Saúde e, no contexto estudado, articulado principalmente com as escolas dos territórios.

Considerando o sofrimento psíquico dos adolescentes, o comportamento suicida pode ser considerado uma das manifestações mais graves desta situação, pois ameaça a vida do adolescente. Nessa perspectiva, o sofrimento psíquico é considerado um fenômeno multicausal, podendo também se manifestar através de sinais e sintomas vagos e de difícil percepção no cotidiano, como tristeza, desânimo, isolamento, ansiedade, entre outros, e manifestando-se na agudização de transtornos mentais comuns (TMC). (LOPES et al., 2016)

Em relação a prevalência de transtornos mentais no Brasil, Lopes et al. (2016) analisou os dados do “Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA)” e revelou a prevalência de TMC em 30% dos adolescentes de uma amostra nacional de base escolar. Os autores destacam que apesar da prevalência relatada, os transtornos mentais podem ser de difícil identificação por gestores escolares e por profissionais da saúde, pois manifestam-se muitas vezes através de sintomas silenciosos.

Somado a isso, estudos analisam como esse cenário pode ter sido agravado com o advento da pandemia de Coronavirus Disease 19 (COVID-19), devido às imposições de isolamento social, fechamento de escolas e de serviços de apoio e recreação. Este fato expôs os adolescentes a necessidade de passar mais tempo no convívio familiar, limitou relações sociais presenciais e aumentou a dependência da internet, contribuindo para o recrudescimento vulnerabilidades na saúde mental desta população, alertando para o aumento de sintomas de ansiedade e depressão, quando comparado às estimativas anteriores a pandemia (SAMJI et al., 2022), vivência de sentimentos de medo, tristeza e ideação suicida (GADAGNOTO, 2022), bem como alertam para aumento de violências intrafamiliares (OLIVEIRA et al., 2022) e possibilidade de impactos negativos no desempenho escolar (ROCHE et al., 2022).

No que diz respeito às publicações sobre a adolescência na saúde coletiva, Assis, Avanci e Serpeloni (2020) revisitaram 25 anos de publicações na Revista Ciência e Saúde Coletiva, analisando os estudos sobre o tema. A revisão relatou que os temas abordados nas pesquisas são relacionados a atributos individuais dos adolescentes; atributos familiares; relações entre pares; abrangência social;

condições de saúde e doenças; acidentes e violências; e atuação profissional e de serviços. Nesse contexto, os autores destacam a lacuna de publicações que abrangem a saúde na adolescência de maneira sistêmica, refletindo sobre a dificuldade de trabalhar a promoção da saúde desta população para além das doenças, destacando a necessidade de colocar os adolescentes como protagonistas na construção de políticas de saúde que garantam seus direitos enquanto cidadãos.

Nesse contexto, revela-se que as políticas públicas destinadas a adolescência foram verticalizadas na lógica do saber técnico predominando sob a compreensão integral do indivíduo. A própria produção acadêmica, que deveria extrapolar o conhecimento sobre as doenças, sejam elas de origem física ou mental, necessita mudar sua lógica para dar voz aos adolescentes em seus ambientes, como por exemplo nas escolas, objetivando auxiliar na construção da atenção integral à saúde da adolescência (ASSIS; AVANCI; SERPELONI, 2020).

Em relação às teses produzidas sobre a temática na área de conhecimento da saúde coletiva, consulta ao repositório da CAPES com o termo de busca “adolescência”, revelou a produção de 116 teses sobre a temática. Filtrando os últimos cinco anos (2018 a 2022), revela-se a produção de 24 teses com a temática da adolescência. Realizou-se análise dos resumos das teses dos últimos cinco anos e apenas sete tinham relação com a temática da saúde mental, abordando: dependência de internet, violências familiares, comunitárias e em relacionamentos íntimos, problemas comportamentais relacionados a adolescência e transtornos de neurodesenvolvimento.

Ainda sobre a produção de conhecimento na saúde coletiva, pode-se refletir sobre a inclusão tardia da população infantojuvenil com sofrimento psíquico no processo de construção da atenção à saúde mental após a reforma psiquiátrica brasileira. A transformação do campo, com um olhar para a saúde mental das crianças e adolescentes é uma ação recente. Estudo de Braga e D'Oliveira (2019) revelou, através de revisão narrativa da literatura em documentos técnicos e institucionais, bases legais, livros e artigos que abordam o percurso de criação e implementação de políticas públicas no campo da saúde mental, a baixa participação das crianças e adolescentes no processo de elaboração das políticas.

Portanto, o sofrimento psíquico se apresenta como um fenômeno coletivo e presente na adolescência, antes e após a pandemia da COVID-19, sendo multicausal, o que significa que é influenciado por um mundo de fatores

biopsicossociais que circundam o adolescente e que influenciam suas experiências. Dessa maneira, o presente estudo propõe aprofundar o conhecimento da saúde coletiva sobre este fenômeno, trazendo o sofrimento psíquico na adolescência como tema transversal, a fim de contribuir para o protagonismo dos adolescentes, sejam estes acometidos por transtornos mentais ou não, na atenção à saúde mental desta população.

Nesse contexto, objetiva apreender as experiências de sofrimento psíquico na adolescência e nas relações no mundo da vida. Para adentrar no fenômeno do sofrimento psíquico, o objeto de estudo perpassa pelos conhecimentos da fenomenologia sociológica, que através de conceitos como mundo da vida, estoque de conhecimento e experiências significativas, fornece a possibilidade de o pesquisador olhar para o fenômeno voltando-se aos sujeitos e aproximando-se de suas subjetividades e singularidades (SCHUTZ, 1979).

Nesse contexto, a pesquisa direciona seu foco analítico para compreender: o que é sofrimento psíquico para os adolescentes? Como agem ou já agiram nessas situações? Destaca-se que a pesquisa irá levar estes questionamentos para os adolescentes no contexto escolar e não no contexto dos serviços de saúde, como já direcionado em outras pesquisas sobre sofrimento psíquico na adolescência (ROSSI et al., 2019; CRIVELATTI; DURMAN; HOFSTATTER, 2006). Ou seja, a pesquisadora irá se debruçar sobre o sofrimento psíquico sem considerar como critério de inclusão diagnósticos médicos ou estar em acompanhamento por serviço especializado em saúde mental.

Nesse sentido, o estudo pretende ampliar reflexões para além da atenção fornecida pelos serviços de saúde, analisando a partir da fenomenologia as experiências de sofrimento psíquico e suas possíveis repercussões, com o intuito de compreender os “motivos a fim de” e “motivos por que” os adolescentes buscam ajuda diante do sofrimento, portanto contribuindo na promoção e proteção da saúde mental na adolescência. Ademais, a abordagem fenomenológica ancora o objeto de tese, pois ela parte das experiências e da ação do ser humano, o qual vive e interage no mundo da vida.

Na fenomenologia o ponto de partida são as experiências reais e vividas, aquelas que fluem espontaneamente, carregadas de laços e memórias relativas a outras experiências anteriores (SCHUTZ, 1979). Sendo assim, ao colocar as experiências de sofrimento psíquico como objeto central do estudo, é possível

aproximar-se das perspectivas das quais o objeto é de fato visto ou lembrado e como ele é significado durante a adolescência, buscando descrever como o fenômeno se apresenta para os adolescentes e o significado da ação diante da experiência de sofrimento psíquico.

O estudo irá contribuir com políticas públicas do campo da educação e da saúde coletiva, ampliando a possibilidade de olhar para o fenômeno do sofrimento psíquico considerando como os adolescentes dão sentido e inteligibilidade às suas ações diante do sofrimento psíquico, sendo que essas ações podem perpassar tanto pelo campo da educação, quanto pelo campo da saúde. Além disso, também poderá subsidiar a construção de estratégias no município voltadas para a prevenção e promoção da saúde mental dos adolescentes nos espaços da escola e da própria comunidade. Poderá fornecer materiais para reflexão e posterior expansão de respostas da Rede de Atenção Psicossocial sobre o sofrimento e ampliar as possíveis interações com os outros dispositivos que assistem os adolescentes.

Logo, a tese irá produzir conhecimentos para superar suposições, sobre o que é prejudicial ou benéfico, sem antes conhecer as vivências dos adolescentes e os sentidos atribuídos por eles à experiência. Dessa maneira, irá assumir uma postura reflexiva crítica, com implicações para as práticas de cuidado com essa população, pois se propõe a compreender os múltiplos significados que constituem a experiência do sofrimento psíquico, destacando o viver do adolescente em *seu* mundo da vida, visando a possibilidade de propor estratégias individuais e coletivas que fortaleçam a rede de apoio social e familiar do adolescente em sofrimento psíquico.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A fundamentação teórica do projeto de tese será apresentada com as seguintes seções: 2.1) Contextualizando a adolescência; 2.2) Sofrimento psíquico na adolescência; 2.3) Políticas Públicas de Saúde Mental na Adolescência; 2.4) A sociologia fenomenológica de Alfred Schütz.

2.1 CONTEXTUALIZANDO A ADOLESCÊNCIA

A concepção de adolescência alcançou relevância no século XIX através do romantismo na literatura e pelo ideário do individualismo na sociedade, contando também com a expansão da escolarização e com complexificação da entrada no mercado de trabalho. Somente no século XX, consolidou-se o conceito social de adolescência, considerando a maior diversificação das áreas do conhecimento no sistema escolar, o que aumentou o período de dependência dos adolescentes em relação à família. Desde então, os estudos sobre a adolescência vêm se consolidando, principalmente nas áreas da psicologia e da educação. Cunha-se no século XX a definição da adolescência como uma fase natural do desenvolvimento humano (COUTINHO, 2015).

Atualmente, é possível encontrar delimitações para esse período específico, como delimitações de faixas etárias em que consistem a adolescência. A Organização Mundial da Saúde (2014b) considera adolescentes os sujeitos com idades de 10 a 19 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, indica a fase da adolescência entre os 12 e 18 anos (BRASIL, 1990). Sendo assim, encontra-se uma disparidade sobre o início e o fim da adolescência. Alguns autores como Ozella e Aguiar (2008), consideram que a adolescência não consiste na demarcação de um período cronológico, mas sim constitui um fenômeno social. Não se trata apenas de uma fase do desenvolvimento humano, neste caso marcada pelas mudanças físicas da puberdade, mas também das transformações psíquicas e sociais que são vividas e constituem a subjetividade e o modo de ser do adolescente (BIAZUS; RAMIRES, 2012; OZELLA; AGUIAR, 2012).

Segundo Monteiro e Lage (2007) o adolescente está buscando uma identidade própria, culminando em um processo de emancipação em relação à autoridade dos pais, o que permite que o adolescente crie uma direção para si mesmo, investindo em suas próprias escolhas. De um lado, o adolescente está questionando valores sociais e morais passados pela família e está construindo sua subjetividade. De outro lado, a própria sociedade se vê em crise de autoridade perante os adolescentes, principalmente as instituições família e escola, pois neste momento a autoridade, antes arbitrária e impositiva, agora precisa se tornar democrática (MONTEIRO; LAGE, 2007).

Nesse contexto, segundo Salles (2005) os adolescentes na contemporaneidade, estão passando por esse processo inseridos em uma sociedade ocidental marcada pela indústria da informação, da valorização dos bens culturais, do lazer e do consumo, onde o foco da vida está no presente, na velocidade, no aqui e no agora. Associado a isso, o estudo de Ozella e Aguiar (2008, p. 121) constata uma tendência atual ao individualismo “proporcionada pela sociedade contemporânea, em que a prerrogativa da autonomia, da individualidade inata, da liberdade é fundamental e marca as formas de significar dos adolescentes.”

Segundo Fontenele e Miranda (2017) o individualismo na contemporaneidade é traduzido como uma suposta liberdade em que o sujeito é o responsável por suas decisões. Porém, esta responsabilidade é cobrada de todos os adolescentes igualmente, sem a consideração de que as condições para lidar com tais responsabilidades não se apresentam equitativas, o que pode acentuar desigualdades entre os adolescentes na sociedade.

Logo, deve-se compreender que a adolescência é uma construção marcada pelo social, histórico e singular. Ela acontece nas relações da vida, naquilo que significa para o adolescente, trazendo à tona a influência de classes sociais, cultura, sexo, etnia e idade (OZELLA; AGUIAR, 2008). Sendo assim, os significados construídos pela sociedade sobre o que é a adolescência, invadem a subjetividade dos adolescentes. De acordo com Bertol e De Souza (2010) a adolescência é para os sujeitos uma espécie de personagem imposto pela rede social a partir de um cronograma, o qual está influenciando constantemente a sua subjetividade e a posição do sujeito na rede social e no estabelecimento de laços sociais.

Corroborando, Coutinho (2015) afirma que a adolescência é fruto de uma situação histórica e social, na qual cada indivíduo é responsável por sua trajetória de vida e pelo lugar que ocupa na sociedade. Para o autor, a sociedade ocidental moderna e a cultura impõem à adolescência um trabalho psíquico aos adolescentes, que não apenas estão passando por mudanças físicas da puberdade, mas estão vivendo uma condição social determinada. Sendo assim, a adolescência é uma experiência subjetiva da nossa cultura e pode apresentar diferenças e especificidades de acordo com a condição do adolescente em seu contexto.

Associado a isso, é uma passagem da “família para o social”, envolvendo elementos psíquicos e sociais. Nesse sentido, o adolescente se afasta do outro parenteral da infância e se encontra o outro da cultura, o que lhe acarreta novas

exigências e novas pulsões. Ele precisa encontrar no social referências simbólicas e culturais para se projetar no futuro ou até mesmo para se contrapor ao que lhe é imposto, renovando a cultura e seus ideais, para se afastar do suporte fornecido até então pela família, mas sem perder sua herança identitária (COUTINHO, 2009). O adolescente se encontra constantemente em um paradoxo entre a alienação dos pais e da família e a busca da autonomia necessária para ser reconhecido pelos adultos e evoluir na sociedade.

Nesse sentido, Winnicott (2001) chama a atenção para o fato de que a sociedade serve como um continente para o adolescente expor suas experiências subjetivas. Para o autor, os adolescentes podem transformar a sociedade através de sua transgressão, provocando a renovação social. O continente social que recebe os adolescentes, que transmite valores culturais, vai além da família, adentrando para espaços sociais importantes como a escola.

A partir destas perspectivas, o referencial teórico da sociologia fenomenológica proposto por Alfred Schütz, valoriza a experiência do sujeito no mundo e objetiva descrever como ele atua nas relações sociais e como age e modifica o seu mundo. Nesse contexto, conceitos da sociologia fenomenológica, como situação biográfica, estoque de conhecimento e mundo da vida, permitem que os significados da adolescência para os adolescentes sejam revelados, possibilitando uma melhor compreensão sobre a experiência de ser adolescente, contribuindo para maior fundamentação sobre a temática.

2.2 SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ADOLESCÊNCIA

A revisão da literatura para a escrita deste capítulo foi composta por dois momentos: pesquisas em bases de dados de estudos sobre adolescência e sofrimento psíquico realizados até 2019, sendo este o período pré-pandemia da Covid-19; e estudos realizados a partir de 2020, no cenário da pandemia. Apesar de a pandemia da Covid-19 não ser objeto deste estudo, as vivências dos adolescentes que serão entrevistados foram atravessadas pelo cenário pandêmico. Torna-se necessária essa observação, pois os escopos dos estudos durante a pandemia evidenciam o interesse em explorar o sofrimento psíquico especialmente ligado às mudanças causadas pelas medidas sanitárias impostas na tentativa de conter a disseminação da doença.

Nesse sentido, a literatura apresenta o sofrimento psíquico como um fenômeno multicausal. Hawton, Saunders e O'Connor (2012) descreveram diversos fatores de risco que podem ser considerados no sofrimento psíquico grave, como: eventos de vida negativos a nível individual e familiar (separação ou divórcio dos pais, morte dos pais, experiências adversas na infância); fatores psiquiátricos e psicológicos: presença de transtorno mental (principalmente ansiedade, depressão, hiperatividade, déficit de atenção, esquizofrenia, transtorno de humor bipolar e certos transtornos de personalidade); uso de álcool e drogas.

Estudos também revelam que, apresentam maior chance de sofrimento psíquico grave: adolescentes não heterossexuais quando em comparação a adolescentes heterossexuais (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012); adolescentes com uso intenso e problemático da internet (LIN et al., 2014); adolescentes insatisfeitos com a imagem corporal por excesso de peso ou magreza (CLAUMANN et al., 2018); e adolescentes submetidos a situações de *bullying* e/ou *cyberbullying* (HINDUJA; PATCHIN, 2010).

A adolescência é marcada por mudanças físicas, psíquicas e sociais e o adolescente apresenta vulnerabilidade em relação à saúde mental (BENETTI et al., 2007; WHO, 2014). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a depressão, ansiedade e distúrbios comportamentais estão entre as principais causas de incapacidades entre os adolescentes e a não abordagem das condições de saúde mental na adolescência, pode estender o sofrimento psíquico até a idade adulta, desencadeando maior risco de desenvolvimento de transtornos mentais (WHO, 2021; PATEL, 2007). Associado a isso, a sociedade encara a adolescência como uma fase "problemática por si só", individualizando a questão e causando fragilidade das redes de apoio, contribuindo para as dificuldades do adolescente em seguir sua vida, levando a potencialização do sofrimento psíquico (OZELLA, 2002)

O sofrimento psíquico dos adolescentes pode aparecer tanto nos sujeitos com transtornos mentais diagnosticados, quanto em adolescentes sem patologias identificadas, sendo este mais duradouro ou passageiro. Nesse sentido, os sintomas de sofrimento psíquico muitas vezes podem ser silenciosos e de difícil identificação (LOPES et al., 2016). As novas vivências que são experienciadas pelos adolescentes favorecem mudanças de humor e de comportamento. Alguns podem desenvolver quadros de sintomas depressivos, isolamento e solidão, atitudes de rebeldia e descontentamento (COUTINHO, 2005). Somado a isso, as mudanças físicas do

corpo podem não ser aceitas pelos adolescentes, desencadeando sentimentos de baixa autoestima, não aceitação pessoal e dificuldades de interação social (BAHLS, 2002).

A conjuntura do sofrimento psíquico é ampla e pode se manifestar através de sentimentos que são internalizados, como por exemplo a tristeza, medo, insegurança, ou externalizados, como em situações de autolesão sem intenção suicida ou tentativas de suicídio. Toros et al. (2004) relatam em seu estudo manifestações de tristeza, vazio, irritabilidade e manifestações somáticas entre os adolescentes em sofrimento psíquico. Barros et al. (2006) destacam que os sintomas de sofrimento psíquico podem variar entre meninos e meninas. As meninas apresentam sentimentos de tristeza, vazio, tédio, raiva, ansiedade e menos autoestima, enquanto os meninos manifestam sentimentos de desprezo, desafio e desdém, além de condutas desafiadoras como falta às aulas, fugas de casa, violência física e abuso de substâncias psicoativas.

Quando esses sentimentos permanecem e prejudicam o desenvolvimento psíquico e social do adolescente, podem estar relacionados a transtornos mentais. Benetti et al. (2007) relatam que a depressão é uma das temáticas mais frequentes nos estudos sobre saúde mental dos adolescentes, indicando maior prevalência do quadro nessa população quando comparada a população adulta. Segundo os autores, esse fato se soma à dificuldade no diagnóstico da depressão devido às semelhanças entre as manifestações clínicas e as características comportamentais da adolescência. Somado a isso, Coutinho e Ramos (2008) afirmam que a visão de mundo dos adolescentes pode influenciar a forma de exteriorização dos sintomas de depressão e sofrimento.

Em relação a experiência de sofrimento psíquico de adolescentes com situação de crise em saúde mental, estudo qualitativo realizado em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) revelou sentimentos de desespero, confusão mental, angústia, medo, descontrole e desesperança em relação a própria vida, culminando em pensamentos de morte e ideação suicida. A pesquisa também revelou que nessa situação a família aparece por vezes como desencadeadora de estresse, levando ao sofrimento psíquico, e por vezes como protetora do adolescente, oferecendo suporte e apoio aos adolescentes nos momentos de dificuldades. O mesmo estudo revelou que estes adolescentes percorrem serviços de saúde nas situações de crise para buscar ajuda, como Unidades de Pronto

Atendimento (UPA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e CAPSi (ROSSI et al., 2019).

Outro estudo brasileiro realizado em um CAPS revelou que os adolescentes que frequentavam o serviço já haviam buscado ajuda religiosa, médica e até policial, antes da chegada no serviço especializado, sendo que em muitos casos a família incentivava ou forçava esse adolescente a buscar ajuda (MILHOMENS; MARTIN, 2017). Monteiro et al. (2012) entrevistaram os pais de adolescentes em sofrimento psíquico, os quais relataram que ao perceber o comportamento dos filhos, procuraram ajuda médica na atenção primária e posteriormente foram encaminhados ao CAPSi. Destaca-se que estes estudos foram desenvolvidos no contexto de serviços especializados em saúde mental, na perspectiva de adolescentes com diagnóstico médico de sofrimento psíquico e transtornos mentais. O presente estudo pretende ampliar as informações, entrevistando adolescentes no ambiente escolar, a fim de identificar quais caminhos percorrem em busca de ajuda diante do sofrimento psíquico, sendo este “formalmente” diagnosticado ou não.

No que se refere à pandemia, em março de 2020 diante da falta de vacinas ou de tratamento a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs o distanciamento social como a principal forma de combate da disseminação da doença (OPAS, 2020). Instaurou-se um cenário de incertezas em relação ao futuro, somado a sentimentos de medo da morte e desesperança, fatores que podem desencadear aumento de estresse na população em geral e especialmente em grupos vulneráveis como profissionais da saúde, pessoas com transtornos mentais prévios, crianças e adolescentes (NASCIMENTO et al., 2020; BANERJEE, 2020). Estudos dedicados a explorar o cenário da pandemia se concentram em descrever como a saúde mental das populações foi afetada pelas medidas sanitárias impostas para a contenção do vírus da Covid-19.

Em relação a crianças e adolescentes, Cardenas et al. (2020) alertam para o que chamam de “pandemia paralela” de saúde mental. Os autores chamam atenção para o fato de que, as mudanças drásticas no estilo de vida das populações e em um curto espaço de tempo, têm exposto um cenário sombrio para o desenvolvimento da geração atual de crianças e adolescentes. Entre essas mudanças, destaca-se a substituição da educação presencial pela modalidade virtual e a perda da interação social com professores, colegas e outras crianças e adolescentes. Nesse sentido, grande parte das pesquisas com adolescentes

desenvolvidas durante a pandemia, utilizam amostras de estudantes, a fim de analisar as repercussões na saúde mental dos adolescentes.

Estudo desenvolvido na Austrália, analisou mudanças de comportamento na saúde mental de adolescentes de 10 a 17 anos através de um estudo longitudinal que abrangeu três tempos: antes da pandemia, durante o fechamento das escolas e após a reabertura das escolas. Como principais resultados, Houghton et al. (2021) evidenciaram mudanças ao longo do tempo. Comparando os sintomas pré-pandemia da Covid-19, houve aumento significativo de sintomas de depressão e diminuição de bem-estar da saúde mental durante o fechamento das escolas e no retorno ao ambiente escolar, sendo que, entre as duas últimas situações, não houve diferenças significativas.

Somado a isso, pesquisa desenvolvida na Áustria por Pieh et al. (2021) avaliou a saúde mental de estudantes do ensino médio após um semestre de educação remota e aproximadamente um ano de distanciamento social. Quando comparado com pesquisa anterior, realizada no país em 2018 sobre a saúde mental de crianças e adolescentes em idade escolar, Pieh et al. (2021) destacam que o “bem-estar mental” e a “satisfação com a vida” foram significativamente menores em seu estudo, no ano de 2021, e os sintomas de sofrimento psíquico, como ansiedade e depressão, foram significativamente maiores. Além disso, os autores evidenciaram a presença de sintomas depressivos em 55% dos estudantes, ansiedade em 47%, sintomas de insônia em 22,8% e transtornos no comportamento alimentar em 59,5% dos adolescentes, além de prevalência de ideação suicida e maior tempo de uso de celular, sendo o segundo associado a problemas de saúde mental.

Zhou et al. (2020) realizaram um estudo transversal com 8.079 adolescentes chineses de idades entre 12 e 18 anos, utilizando um questionário online, com o objetivo de avaliar a taxa de prevalência e correlações sociodemográficas de sintomas depressivos e de ansiedade entre adolescentes chineses afetados pelo surto de COVID-19. Os autores encontraram prevalência de 43,7% de sintomas depressivos, 37,4% de ansiedade e 31,3% de combinação de ansiedade e depressão. O estudo também demonstrou que os alunos do ensino médio apresentaram maior prevalência, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade, mais sintomas depressivos e de ansiedade.

Nos Estados Unidos, estudo realizado por Brener et al. (2022) com dados do Centers for Disease Control and Prevention (CDC) analisou informações de

pesquisa nacional sobre o comportamento e experiências de adolescentes de escolas públicas e privadas, cursando entre o nono e o último ano do ensino médio, a fim de examinar a prevalência do uso de tabaco, álcool e outras substâncias durante a pandemia da Covid-19. Evidenciou-se que, um em cada três adolescentes que já utilizava álcool e outras drogas, relatou aumento do consumo durante a pandemia. Além disso, estudantes mais velhos, gays, lésbicas ou bissexuais, apresentaram maior prevalência de uso de substâncias.

Outra preocupação em relação a pandemia, diz respeito a saúde mental de crianças e adolescentes com diagnóstico prévio de sintomas de sofrimento psíquicos e/ou diagnósticos de transtornos mentais e de condições de neurodesenvolvimento. Revisão narrativa da literatura realizada por Hards et al. (2022) encontrou evidências de que a experiência de solidão, provocada pelo distanciamento social, para crianças e adolescentes com problemas de saúde mental, está associada à gravidade de sintomas como depressão e ansiedade, de maneira tanto transversal quanto prospectivamente. Ou seja, destaca-se o aumento dos sintomas atuais, com prospecção de gravidade com duração de até três anos após a pandemia.

Na perspectiva qualitativa, Gadagnoto et al. (2022) relatam que a pandemia ocasionou uma ruptura nos planos e metas dos adolescentes. O contexto exacerbou o sofrimento psíquico devido a imprevisibilidade da situação e a falta de confiança no que estava por vir. Sentimentos de medo, tristeza, tédio, ansiedade, solidão e angústia recrudesceram durante o período de isolamento social. Como tentativas de adaptação, os adolescentes intensificaram o uso da internet e das redes sociais. Somado a isso, defrontaram-se com uma frágil rede de apoio familiar e falhas no direcionamento de estratégias para promoção da saúde mental.

Gadagnoto et al. (2022) selecionaram os adolescentes no contexto escolar e objetivaram compreender as vivências cotidianas e repercussões emocionais da pandemia da Covid-19. Os autores, assim como pretende o presente estudo, utilizaram a sociologia fenomenológica como base teórica para compreender as ações subjetivas dos adolescentes no mundo social. Os autores concluem que a sociologia fenomenológica propicia discussões que colocam o adolescente e suas experiências em foco, destacando que este grupo esteve a margem das diretrizes adotadas no contexto pandêmico. Evidenciam a importância de estudos que alcancem as necessidades dos adolescentes, a fim de disseminar conteúdo para prevenir desfechos psicossociais negativos a curto, médio e longo prazo.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A construção das políticas públicas de saúde mental no Brasil está intimamente vinculada ao processo da Reforma Psiquiátrica e ao movimento de redemocratização do país. Até o final do século XX, não era possível afirmar a existência de uma política específica para crianças e adolescentes no campo da saúde mental, sendo esta população historicamente submetida a práticas de caráter tutelar e institucionalizante, muitas vezes fora do sistema formal de saúde, em instituições de assistência social ou de caráter corretivo (COUTO; DELGADO, 2015). Esse dado histórico reforça que a infância e a adolescência ocuparam lugar marginal nas primeiras formulações da política de saúde mental, evidenciando a necessidade de uma mudança de paradigma.

A ruptura desse modelo começa a se delinear a partir da Constituição Federal de 1988, que instituiu a saúde como direito universal e crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em consonância com a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança em 1989 e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Esses marcos jurídicos substituíram a antiga doutrina da situação irregular pela doutrina da proteção integral, abrindo espaço para novas concepções de cuidado (BRASIL, 1990; ONU, 1989). Percebe-se, portanto, que a base legal antecedeu a estruturação de serviços específicos, servindo de fundamento para os avanços posteriores.

No campo específico da saúde mental, a promulgação da Lei nº 10.216/2001 representou um divisor de águas ao assegurar direitos às pessoas em sofrimento psíquico e redirecionar o modelo assistencial para a lógica da desinstitucionalização e do cuidado em liberdade (BRASIL, 2001). Ainda em 2001, a III Conferência Nacional de Saúde Mental destacou, pela primeira vez, a infância e a adolescência como prioridades da agenda, convocando o Estado a assumir a responsabilidade pelo cuidado dessas populações a partir de redes comunitárias e intersetoriais (BRASIL, 2002; COUTO; DELGADO, 2015). Esse movimento evidencia que somente a partir do início dos anos 2000 a infância e a adolescência começam a ganhar centralidade no debate político-institucional da saúde mental.

Como resposta, em 2002 foi publicada a Portaria nº 336/2002, que instituiu os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi), marcando a primeira ação concreta do Sistema Único de Saúde (SUS) voltada especificamente para a saúde

mental de crianças e adolescentes (BRASIL, 2002). Dois anos depois, o Ministério da Saúde publicou o documento “*Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*” (BRASIL, 2004), que detalhou o funcionamento dos CAPS, incluindo o CAPSi como modalidade estratégica de cuidado psicossocial territorializado. Os CAPSi consolidaram-se como equipamentos centrais da política de saúde mental infantojuvenil, responsáveis pelo acolhimento, acompanhamento intensivo, construção de Projetos Terapêuticos Singulares, oficinas terapêuticas e apoio matricial às equipes de saúde e educação, promovendo a clínica ampliada e a atenção comunitária (BRASIL, 2004; COUTO; DELGADO, 2015).

Na sequência, os debates do Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil (2005–2012) ampliaram a discussão sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, reunindo gestores, profissionais e movimentos sociais em torno da defesa de políticas específicas para essa população. Entre suas principais recomendações, esteve a necessidade de construir mecanismos de sustentabilidade para os CAPSi, evidenciando que o número e a estrutura desses serviços não eram adequados para atender a complexidade das demandas infantojuvenis (BRAGA; D’OLIVEIRA, 2019).

Mesmo com os avanços, a cobertura ainda é limitada. Em 2022, o Brasil contava com 2.836 CAPS em funcionamento, somando todas as modalidades, dos quais apenas 285 eram destinados especificamente ao atendimento de crianças e adolescentes (BRASIL, 2022). Essa insuficiência de CAPSi tem sido reiterada na literatura, que evidencia a lacuna na oferta de serviços especializados para a infância e adolescência no país (COUTO; DELGADO, 2015; BRAGA; D’OLIVEIRA, 2019; CARVALHO; DUARTE; GLANZNER, 2020).

Segundo Carvalo, Duarte e Glanzner (2020) a escassez de CAPSi contribui para que a Atenção Básica assuma papel central no acolhimento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. Nesse sentido, a integração da saúde mental na Atenção Primária foi reforçada com a publicação do Caderno de Atenção Básica nº 34 (Saúde Mental), publicado em 2013, que orienta equipes da Estratégia Saúde da Família a identificar precocemente situações de sofrimento psíquico, realizar escuta qualificada e articular o cuidado com a Rede de Atenção Psicossocial. Essa ampliação representou um avanço ao reconhecer que a saúde mental na adolescência não deveria ser abordada apenas em serviços especializados, mas também na atenção básica de saúde, estabelecendo um trabalho intersetorial de

diálogo com as escolas e famílias (BRASIL, 2013). Trata-se de uma diretriz que valoriza a capilaridade da Atenção Básica e aproxima a política das realidades vividas nos territórios.

Nessa perspectiva, em 2014, o documento *“Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes no SUS: Tecendo Redes para Garantir Direitos”*, elaborado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, consolidou a intersetorialidade como princípio estruturante do cuidado, articulando saúde, educação, assistência social e justiça, e reforçando o protagonismo dos adolescentes na formulação das estratégias de cuidado (BRASIL; CNMP, 2014).

Na sequência, a publicação do *“Caderno Temático de Direitos Humanos”* inseriu a saúde mental definitivamente na agenda dos direitos humanos, enfatizando que o cuidado em saúde deve se orientar pela dignidade e pela inclusão social, especialmente para populações vulnerabilizadas, como adolescentes (BRASIL, 2015). Ainda em 2015, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), instituída pela Portaria nº 1.130/2015, ampliou a atenção integral, com foco na primeira infância, mas com repercussões para a continuidade do cuidado em saúde mental até a adolescência. Embora não voltada especificamente à saúde mental, a PNAISC contribui para sustentar a lógica da integralidade, incluindo a dimensão psicológica como parte indissociável da saúde (BRASIL, 2015).

Em relação à promoção da saúde mental, o fortalecimento de estratégias ocorreu com a atualização da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) em 2018, que reconheceu a saúde mental como campo prioritário da promoção da saúde, propondo ações intersetoriais nos territórios e destacando a escola e a comunidade como espaços privilegiados para a prevenção de violências, uso de drogas e situações de sofrimento psíquico entre adolescentes (BRASIL, 2018).

Esse movimento de valorização da promoção dialoga diretamente com iniciativas voltadas à prevenção de agravos específicos, como o suicídio, que já vinham sendo delineadas em documentos normativos anteriores. Em 2006, o Ministério da Saúde publicou as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, reconhecendo a gravidade do fenômeno entre jovens e estabelecendo orientações para vigilância, manejo e cuidado em rede (BRASIL, 2006). Mais recentemente, a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei nº 13.819/2019) reforçou o caráter intersetorial da prevenção e instituiu a notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada (BRASIL, 2019). Esses

documentos evidenciam que a saúde mental dos adolescentes passou a ser também preocupação das políticas de vigilância e prevenção. No entanto, observa-se que as ações preventivas ainda são pouco incorporadas ao cotidiano dos serviços, o que distancia a norma da prática (NIED et al., 2024).

Apesar desses avanços, os últimos anos também revelaram desafios e retrocessos. A Portaria nº 3.588/2017 e a Nota Técnica nº 11/2019 reacenderam o debate ao incluírem os hospitais psiquiátricos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), medida criticada por representar risco de retorno à lógica hospitalocêntrica, em contradição com os princípios da Reforma Psiquiátrica e do cuidado em liberdade (BRASIL, 2017; BRASIL, 2019). Esse tensionamento explicita que a política de saúde mental no Brasil é constantemente atravessada por disputas de projetos societários e concepções de cuidado.

A literatura aponta que a inclusão da infância e adolescência na política de saúde mental foi tardia e permanece como desafio atual, diante da escassez de CAPSi, da fragilidade das redes intersetoriais e da baixa institucionalidade das estratégias locais de cuidado (COUTO; DELGADO, 2015; BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019). Ainda assim, os marcos normativos e programáticos das últimas duas décadas permitiram a construção de um novo paradigma de atenção, baseado no reconhecimento de adolescentes como sujeitos de direitos, na lógica territorial e comunitária, e na intersetorialidade como fundamento da rede de proteção.

2.4 A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE ALFRED SCHUTZ

A fenomenologia tem sua origem na Alemanha no final do século XIX e início do século XX, com Franz Brentano (1838-1938). Porém, foi seu discípulo Edmund Husserl (1859-1938) que desdobrou a fenomenologia como método de análise. Para Husserl, a fenomenologia é o estudo dos fenômenos, considerando o fenômeno como algo que é dado (ou experienciado pela) consciência. Para ele, o fenômeno é observado tal como ele se mostra para o observador, independentemente de ser realidade ou aparência, ele pode e deve ser analisado em busca de sua verdadeira realidade. Husserl propôs em seu método o desvelamento do cotidiano no mundo do ser humano, onde a experiência vivida é o centro da análise, sendo ela a forma concreta pela qual os seres humanos vivenciam o mundo (CRUSOÉ; SANTOS, 2020).

Alfred Schütz foi um filósofo e sociólogo que nasceu em Viena em 1899 e morreu em Nova York em 1959. Embasou sua sociologia fenomenológica especialmente em dois filósofos: Max Weber e Edmund Husserl. Em relação a obra de Weber, Schütz procurou aprofundar o significado da ação do homem no mundo social. Buscou inspiração em Husserl para compreender os fenômenos sociais a partir do significado atribuído pelo sujeito à ação, encorajando-se na intencionalidade e intersubjetividade (ALVES, 2020). Nesse sentido, Schütz aplicou sistematicamente o programa filosófico da fenomenologia de Husserl às ciências sociais, sobretudo na tradição que é conhecida desde Max Weber como a sociologia compreensiva. Nessa perspectiva, é simplificado apresentar a sociologia fenomenológica de Alfred Schütz como uma simples síntese do trabalho dos dois autores, mas é um bom ponto de partida.

Sendo assim, como Max Weber, Schütz vai enfatizar o caráter compreensivo, hermenêutico e impregnado de significados do mundo social e enfatizar as diferenças metodológicas fundamentais entre as ciências da natureza e as ciências sociais, devido ao caráter impregnado de significado da realidade sobre a qual os cientistas sociais se debruçam. Ou seja, Schütz não está dizendo que as ciências da natureza não possuem representações simbólicas, mas diferentemente das ciências sociais, não identificam consciência e vida interior e não consideram fatores subjetivos da conduta quando analisam entidades inanimadas. A diferença das ciências da natureza para as ciências sociais é de que as entidades que a segunda ciência estuda são sempre os atores humanos e estes atribuem significados às suas condutas e às condutas das outras pessoas com quem interagem no mundo social. Ou seja, as ciências sociais interpretam uma realidade social que já é pré-interpretada por suas entidades constituintes (os atores humanos) e agem com base nos significados que dão ao mundo e à própria atitude (SCHUTZ, 1979). Schütz parte desse *insight* oriundo da sociologia compreensiva de Weber e busca na fenomenologia fundações filosóficas sólidas para a abordagem weberiana.

Onde entra a fenomenologia para a sociologia fenomenológica? Schütz utiliza os instrumentos analíticos da fenomenologia e os traz para as ciências sociais, sendo o cerne da sociologia fenomenológica a descrição das estruturas mentais por meio das quais os indivíduos dão significado ao mundo social. Nesse contexto, para Husserl, a fenomenologia se preocupa com a realidade dos processos nas experiências humanas subjetivas. O autor caracteriza as investigações da

fenomenologia pela discussão da estrutura da consciência. Sendo assim, a consciência é o ato que está sempre voltado para algo, seja para o mundo exterior, para as coisas, para o outro, para si próprio, para a ação que o homem executa sobre o mundo. Então, a fenomenologia não se orienta para as ocorrências e sim para a realidade da consciência, que em sua essência, define sua intenção voltada para um objeto, que é considerado um fenômeno (SCHUTZ, 2012).

Em outras palavras, a fenomenologia mostra aquilo que é experienciado cotidianamente como um dado da realidade, como impressão de estímulos da realidade sobre a mente, tudo que os atores consideram como experiência dada, sendo constituída pela consciência. A consciência organiza ativamente as cenas que lhe são apresentadas, confere sentidos e inteligibilidade àquilo que ela percebe e enquadra entidades em classes gerais ou tipos. Em um sentido básico, a fenomenologia é a descrição da experiência vivida (SCHUTZ, 1979).

O que permanece após a eliminação de todos os pressupostos são os processos da consciência humana e seus objetos intencionados, compreendidos como unidades de sentido ou de significado do mundo interior da consciência individual (SCHUTZ, 2012). A fenomenologia não se direciona aos porquês dos fenômenos. Não faz questionamentos sobre a causa da vivência do sujeito, mas sim, o significado do ser e suas ações intencionais. Busca-se ver, descrevendo os fenômenos com fidelidade, desvelando o sentido do que é demonstrado a partir do mesmo (RIBEIRO, 2013).

Ao buscar compreender o significado das experiências vividas, a abordagem fenomenológica pode trazer contribuições valiosas para o conhecimento das várias dimensões que envolvem a adolescência. Para Schutz (1979), os indivíduos atravessam uma longa cadeia de experiências para se encontrar em uma “situação biográfica determinada”, o que permite que subjetivamente duas pessoas jamais vivenciem a mesma situação da mesma forma. Este conceito é sobretudo importante para a investigação do fenômeno do sofrimento psíquico na adolescência, considerando que cada adolescente se encontra em uma situação biográfica determinada e vivencia as situações de formas distintas no mundo da vida.

Husserl já havia introduzido o termo “mundo da vida” como sendo toda a esfera de experiências cotidianas, onde os seres humanos lidam com suas relações, negócios, objetos e planos. Na sociologia fenomenológica, o mundo da vida cotidiana é o cenário onde o ser humano vive, o qual já se encontra estruturado

previamente ao seu nascimento. O ser humano pode intervir neste mundo de maneira natural, influenciando ou sendo influenciado, transformando a si mesmo e ao mundo ao seu redor, alterando as estruturas sociais que o circundam (SCHUTZ, 1979).

Na dinâmica do mundo da vida, as experiências significativas são aquelas já vivenciadas e não as que estão sendo vivenciadas. Ou seja, de acordo com Schütz (1979, p. 63) “o significado é meramente uma operação da intencionalidade, a qual, no entanto, só se torna visível reflexivamente”. Nesse sentido, a sociologia fenomenológica tem a tarefa de compreender os modos pelos quais os indivíduos atribuem significado às suas experiências. Do ponto de vista da experiência que está sendo vivida no momento, a predicação de significado é trivial, entendendo que o significado só pode ser entendido como um olhar para a experiência que já passou (SCHÜTZ, 1979). Neste sentido, destaca-se a escolha deste referencial teórico para aprofundar com entrevistas as experiências dos adolescentes no mundo da vida cotidiana, especialmente no que tange ao sofrimento psíquico e como este fenômeno é vivenciado na adolescência.

Outro termo importante na sociologia fenomenológica é “estoque de conhecimento”. A sociologia fenomenológica parte do que seriam os atos mentais sem os quais a sociedade não existiria. Nisso entra a ideia central de Schütz de que elucidar a conduta social não é apenas investigar a obediência à normas, mas investigar os estoques de conhecimento pelos quais os agentes dão sentido e inteligibilidade às situações e às pessoas com que se encontram, ou seja, dão sentido ao mundo, coordenando duas ações com base em tais sentidos. Como citado anteriormente, os seres humanos armazenam experiências. Logo, essas experiências formam um estoque de conhecimento que orienta os sujeitos em suas situações da vida. O estoque de conhecimento está à mão para interpretar as experiências em curso, definir a situações em que o ser sujeito se encontra, fazer planos, etc. Este estoque apresenta elementos que podem ser acessados, sendo alguns elementos mais relevantes e outros até mesmo irrelevantes, também podendo ser precisos e diretos e outros vagos e obscuros (SCHÜTZ, 2012).

A tese central é de que uma ordem social de práticas depende de uma ordem simbólica ou cognitiva de significados intersubjetivamente compartilhados. As consequências disso envolvem como os atores interpretam, como eles direcionam suas ações e dão sentidos diferentes às situações. Pode-se citar como exemplo

uma situação de festa e uma situação de velório. O que leva os atores a agirem de maneira descontraída e agitada na festa e mais contida e emotiva no velório? Schütz se interessa no porquê os agentes definem as situações e como isso os leva a conduzir suas ações. Logo, o que torna a ordem social possível são essas tipificações partilhadas, ou seja, uma ordem social de práticas depende de uma ordem intersubjetiva de significados. Considerado isso, os atores compartilham estoques de conhecimento de tipificação pelos quais tratam papéis e situações sociais (SCHUTZ, 1979).

Segundo Schütz (1979, p. 117) sobre a experiência e tipificação:

“Como Husserl... convincentemente demonstrou, todas as formas de reconhecimento e identificação, mesmo de objetos reais do mundo exterior, são baseadas num conhecimento *generalizado* do *tipo* desses objetos ou do estilo típico em que eles se manifestam. Na verdade, cada experiência é única, e até a recorrência da mesma experiência não é a mesma, porque é recorrência [...] O mesmo vale para as relações dos objetos uns com os outros, para eventos e ocorrências em suas relações mútuas, e assim por diante.”

Em relação à tipificação na vida social, Schütz (1979) enfatiza que o “papel”, “expectativa de papel”, “situação” e “institucionalização” são vivenciados pelos atores na cena social. Para o autor, esses conceitos são oriundos de uma rede de tipificações de pessoas, padrões de linhas e ação, de seus motivos e objetivos ou dos produtos sócio-culturais que se originaram de suas ações. Ainda para Schütz, existem autotipificações, onde o homem tipifica sua própria situação dentro do mundo social, além de tipificar suas relações com outros humanos e objetos culturais. Em síntese, não se pode separar essas tipificações de heranças sociais e culturais que são transmitidas desde a infância pelo grupo formado por pais e professores e pelos seus antecessores. Portanto, esse contexto é gerado socialmente, formando um quadro de referências do mundo sócio-cultural e do mundo físico, que é interpretado e utilizado “à mão” pelos atores na maioria de suas ações diante dos problemas práticos do cotidiano.

Além disso, para Schütz (1979) em relação à ação, este considera que o termo que diz respeito a conduta “idealizada com antecedência”. Ao investigar os impulsos subjetivos que estão por trás da ação, Schütz desenvolve a compreensão da motivação, que tem como base explicações sobre “motivos a fim de” e “motivos por que”. Nessa perspectiva, os “motivos a fim de” são aqueles dirigidos a objetivos

que apontam para o futuro. Por outro lado, os “motivos por que” são oriundos de experiências passadas, e as “razões” para suas ações estão enraizadas nestas experiências. Sendo assim, os “motivos a fim de” são essencialmente subjetivos, uma vez que são vivenciados no decorrer de uma ação. Já os “motivos por que” só podem ser compreendidos quando acessados em retrospectiva, ou seja, quando o ator, executor da ação, reflete sobre esses motivos, tornando-os objetivos.

Para explicitar com mais clareza a abordagem da motivação, Schütz (1979) traz o exemplo de um assassino que mata outra pessoa para roubar seu dinheiro. Neste exemplo, o motivo do assassino era obter dinheiro, sendo o “motivo a fim” que levou à elaboração, imaginação e concepção do plano. Em oposição, os “motivos por que” seriam aqueles relacionados às experiências passadas, como por exemplo a experiência de viver a infância em um ambiente violento, sendo que esses motivos só podem ser acessados e objetivados quando o ator acessa e reflete sobre essas experiências, entendendo os “motivos por que” da sua ação.

Outro conceito fundamental na sociologia fenomenológica de Schütz é o encontro face a face. Trata-se da forma mais autêntica de relação social, em que dois indivíduos compartilham diretamente um espaço e um tempo comuns, estabelecendo uma interação imediata. Nesse tipo de relação, cada um tem acesso não apenas às palavras, mas também às expressões, gestos e entonações do outro, elementos que ampliam a compreensão intersubjetiva. O encontro face a face possibilita que os sujeitos apreendam mutuamente os significados das ações em curso, pois o outro se apresenta como um “tu” concreto, e não apenas como uma tipificação anônima. E nessa vivência que a intersubjetividade se revela em sua forma mais intensa, constituindo a base para a construção de sentidos compartilhados no mundo da vida (SCHUTZ, 1979).

Em síntese, sociologia fenomenológica de Alfred Schütz oferece um referencial consistente para compreender como os indivíduos atribuem sentido às suas experiências no mundo da vida. Conceitos como situação biográfica, estoque de conhecimento, tipificações, encontros face a face e motivações permitem analisar a ação social a partir da perspectiva subjetiva e intersubjetiva dos atores. Essa abordagem possibilita reconhecer que o sofrimento psíquico na adolescência não pode ser reduzido a categorias normativas ou diagnósticas, mas deve ser compreendido como experiência vivida, situada e dotada de significado para cada sujeito em sua trajetória.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo serão descritos os aspectos do tipo de estudo, o universo de estudo, os sujeitos do estudo, como será conduzida a produção das informações e a análise das informações.

3.1 TIPO DE ESTUDO

O objetivo de analisar as experiências de sofrimento psíquico na adolescência direcionou este estudo para o tipo qualitativo com abordagem fenomenológica. Atualmente, existe uma variedade de métodos de pesquisa qualitativas específicas, cada qual partindo de diferentes premissas para atingir seus objetivos. Cada método vai se basear na compreensão específica de seu objeto de pesquisa. Alinhado a isso, as mudanças sociais aceleradas e como consequência a diversificação das esferas da vida, levam os pesquisadores a frente de diferentes contextos e perspectivas sociais (FLICK, 2004).

No presente estudo a pesquisadora irá se deparar com vozes, vivências e emoções. Segundo Denzin et al. (2006) o pesquisador qualitativo pode ser comparado a um confeccionador de colchas, pois ele reúne partes da realidade social e as costuras dentro de uma metodologia que gera uma unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa.

De acordo com Minayo (2016) a pesquisa qualitativa se ocupa com o universo dos significados, valores, crenças e da atitude dos seres humanos. A autora afirma que esse conjunto de fenômenos é parte da realidade social, onde o ser humano não só se distingue pelo agir, mas também por pensar e interpretar suas ações dentro dessa realidade a partir das experiências compartilhadas com os seus semelhantes. Sendo assim, o objeto da pesquisa qualitativa é o ser humano no universo das relações, no mundo das representações e da intencionalidade (MINAYO, 2016)

Somado às premissas da pesquisa qualitativa, a fenomenologia se preocupa com os processos de experiências humanas. Alfred Schütz (2012) aborda as experiências do ser humano consciente que age e vive no mundo. O mundo é percebido e interpretado para fazer sentido, ou seja, o ser humano é consciente das

coisas na medida em que entende que elas existem fora dele e continuarão a existir. Ainda, pode acessá-las por meio da memória ao realizar síntese de diferentes perspectivas da realidade (SCHUTZ, 2012).

Nesse sentido, a sociologia fenomenológica se apresenta como um referencial teórico que ancora o pesquisador a saber *do* fenômeno e não *sobre* o fenômeno, apreendendo o fenômeno da maneira que ele se mostra ao pesquisador. A descrição e a interpretação do fenômeno revelam como ele se apresenta no mundo que o ser humano habita, desvelando a sua essência.

Sendo assim, utilizar a pesquisa qualitativa com a abordagem na sociologia fenomenológica, permitirá a apreensão do fenômeno do sofrimento psíquico e como esse se mostra e transforma as experiências no mundo da vida dos adolescentes, aprofundando os “motivos a fim de” e os “motivos por que”, com o objetivo de explorar as ações dos adolescentes na busca por ajuda diante de experiências de sofrimento psíquico e quais as repercussões do fenômeno nas relações sociais que são vivenciadas.

3.2 CENÁRIO DO ESTUDO

A pesquisa será desenvolvida no município de Sapiranga que está localizado a cerca de 60km da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. De acordo com o último censo demográfico, o município é composto por aproximadamente 75 mil habitantes e a população de 10-19 anos é em torno de 13.500 crianças e adolescentes (IBGE, 2010). Conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizada no ano de 2021, são aproximadamente 3.058 adolescentes matriculados no ensino médio, sendo estes estudantes de sete escolas de ensino médio no município: quatro escolas da Rede Estadual de Ensino, duas da Rede Privada e um Instituto Federal.

A escola que será o universo de estudo está localizada em um bairro periférico do município, chamado Amaral Ribeiro. A escola foi fundada em 1994 como um dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Os CIEPS integraram um dos projetos mais representativos em relação a educação popular no Brasil no fim do século XX, sendo um novo modelo de escola direcionado para as crianças de classes populares. O objetivo do projeto era ampliar as oportunidades educacionais, reduzindo desigualdades e oferecendo, como um braço do Estado,

uma escola com equipamento cultural que atendesse às crianças e à comunidade em seu entorno com serviços além da escolarização, como atividades de cultura, lazer, esportes e saúde (MOREIRA; JUNIOR; SOARES, 2019).

A escola em questão educa crianças e adolescentes do primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. Segundo dados coletados previamente no campo, junto à direção da escola, a população do território é periférica e possui determinantes sociais como: vulnerabilidades econômica, social, jurídica e alimentar; o trabalho da população é predominantemente na indústria calçadista com a produção de calçados e componentes para calçados; e situações de violência intrafamiliar e violência no território. Logo, existe a hipótese de que as entrevistas poderão revelar “adolescências” heterogêneas, marcadas por esses determinantes sociais, revelando experiências de sofrimento psíquico individuais e subjetivas.

Além disso, outro fato que motivou a escolha desta escola como universo de estudo está relacionado ao desenvolvimento de uma atividade sobre valorização da vida realizada em 2019 pelo CAPS do município, juntamente com as turmas do ensino médio da escola. A pesquisadora tomou conhecimento desta atividade durante a realização de seu campo do curso de mestrado. Segundo o profissional do CAPS que desenvolveu a atividade em 2019, os estudantes revelaram “*cobras e lagartos*” (trecho extraído de uma das entrevistas da dissertação de mestrado), referindo-se às situações de sofrimento psíquico relatadas pelos adolescentes.

Para adentrar no universo do estudo, a pesquisadora irá realizar uma aproximação com a direção da escola, através de intermédio do CAPS, pois a pesquisadora já possui uma relação com o serviço devido a realização de pesquisa de dissertação de mestrado. A entrada no campo merece atenção especial do pesquisador para estabelecer os primeiros contatos antes das idas ao campo para a realização de observações e/ou entrevistas (MINAYO, 2014). Segundo Flick (2005) a entrada em uma instituição para a realização da pesquisa corresponde mais ao estabelecimento de uma relação do que uma negociação, sendo a pesquisa uma intervenção em um sistema social.

3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os sujeitos do estudo serão os adolescentes do segundo ano do ensino médio dos turnos da manhã e da noite. O turno da manhã possui três turmas e o segundo ano da noite é composto por quatro turmas, sendo cada turma composta por aproximadamente 20 alunos. A amostra será composta por turmas de diferentes turnos, pois acredita-se que a escolha do turno escolar esteja relacionada aos determinantes sociais de trabalho, renda, rede de apoio social, constituição familiar, entre outros. O contraste da amostra pode revelar diferentes contextos e experiências no mundo da vida dos adolescentes, bem como diferentes motivações e significados da ação de onde, como e porque buscar acolhimento e apoio diante de situações de sofrimento psíquico.

Os motivos de escolha do segundo ano estão relacionados ao fato de serem adolescentes com idades entre 15 e 17 anos, configurando os anos finais da adolescência, conforme a faixa etária da adolescência definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que compreende entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990), e ao desenvolvimento do trabalho de campo, que iniciará no segundo semestre de 2023, podendo adentrar no primeiro semestre de 2024, ano em que os adolescentes ingressarão no terceiro ano do ensino médio.

Após a definição das turmas, a primeira fase do trabalho de campo será exploratória. A pesquisadora irá convidar as sete turmas do segundo ano para se inscreverem em uma oficina com o tema “adolescência e saúde mental”. A oficina irá ocorrer no turno da manhã e no turno da noite em horário escolar com combinação prévia com a direção e professores. O objetivo da oficina é aproximar a pesquisa dos adolescentes, elucidando os objetivos da pesquisa e apresentando a temática da pesquisa para os alunos. A atividade será uma estratégia de entrada no campo (MINAYO, 2014), para estabelecer vínculo com os adolescentes e conhecer as turmas. A pesquisadora irá convidar presencialmente os alunos para se inscreverem na oficina, disponibilizando uma lista de inscrições.

Abaixo estão descritos os passos da oficina:

Objetivos da oficina	Provocar reflexões dos alunos sobre a temática da pesquisa: adolescência, saúde mental e sofrimento psíquico. Explorar o vocabulário dos adolescentes sobre sofrimento psíquico.
----------------------	--

Público-alvo	Alunos do segundo ano do ensino médio dos turnos da manhã e da noite;
Tempo de duração	1 hora e 20 min até 1 hora e 30 minutos.
Participantes	Pesquisadora; Observador; Alunos; Professores.
Material	Papel pardo; Canetas coloridas;
Preparação para a oficina	Apresentar os objetivos e procedimentos da oficina para a direção e professores do segundo ano; Definir datas e horários da oficina junto à direção; Conversar pessoalmente com as turmas do segundo ano, explanando os objetivos da pesquisa e convidando os alunos para se inscreverem na oficina que será denominada: “Adolescência e saúde mental”; Abrir as inscrições para a oficina e deixar lista de inscrição com o líder da turma; Recolher as inscrições; Analisar o número de inscritos e preparar materiais.
Procedimentos de abertura da oficina	Apresentar-se aos alunos; Conversar sobre os objetivos, métodos e contribuições da pesquisa de doutorado para a saúde mental dos adolescentes; Explicar os procedimentos da dinâmica de abertura: jogo dos quadrados (APÊNDICE I); Encerrar a dinâmica, retomando o objetivo do jogo.
Procedimentos da oficina	Explicar os procedimentos e objetivo da oficina; Dividir os alunos em grupos de no máximo cinco pessoas; Distribuir os materiais entre os grupos: um painel para cada grupo e as canetas; Instruir os grupos para a construção do painel a partir das perguntas: o que é ser adolescente? O que vocês entendem por

	saúde mental? Os alunos poderão se expressar através de desenhos ou da escrita. As expressões e a construção são livres. Os adolescentes podem representar o pensamento do grupo ou considerações individuais, caso cada participante queira escrever/desenhar individualmente no espaço do painel; Organizar os grupos para apresentar o painel construído, provocando reflexões; Encerrar oficina retomando o objetivo; Distribuir formulário de avaliação da oficina (APÊNDICE II); Recolher os formulários.
--	---

Nessa primeira etapa a pesquisadora contará com o auxílio de um observador para contribuir com anotações em diário de campo. Durante o seguimento do trabalho de campo, a pesquisadora seguirá utilizando o diário de campo para registrar impressões do sobre o que será observado, sendo importante ressaltar que estes registros irão auxiliar na análise posterior das informações (FERNANDES; MOREIRA, p. 519, 2013).

A segunda fase do trabalho de campo será composta por entrevistas individuais com os adolescentes. Os alunos que participaram da oficina responderão um formulário ao final da atividade, manifestando interesse em participar do seguimento do estudo, ou seja, da oficina sairão os adolescentes para as entrevistas individuais. A pesquisadora disponibilizará um formulário de inscrições e os 10 primeiros inscritos de cada turno serão convidados para participar das entrevistas individuais. Caso não seja atingido o número de dez participantes, a pesquisadora solicitará indicações pelos professores.

Os critérios de inclusão para participar das entrevistas individuais serão: ser aluno do segundo ano do ensino médio, estar inscrito na oficina, participar da oficina e inscrever-se para participar das entrevistas individuais. Os critérios de exclusão que serão considerados são: não estar inscrito para a oficina, não participar da oficina, não estar inscrito para o seguimento das entrevistas individuais.

3.4 PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

A pesquisa qualitativa pode apresentar diversas estratégias para a produção ou geração das informações, como: observação, entrevista, grupos focais, fotografias, entre outros. A variedade de técnicas auxilia o pesquisador na compreensão do seu objeto de estudo que é o ser humano (MINAYO, 2016). O presente estudo se propõe a produzir informações através da combinação de técnicas: entrevistas semiestruturadas com os adolescentes e anotações em diário de campo.

A pesquisadora utilizará um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE III) com os adolescentes. Conforme Flick (2004) são entrevistas caracterizadas por perguntas mais ou menos abertas que servem como um guia para o pesquisador. De acordo com Minayo (2014), na entrevista semiestruturada o roteiro deve permitir a flexibilidade da conversa sobre as experiências que são relatadas pelos sujeitos. A autora afirma que o roteiro da entrevista por ser inclusive modificado durante o trabalho de campos, à medida que determinados temas não previstos vão surgindo e apresentam significância para os sujeitos da pesquisa, contribuindo para o delineamento do objeto.

Considerando a fenomenologia a base teórica da pesquisa, o pesquisador que vai ao campo não deve possuir princípios explicativos, teorias ou qualquer indicação definidora do fenômeno. Seu trabalho é interrogar o fenômeno e aprofundá-lo (SCHNEIDER, 1996), sendo este o objetivo de utilizar um roteiro que permita iluminar o objeto de pesquisa e estabelecer relações (MINAYO, 2014).

A entrevista será conduzida aprofundando as falas dos adolescentes para a subjetividade, buscando explorar explicações cotidianas sobre o mundo da vida e como estabelecem relações causais sobre o mundo e suas experiências. A pesquisadora pretende construir uma relação empática, permitindo que os adolescentes acessem camadas da memória, para que as experiências possam emergir, revelando o conteúdo do sofrimento psíquico através da situação biográfica dos adolescentes, desvelando as ações que são realizadas no mundo da vida diante do sofrimento e quais as possíveis motivações para agir, ou não, além de como essas experiências são vivenciadas nas relações sociais dos adolescentes com a família e outros adolescentes.

Além do roteiro semiestruturado, ao iniciar as entrevistas individuais, a pesquisadora irá coletar os dados sociodemográficos que irão caracterizar objetivamente os adolescentes em relação a alguns determinantes sociais. Serão coletadas as informações sobre: idade, sexo, crenças/valores/religião, identidade de gênero, orientação sexual, condições de moradia, local de trabalho (caso possua um emprego ou fonte de renda), participação em atividades comunitárias e sociais, composição familiar e autodeclaração étnico-racial. O objetivo de produzir essas informações é abrir a possibilidade de ampliar a compreensão sobre a existência de diferentes adolescências e situações biográficas. O campo tem duração prevista de três meses, podendo ser estendido até os primeiros meses de 2024, na sequência do retorno das férias escolares.

A pesquisadora prevê um montante de 20 entrevistas com os adolescentes, sendo que poderá proceder com mais de uma entrevista com o mesmo adolescente, mediante o aceite do aluno. Ademais, o dimensionamento da quantidade de entrevistas individuais será balizado conforme o desenvolvimento do campo, seguindo os critérios de saturação, que consistem em compreender a lógica interna do grupo, a homogeneidade das informações que estão sendo produzidas e o potencial das entrevistas em objetivar o objeto empírico em todas as suas dimensões (MINAYO, 2014). Serão realizadas duas entrevistas piloto com os adolescentes para identificar oportunidades de modificações nas questões sociodemográficas, no método de entrevistas e seleção dos sujeitos do estudo.

As entrevistas serão agendadas previamente com os adolescentes, professores e direção, realizadas na escola em espaço privado, cedido pela diretoria. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas na íntegra imediatamente após a realização, zelando pela subjetividade do momento. A previsão de duração das entrevistas individuais entre 40 e 60 minutos.

Os adolescentes serão convidados para participar das entrevistas individuais assinando o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICE III). Será explicado que eles deverão levar para suas casas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do(a) responsável pelo(a) adolescente (APÊNDICE IV), a ser assinado pelo seu responsável, sendo o TCLE fundamental para a realização das entrevistas individuais.

3.5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O objetivo da fenomenologia é descrever a estrutura da experiência vivida, incluindo o sentido que a experiência tem para os sujeitos que a vivenciam. A pesquisa fenomenológica não se preocupa com a explicação ou relação causal, mas sim com a compreensão fenomenológica em conjunto com a interpretação. Nesse sentido, tenta-se especificar o significado que compõe a descrição, em uma espécie de “pesquisa da experiência” (SCHNEIDER, 1996).

Segundo Schneider (1996), a pesquisa qualitativa produz informações que não buscam uma relação de causalidade, mas sim os significados atribuídos ao fenômeno estudado. O pesquisador está concentrado nos sentidos dos eventos para os sujeitos da pesquisa. Ou seja, as entrevistas abertas irão desvelar a essência do fenômeno do sofrimento psíquico na adolescência, através das descrições dos sujeitos sobre as vivências no seu mundo da vida.

Para a análise de dados, a pesquisadora irá buscar aquilo que se mostra a partir das experiências. Na perspectiva da sociologia fenomenológica, adota-se a *epoché* do juízo existencial, pela qual o pesquisador suspende a validade objetiva do mundo social, concentrando-se em compreender como ele é vivenciado e significado pelos adolescentes em sua situação biográfica (SCHUTZ, 2012). Isso não elimina a interpretação, mas garante que a análise parta do ponto de vista do sujeito.

Sendo assim, utilizará as etapas descritas por Schneider (2001) para revelar o fenômeno estudado e responder os objetivos da pesquisa:

- a) Leitura das entrevistas transcritas, sem iniciar a interpretação das informações;
- b) Releitura das entrevistas com o objetivo de identificar afirmações que apresentam significados em relação ao fenômeno;
- c) Utilizar postura reflexiva frente às afirmações relacionadas ao fenômeno de estudo, descrevendo o que está presente nestas afirmações;
- d) Buscar, através da análise fenomenológica, focando experiências significativas apontadas pelos adolescentes sobre o fenômeno do sofrimento psíquico, pontos para construir categorias;
- e) Estabelecer uma primeira compreensão do fenômeno e das entrevistas, a partir da constituição das categorias;

- f) Construir a discussão através da interpretação compreensiva das experiências de sofrimento psíquico na adolescência, compreendendo o significado da ação dos adolescentes no mundo da vida diante do sofrimento.

À luz de conceitos da base teórica da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz e da literatura relacionada ao tema, as categorias serão submetidas a análise compreensiva e discussão dos resultados.

4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O projeto será submetido à aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de acordo com os critérios da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, de dezembro de 2012, que discorre sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Considera-se ainda a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que reconhece as especificidades éticas das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, nas quais se insere este estudo, assegurando adequações quanto ao consentimento e ao respeito à singularidade dos participantes. O projeto de pesquisa será submetido à direção da escola para obter carta de anuência (APÊNDICE V) e será submetido à aprovação do CEP da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A anuência dos participantes menores de 18 anos se dará pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por seu representante legal, após esclarecimento completo sobre a pesquisa. Os adolescentes serão convidados a participar da pesquisa por meio da leitura e explicação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), no qual estará descrito a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades (BRASIL, 2012).

As entrevistas serão conduzidas com foco no “ser adolescente no mundo da vida e experiências de sofrimento psíquico”, logo, à medida que emergirem das falas e/ou forem aprofundadas questões relacionadas às experiências de sofrimento psíquico e a pesquisadora ou o adolescente identificarem a necessidade de escuta especializada do sofrimento em questão, o CAPS poderá ser acionado. A pesquisadora estabeleceu contato com a coordenação do serviço e os profissionais do CAPS estão cientes do desenvolvimento da pesquisa na referida escola do

município. Os adolescentes poderão ser encaminhados para acolhimento, através da pesquisadora ou da escola, durante ou após a realização das entrevistas.

5 CRONOGRAMA

Abaixo está representado o cronograma das atividades para a execução da tese de doutorado.

Tabela 1 – Cronograma de pesquisa

Ano	2021		2022						2023 2024*					
Meses	Set/ Out	Nov/ Dez	Jan/ Fev	Mar/ Abr	Mai/ Jun	Jul/ Ago	Set/ Out	Nov/ Dez	Jan/ Fev	Mar/ Abr	Mai/ Jun	Jul/ Ago	Set/ Out	Nov/ Dez
Definição e delimitação do objeto da tese														
Revisão da literatura.														
Redação do projeto de pesquisa.														
Banca de qualificação de tese.														
Submissão ao CEP e obtenção de carta de anuência.														
Adequações do projeto conforme CEP														
Entrada em campo e produção das informações.														
Transcrição das entrevistas.														
Análise das informações.									*	*				
Redação dos artigos científicos.											*	*	*	*
Banca de defesa da tese e submissão dos artigos científicos.														*

Fonte: Elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo César. Fenomenologia e teoria social. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 1, p. 12-22, 2020.

AMRAN, Muhammad Syawal. Psychosocial risk factors associated with mental health of adolescents amidst the COVID-19 pandemic outbreak. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 68, n. 1, p. 6-8, 2022. Disponível em: <DOI: 10.1177/0020764020971008>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes; SERPELONI, Fernanda. O tema da adolescência na saúde coletiva – revisitando 25 anos de publicações. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4831-4842, 2020.

AVANCI, Joviana Quintes et al. Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 287-294, 2007.

BAHLS, Saint-Clair. Aspectos clínicos da depressão em crianças e adolescentes: clinical features. **Jornal de Pediatria**, v. 78, n. 5, p. 359-366, 2002.

BANERJEE, Debanjan; RAI, Mayank. Social isolation in COVID-19: The impact of loneliness. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 6, n. 66, p. 525–527, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020764020922269>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BARROS, Airton Pereira do Rêgo et al. As representações sociais da depressão em adolescentes no contexto do ensino médio. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 19-28, 2006.

BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz et al. Adolescência e saúde mental: revisão de artigos brasileiros publicados em periódicos nacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1273-1282, 2007.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; DE SOUZA, Mériti. Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 4, p. 824-839, 2010.

BIAZUS, Camilla Baldicera; RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. Depressão na adolescência: uma problemática dos vínculos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 83-91, 2012.

BRAGA, Claudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 401-410, 2019.

BRAGA, Claudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 401-410, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.30582016>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/FbPFkF3yqR9ZZvXh9xkkPSh>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 6 abr. 2001.

BRASIL. **Lei nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, 2012. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, 2012. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno Temático de Direitos Humanos**. Brasília: MS, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; Departamento de Ciclos da Vida; Secretaria de Atenção Primária à Saúde, set. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/caps/raps/arquivos/dados-da-rede-de-atencao-psicossocial-raps.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS**. Brasília: MS, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC). Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. Dispõe sobre as normas e diretrizes para organização dos CAPS. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, DF: MS, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: MS, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 34: Saúde Mental**. Brasília: MS, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal, 7 abr. 2016.

BRASIL; CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes no SUS: Tecendo Redes para Garantir Direitos**. Brasília, DF: MS; CNMP, 2014.

BRENER, Nancy et al. Use of tobacco products, alcohol, and other substances among high school students during the covid-19 pandemic — adolescent behaviors and experiences survey, united states, january–june 2021. Centers for Disease Control and Prevention. **Morbidity and Mortality Weekly Report**. MMWR: Suppl 2022, v. 71, n. 3, p. 8-15, 2022. Disponível em: <Adolescent Behaviors and Experiences Survey — United States, January–June 2021 (cdc.gov)>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CARDENAS, Maria; BUSTOS, Samyd; CHAKRABORTY, Rana. A ‘parallel pandemic’: the psychosocial burden of COVID-19 in children and adolescents. **Acta Paediatrica Perspectives**, v. 109, p. 2187-2188, 2020. Disponível em: < DOI: 10.1111/apa.15536 >. Acesso em: 12 jun. 2022.

CARVALHO, Fernanda Freitas Barcellos; DUARTE, Cláudia Daniele; GLANZNER, Cláudia Helena. Saúde mental de crianças no âmbito da Estratégia Saúde da Família. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, n. esp., e20190150, 2020. DOI: 10.1590/1983-1447.2020.20190150.

CICOGNA, Júlia Isabel Richter; HILLESHEIM, Danúbia; HALLAL, Ana Luiza de Lima Curi. **Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil**: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 1-7, 2019.

CLAUMANN, Gaia Salvador et al. Prevalência de pensamentos e comportamentos suicidas e associação com a insatisfação corporal em adolescentes. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 3-9, 2018.

COUTINHO, Luciana Gagueiro. **Adolescência e errância**: destinos do laço social contemporâneo. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2009.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima. **Depressão infantil**: uma abordagem psicossocial. 2. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2005.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; RAMOS, Natália. Distúrbios psicoafetivos na infância e adolescência: um estudo transcultural. **Psico**, v. 39, n. 1, 23-27, 2008.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, v. 27, n.1, p. 17-40, 2015.

CRIVELATTI, Marcia Manique Barreto; DURMAN, Solânia; HOFSTATTER, Lili Marlene. Sofrimento psíquico na adolescência. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, p. 64-70, 2006.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro; SANTOS, Edmilson Menezes. Fenomenologia sociológica de Alfred Schütz: contribuições para a investigação qualitativa em prática educativa. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, e-13274, 2020. Disponível em: <Doi: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13274>>. Acesso em: 12 out. 2022.

DA SILVA, José Carlos Pacheco et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2643-2652, 2021.

DENZIN, Norman Kent. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERNANDES, Fernando Manuel Bessa; MOREIRA, Marcelo Rasga. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 511-529, 2013.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONTENELE, Luciana Queiroz; MIRANDA, Luciana Lobo. Adolescência(s): produções e atravessamentos discursivos em análise. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 23, p. 969-982, 2017.

GADAGNOTO, Thaianne Cristine et al. Repercussões emocionais da pandemia da COVID-19 em adolescentes: desafios à saúde pública. **Revista de Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, e20210424, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-042>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

HARDS, Emily et al. Loneliness and mental health in children and adolescents with pre-existing mental health problems: a rapid systematic review. **British Journal of Clinical Psychology**, v. 61, p. 313-334, 2022. Disponível: <DOI:10.1111/bjc.12331>. Acesso em: 24 jun. 2022.

HAWTON, Keith; SAUNDERS, E. A. Kate; O'CONNOR, Rory C. Self-harm and suicide in adolescents. **The Lancet**, v. 379, p. 2373-2382, 2012.

HINDUJA, Sameer; PATCHIN, Justin. Bullying, cyberbullying and suicide. **Archives of Suicide Research**, v. 14, Issue 3, p. 206-221, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13811118.2010.494133>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

HOUGHTON, Stephen et al. Adolescents' longitudinal trajectories of mental health and loneliness: The impact of COVID-19 school closures. **Journal of Adolescence**,

v. 94, p. 191-205, 2022. Disponível em: <DOI: 10.1002/jad.12017>. Acesso em: 24 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIN, I-Hsuan et al. The association between suicidality and Internet addiction and activities in Taiwanese adolescents. **Comprehensive Psychiatry**, v. 55, n° 3, p. 504-510, 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2013.11.012>>. Acesso em: 15 out. 2022.

LOPES, Claudia de Souza et al. ERICA: prevalência de transtornos mentais comuns em adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 50 (supl 1), s 14, 2016. Disponível em: < DOI:10.1590/S01518-8787.2016050006690>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MASIH, Jolly; RAJKUMAR, Rajasekaran. Internet addiction disorder and mental health in adolescents. *Journal of Depression and Anxiety*, s 13, ISSN:2167-1044, 2019. Disponível em: < DOI: 10.4172/2167-1044.S13-002>. Acesso em: 26 mai. 2022.

MILHOMENS, Aline; MARTIN, Denise. Rupturas e transformações na vida de jovens acompanhados em um CAPS adulto. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1105-1123, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, Ana Ruth Macêdo et al. Sofrimento psíquico em crianças e adolescentes: a busca pelo tratamento. **Escola Anna Nery**, v. 16, n. 3, p. 523-529, 2012.

MONTEIRO, Kátia Cristine Cavalcante; LAGE, Ana Maria Vieira. A depressão na adolescência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 257-265, 2007.

MOREIRA, Luiza Silva; JUNIOR, Edivaldo Góis; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. A educação do corpo no programa dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs: um projeto educacional escrito pela modernidade. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 30, e20180006, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0006> >. Acesso em: 22 jan. 2023.

NASCIMENTO, Sandra et al. Pandemia covid-19 e perturbação mental: breve revisão da literatura. **Revista portuguesa de psiquiatria e saúde mental**, v. 2, n. 6, p. 67-76, 2020.

NIED, Camila et al. Prevenção do suicídio de adolescentes na ótica dos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial. **Psicologia e Saúde em Debate (Psicodebate)**, v. 10, n. 1, p. 841–855, 2024. Disponível em: <<https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/1129>>. Acesso em: 6 set. 2025.

ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1989.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Salud para los adolescentes del mundo: Una segunda oportunidad en la segunda década**. Ginebra: OMS, 2014. Disponível em: <https://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/adolescence/seconddeca de/es/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

OZELLA, Sergio. Adolescência: Uma perspectiva crítica. In: CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; KOLLER, Silva Helena; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, p. 16-24, 2002.

OZELLA, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; KOLLER, Sílvia Helena; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos, organizadores. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia; 2002. p. 16-24.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 97-125, 2008.

PATEL, Vikram et al. Mental health of young people: a global public-health challenge. **The Lancet**, New York, v. 369, n. 9569, p. 1302-1313, 2007.

PIEH, Christoph et al. Assessment of Mental Health of High School Students During Social Distancing and Remote Schooling During the COVID-19 Pandemic in Austria. **The Journal of the American Medical Association**, v. 6, n. 4, e2114866, 2021. Disponível em: <[doi:10.1001/jamanetworkopen.2021.14866](https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2021.14866)>. Acesso em: 05 jun. 2022.

RIBEIRO, Ísis Bazilio. **Amamentação exclusiva no vivido da adolescente: mundo da vida, relações sociais e intencionalidade**. 2013. 184 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

ROCHE, Kathleen et al. COVID-19 Stressors and latinx adolescents' mental health symptomatology and school performance: a prospective study. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 51, p. 1031-1047, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.1007/s10964-022-01603-7>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ROSSI, Livia Martins et al. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, e00125018, 2019. Disponível em: < doi: 10.1590/0102-311X00125018>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SALLES, Leira Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-41, 2005.

SAMJI, Hasina et al. Review: Mental health impacts of the COVID-19 pandemic on children and youth – a systematic review. **Child and Adolescent Mental Health**, v. 27, n. 2, p. 173-189, 2022. Disponível em: < doi:10.1111/camh.12501>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SCHNEIDER, Jacó Fernando. O método fenomenológico na pesquisa em enfermagem psiquiátrica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 17, n. 2, p. 100-108, 1996.

SCHNEIDER, Jacó Fernando. **Ser-família de esquizofrênico: o que é isto?** Cascavel: Edunioeste, 2001.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz**. Compilação de Helmuth Wagner. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre a fenomenologia e relações sociais**. São Paulo: Vozes, 2012.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012.

TOROS, Fevziye et al. Prevalence of depression as measured by the CBDI in a predominantly adolescent school population in Turkey. **European Psychiatry**, v. 19, n. 5, 264–271, 2004.

WINNICOTT, Donald. **Adolescência: transpondo a zona das calmarias**. Família e desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Preventing suicide: a global imperative**. Geneva: WHO Press, 2014.

ZHOU, Shuang-Jiang et al. Prevalence and socio-demographic correlates of psychological health problems in Chinese adolescents during the outbreak of COVID-19. **European Child and Adolescent Psychiatry**, v. 29, p. 749-758, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00787-020-01541-4>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

APÊNDICE I – ROTEIRO DA DINÂMICA DE ABERTURA “JOGO DOS QUADRADOS”

Objetivo	Promover a interação entre os alunos; Refletir sobre as diferenças e semelhanças que a dinâmica poderá revelar, explanando que mesmo nas semelhanças, cada pessoa vive e interpreta aquela experiência de maneira subjetiva e individual.
Descrição dos procedimentos	Serão desenhados três quadrados grandes no chão: um quadrado para a resposta “sim”, outro para resposta “não” e outro para “prefiro não opinar”; A pesquisadora irá disparar perguntas e os adolescentes devem se movimentar entre os três quadrados de acordo com a resposta que atribuírem à pergunta, entrando nos quadrados correspondentes.
Perguntas disparadoras	1. “Você torce para o Grêmio?” 2. “Você torce para o Internacional?” 3. “Gosta de sorvete?” 4. “Gosta de estudar?” 5. “Gosta de sair com os amigos?” 6. “Gosta de conversar pessoalmente com as pessoas?” 7. “Fica muitas horas do dia no celular?” 8. “Teve medo da pandemia da Covid-19?” 9. “Já se sentiu sozinho em algum momento?” 10. “Considera a adolescência uma fase complexa ou complicada da vida?”
Encerramento	Pesquisadora pergunta qual o entendimento dos alunos sobre a dinâmica; Pesquisadora encerra a oficina, retomando o objetivo da dinâmica.

APÊNDICE II – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA OFICINA

O quanto você achou o conteúdo da oficina interessante?	☐ Muito interessante ☐ Pouco interessante ☐ Não achei interessante
Você gostou de participar da oficina?	☐ Gostei muito ☐ Gostei pouco ☐ Não gostei
Você tem interesse em continuar falando sobre o assunto?	☐ Sim ☐ Não Se você marcou SIM, inscreva-se até o dia XX para participar da pesquisa de doutorado: “A EXPERIÊNCIA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUAS REPERCUSSÕES NA ADOLESCÊNCIA”. Vamos trocar ideias e produzir conhecimento! Os inscritos irão participar das entrevistas individuais com a pesquisadora Camila.

APÊNDICE III – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados sociodemográficos:

Idade (em anos):

Sexo: () F () M

Identidade de gênero: () homem/masculino () mulher/feminino

Orientação sexual: () heterossexual () homossexual () bissexual () assexual

() pansexual () outros

Autodeclaração étnico-racial: () preto () pardo () branco () amarelo () indígena

() outros

Composição familiar (com quem você mora?):

Local de trabalho/fonte de renda:

Crenças/valores/religião:

Participa de atividades comunitários e/ou sociais? Quais?

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO:

- 1) Fale-me sobre a adolescência. O que é ser adolescente para você?
- 2) Fale sobre experiências marcantes que você vivenciou durante sua adolescência, podem ser boas ou ruins.
- 3) Fale-me sobre experiências de sofrimento.
- 4) O que você fez quando estava sofrendo? Quais foram suas ações?
- 5) O que o motivou a procurar, ou não, ajuda quando estava sofrendo? Qual era a sua expectativa (o que esperava quando procurou ajuda)?
- 6) Fale sobre as experiências que você relatou e as relações com seus amigos, outros adolescentes, sua família, escola...

- 7) Você conhece o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)? Frequenta o posto de saúde?
- 8) Você conhece os direitos dos adolescentes?

APÊNDICE IV - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DO(A) ADOLESCENTE

A enfermeira Camila Nied, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNISINOS está desenvolvendo uma pesquisa com a turma de segundo ano do ensino médio do Instituto Estadual Professora Nena (CIEP) intitulada **“A EXPERIÊNCIA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUAS REPERCUSSÕES NA ADOLESCÊNCIA”**. A pesquisa tem como objetivo analisar como as experiências de sofrimento repercutem na vivência da adolescência. A pesquisa poderá contribuir para melhoria dos ambientes em que vivem os adolescentes e promover a sua saúde mental.

Você está sendo convidado a participar de uma entrevista individual. Os possíveis riscos mínimos que você poderá experimentar é o constrangimento de expressar sua opinião sobre determinado aspecto de sua vida como adolescente. Você poderá retirar-se da pesquisa a qualquer momento e se for detectada alguma dificuldade na sua vida poderá ser encaminhado(a) para uma ajuda psicológica se essa for a sua vontade. Os seus responsáveis serão sinalizados caso identificada essa necessidade de encaminhamento. Você e seu responsável têm garantia de receber as informações sobre o estudo, esclarecimentos e orientações sobre qualquer dúvida.

As informações coletadas na entrevista serão usadas apenas para fins desse estudo. Elas serão confidenciais, isto é, nunca será revelado quem deu essa informação, pois a identidade do seu nome será sempre sigilosa.

Esse termo de consentimento será assinado em duas vias, uma ficará com você e a outra com a pesquisadora.

Data: __/__/__

Nome assinatura do(a) adolescente participante:

Pesquisadora responsável: Camila Nied, Enfermeira

Telefone: (51) 99596-4664 E-mail: camilaniem@gmail.com

APÊNDICE V - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) ADOLESCENTE

A enfermeira Camila Nied, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNISINOS está desenvolvendo uma pesquisa com a turma de segundo ano do ensino médio do Instituto Estadual Professora Nena (CIEP) intitulada **“A EXPERIÊNCIA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUAS REPERCUSSÕES NA ADOLESCÊNCIA”**. A pesquisa tem como objetivo analisar como as experiências de sofrimento repercutem na vivência da adolescência. A pesquisa poderá contribuir para melhoria dos ambientes em que vivem os adolescentes e promover a sua saúde mental.

Seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa por meio de uma entrevista que será feita a ele sobre a sua vida de adolescente. Para essa participação precisamos de sua autorização como responsável por ele para fazer essa entrevista. Os possíveis riscos mínimos que seu filho(a) poderá experimentar é o constrangimento de falar sobre determinado aspecto de sua vida como adolescente. Ele poderá retirar-se da pesquisa a qualquer momento e se for detectada alguma dificuldade na sua vida ele poderá ser encaminhado(a) para uma ajuda psicológica se essa for a vontade dele. Você como responsável será notificado caso for identificada essa necessidade de encaminhamento. Você como responsável e seu filho(a) têm a garantia de receber as informações sobre o estudo, esclarecimentos e orientações sobre qualquer dúvida.

As informações concedidas pelo adolescente na entrevista serão usadas apenas para fins desse estudo. Essas informações serão confidenciais, isto é, nunca será revelado quem deu essa informação, pois o nome do(a) adolescente será sempre sigilosa.

Esse termo de consentimento será assinado em duas vias, uma ficará com o(a) responsável pelo(a) adolescente e a outra com a pesquisadora.

Data: __/__/__

Assinatura do(a) responsável:

Pesquisadora responsável: Camila Nied, enfermeira

Telefone: (51) 99596-4664 E-mail: camilanied@gmail.com

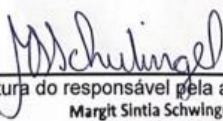
ANEXO I - CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Margit Sintia Schwingel, diretora do Instituto Estadual Professora Nena (CIEP) localizado na Rua Uberaba, 56, Bairro Amaral Ribeiro, Município de Sapiranga, Rio Grande do Sul, autorizo a realização da pesquisa de tese de doutorado intitulada **"A EXPERIÊNCIA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUAS REPERCUSSÕES NA ADOLESCÊNCIA"**, coordenada pela aluna Camila Nied e seu orientador professor Dr. José Roque Junges.

A pesquisa tem como objetivo analisar as repercussões de experiências de sofrimento psíquico na adolescência, compreendendo a partir das relações sociais estabelecidas, as ações dos adolescentes no mundo da vida diante do sofrimento. A pesquisa poderá contribuir no desenvolvimento de estratégias para a proteção da saúde mental na adolescência, produzindo conhecimento sobre como os adolescentes agem procuram ajuda quando vivenciam sofrimento psíquico. Serão realizadas entrevistas com os adolescentes de duas turmas do segundo ano do ensino médio e um grupo de discussão com os professores que lecionam para as turmas.

A pesquisa irá adotar todos os cuidados éticos e de preservação da identidade dos participantes.

Sapiranga, 27/06/23


Assinatura do responsável pela anuência para a realização da pesquisa.
Margit Sintia Schwingel
IDENT - 190 8421
DIRETORA

I.E. PROFª NENA-CIEP
SAPIRANGA - RS
F: 3599.2454
CNPJ: 92.941.681/0001-00
CNPJ: 02.283.102/0001-97

ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A EXPERIÊNCIA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUAS REPERCUSSÕES NA ADOLESCÊNCIA

Pesquisador: CAMILA NIED

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70921123.0.0000.5344

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.186.778

PARTE DOIS: RELATÓRIO DE CAMPO

RELATÓRIO DE CAMPO

O presente relatório visa descrever o trabalho de campo desenvolvido para a tese intitulada: Experiências de sofrimento psíquico na adolescência.

1 Do surgimento da ideia ao projeto de pesquisa

O percurso da minha tese de doutorado tem início no ano de 2021, ao final do curso de mestrado. Enfermeira de formação, sempre flertei com a temática da saúde mental, apesar de não atuar diretamente nesta área. A minha dissertação de mestrado abordou a temática da prevenção do suicídio de adolescentes, através de entrevistas com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com o objetivo de analisar como os profissionais trabalhavam a prevenção do suicídio de adolescentes em três níveis de prevenção: universal, seletiva e indicada. Os resultados do mestrado demonstraram que muitas vezes os adolescentes acessavam a RAPS pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) ou pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) após já terem efetivado uma tentativa de suicídio ou quando apresentavam o desejo de tirar a própria vida, já com planos e ideação suicida, ou seja, quando o sofrimento psíquico já estava manifestando sua forma mais grave.

Nesse contexto, ao final do mestrado, perguntei-me várias vezes: mas por que os adolescentes não procuraram ajuda antes? O que eles fazem quando estão sofrendo? Eles são invisíveis quando não estão em sofrimento psíquico grave? Como prevenir que o sofrimento psíquico se agrave ao ponto de o adolescente querer tirar a própria vida? Onde está a família nesse contexto? E a escola? Os adolescentes não manifestam sinais de sofrimento antes de pensar em tirar a própria vida? Na busca por respostas, entendi que era necessário conversar com os adolescentes. Partindo desse pressuposto, ao entrar no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos, eu estava disposta a conduzir uma pesquisa que permitisse ouvir os adolescentes para entender junto deles o que é a adolescência, por que os adolescentes sofrem e o que eles fazem quando estão em sofrimento psíquico. Além disso, considero que, dar voz aos adolescentes e envolvê-los em pesquisas que estão genuinamente preocupadas com sua saúde mental e seu desenvolvimento, é fundamental para avançar na

construção de um futuro que olhe para essa população e compreenda a complexidade do seu viver.

Um dos profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que eu entrevistei, para a dissertação, disse que havia desenvolvido um trabalho de promoção da saúde mental de adolescentes junto com turmas do ensino médio de uma escola estadual do município. A fala do participante sobre esse trabalho marcou meu campo de mestrado:

*“Chegou um momento que eu disse: vamos fazer assim ó, a profe dá licença pra nós, a gente vai ficar aqui na sala, a gente vai bagunçar essa sala, vamos tirar todas essas classes, vamos tirar todas essas barreiras, vamos colocar o tabuleiro no meio e vamos se concentrar no nosso jogo. E aí a gente conseguiu um vínculo muito forte com eles e aí **começou a vir cobras e lagartos...**”*

“*Cobras e lagartos*” era a expressão que eu tinha na cabeça. O que seriam essas “*cobras e lagartos*”? Sendo assim, ao iniciar o curso de doutorado, a fala do profissional de saúde marcou a escolha da temática que eu iria desenvolver: conhecer experiências de sofrimento psíquico entre os adolescentes. Neste momento, decidi ampliar meu conhecimento para além do recorte de adolescentes que tentaram suicídio, como havia trabalhado no mestrado. A decisão tomada antes do início da escrita do projeto de pesquisa era a de que o foco do trabalho não seriam os adolescentes com diagnósticos de transtornos mentais, pois o objetivo era compreender a adolescência na sua essência e como o sofrimento psíquico é vivido (ou não) nessa fase da vida. Logo, junto com meu professor orientador, decidimos que eu iria entrevistar os adolescentes da mesma escola que o profissional do CAPS havia encontrado “*cobras e lagartos*”.

A partir dessas definições, iniciei a escrita do projeto de pesquisa. Em busca de um referencial teórico que trouxesse uma definição de experiência que pudesse guiar o trabalho. Indo de encontro com os objetivos que tínhamos em mente, deparei-me com estudos que traziam a noção de experiência do autor Alfred Schutz. Sempre fui uma enfermeira que gosta de ler referenciais teóricos da sociologia, tanto que meu trabalho de conclusão de curso da enfermagem utilizou o referencial de itinerários terapêuticos, na ocasião, focando em trajetórias e experiências de pessoas que conviviam com doenças crônicas. Nessa perspectiva, encontrei nos

textos de Schutz e em pesquisas que utilizaram a base teórica da sociologia fenomenológica, uma construção de experiência que fazia sentido dentro da temática da tese.

Traduzindo brevemente o que Schutz nos revela: a experiência é vivida no tempo interno da pessoa, diferente do tempo cronológico. A experiência está relacionada ao “mundo da vida”, aquele mundo vivido no senso comum. A experiência só pode ser compreendida a partir do sujeito, com seus projetos, intenções e motivações. A experiência é intersubjetiva, pois o sentido da experiência só pode ser construído na interação com os outros e com o mundo. Percebi que Schutz reafirma e amplia algo no qual sempre acreditei, e que inclusive registrei no último slide da defesa do meu TCC na graduação: a vida acontece no encontro com o outro.



Figura 1: Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Enfermagem pela Unisinos.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2019.

Aprofundando Schutz e trazendo meu entendimento sobre sua teoria, compreendi que a experiência é o conteúdo da consciência vivido pelo sujeito no fluxo temporal, estruturado pela perspectiva do mundo da vida cotidiana. Ela é sempre situada, intencional e interpretada com base no estoque de conhecimento à mão, isto é, tudo aquilo que a pessoa já aprendeu, vivenciou e incorporou ao longo da vida. A experiência só adquire sentido quando é rememorada, interpretada e relacionada às motivações do sujeito.

Essas definições foram fundamentais para a escolha do referencial teórico junto ao meu orientador. Destaco aqui que, nem eu e nem meu orientador havíamos trabalhado com a sociologia fenomenológica. O professor Roque conhecia os textos de Husserl e Merleau-Ponty sobre fenomenologia, mas o encontro da fenomenologia com a sociologia, era uma novidade. Portanto, tínhamos uma teoria a ser estudada e compreendida por ambos, e foi assim que nasceu o projeto de pesquisa.

Durante a escrita do projeto, iniciei as primeiras aproximações com o campo no ano de 2023. Solicitei ajuda a uma assistente social que trabalha junto ao município para que ela pudesse fazer uma ponte entre meu trabalho e a direção da escola que eu planejava realizar o campo de pesquisa. A assistente social prontamente fez contato com a direção da escola e eu tive acesso ao telefone pessoal da diretora.

Após contatos pelo WhatsApp, apresentando de maneira informal a pesquisa, organizei uma visita à escola para conversar pessoalmente com a direção. Neste primeiro contato, fui muito bem recebida pela diretora e pela vice-diretora que prontamente concordaram que o tema da saúde mental era importante para os adolescentes e para a escola. Já neste dia, elas fizeram relatos de situações de sofrimento psíquico dos adolescentes, como por exemplo, o dia em que uma aluna precisou ir ao hospital devido uma crise de ansiedade. Logo, a conversa inicial já demonstrou que o tema era latente na escola.

Ao final da primeira visita na escola, ficou acordado que eu iria encaminhar a carta de anuência para ser assinada. Com a assinatura da carta de anuência, no dia 27 de junho, encaminhei o projeto para o Comitê de Ética e Pesquisa da Unisinos, obtendo aprovação em primeira instância. O próximo passo foi o exame de

qualificação de tese, que ocorreu no dia sete de agosto de 2023. Nesta data, eu estava no segundo semestre de gestação e este é um fato que atravessou minha experiência como doutoranda e pesquisadora, mas irei comentar mais à frente.

A banca de qualificação sugeriu algumas alterações no projeto como: aprofundar a revisão teórica da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz em relação a teoria das tipificações; incorporar textos sobre políticas públicas no Brasil, problematizando o tema; incorporar o COnsolidated criteria for REporting Qualitative research (COREQ) ao método; rever o objetivo que previa entrevistas com os professores, entendendo que, produzir entrevistas profundas com os adolescentes, já seria um trabalho que contemplaria o problema de pesquisa e o referencial teórico.

Feitas as alterações a partir das considerações da banca, preparei-me para adentrar ao campo de pesquisa, conforme o planejamento descrito no projeto de pesquisa.

2 Primeira fase do trabalho de campo

Aprovada no exame de qualificação, comecei a colocar em prática a primeira fase do trabalho de campo. A escola é uma instituição complexa, formada pelos professores, alunos e suas famílias. Como eu iria entrevistar adolescentes, provavelmente a grande maioria seria menor de idade e eu teria que convencer não só os adolescentes, mas também obter o consentimento de um dos pais ou da pessoa responsável. Mas, antes de chegar ao consentimento dos responsáveis, eu precisava que os adolescentes tivessem o interesse e o desejo em participar da pesquisa. Sendo assim, meu primeiro passo foi obter a confiança dos alunos, mas também dos professores em relação ao projeto de pesquisa, entendendo que são pessoas que fazem parte do mundo da vida dos adolescentes.

No dia 22 de agosto de 2023 no turno da manhã, fiz a primeira abordagem com os professores para explicar os objetivos da pesquisa e o funcionamento de cada etapa do campo. Reunimos todos na sala dos professores para que eu pudesse conduzir este momento. Realizei uma apresentação geral do projeto e depois reuni o grupo de professores das turmas do segundo ano do ensino médio para maiores detalhes e esclarecimento de dúvidas, considerando que essas eram turmas com as quais eu iria trabalhar na pesquisa.



Figura 2: Professores do turno da manhã

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.



Figura 3: Professores do segundo ano do ensino médio do turno da manhã

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Na semana seguinte, no dia 23 de agosto, visitei os professores das turmas do segundo ano da noite. À noite encontrei um grupo menor de professores que me recebeu muito bem e que reforçou durante a conversa, a necessidade de falar sobre a saúde mental dos adolescentes.

Após as conversas com o grupo de professores, iniciei a fase de realização das oficinas “adolescência e saúde mental”, conforme descrito no projeto de pesquisa. Nesta etapa, organizei junto à direção e coordenadores da escola, dois momentos: um de manhã e um a tarde. Conversei com todas as turmas do segundo ano do ensino médio (três turmas no turno da manhã e quatro turmas no turno da noite) explicando quem eu era, o que era um doutorado, o objetivo da minha pesquisa de doutorado, as etapas do campo de pesquisa, para então oficializar o convite para os alunos participarem da oficina, disponibilizando a lista de inscrição. A oficina foi de participação voluntária e os alunos poderiam se inscrever para participar. A oficina tinha como objetivo a aproximar a temática da pesquisa dos adolescentes. A ideia era despertar o interesse pelo tema e criar uma conexão com eles, ajudando-os a entender melhor a importância de falar sobre saúde mental e sofrimento e, se achassem interessante e quisessem continuar conversando sobre isso, poderiam se inscrever para participar das entrevistas individuais.

Segue abaixo o cronograma da primeira fase do trabalho de campo e os roteiros da oficina:

Cronograma pesquisa de campo compartilhado com os professores coordenadores e direção da escola:

22/08 as 10:00h conversa com professores sobre a pesquisa (sala dos professores)
23/08 20:00h conversa com professores sobre a pesquisa (sala dos professores)
29/08 as 10:30h convite aos alunos para participar da oficina + deixar ficha de inscrições (pessoalmente em todas as turmas de 2° ano)
30/08 as 20:30h convite aos alunos para participar da oficina + deixar ficha de inscrições (pessoalmente em todas as turmas de 2° ano)
01/09 recolher as fichas de inscrição da oficina
11/09 as 10:30h oficina com alunos da manhã (1h20min a 1h30min de duração)
12/09 as 20:30h oficina com alunos da noite (1h20min a 1h30min de duração)

Roteiro de organização da oficina:

Objetivos da oficina	Provocar reflexões dos alunos sobre a temática da pesquisa: adolescência, saúde mental e sofrimento psíquico. Explorar o vocabulário dos adolescentes sobre sofrimento psíquico.
Público-alvo	Alunos do segundo ano do ensino médio dos turnos da manhã e da noite;
Tempo de duração	1 hora e 20 min até 1 hora e 30 minutos.
Participantes	Pesquisadora; Observador; Alunos; Professores.
Material	Papel pardo; Canetas coloridas;
Preparação para a oficina	Apresentar os objetivos e procedimentos da oficina para a direção e professores do segundo ano; Definir datas e horários da oficina junto à direção; Conversar pessoalmente com as turmas do segundo ano, explanando os objetivos da pesquisa e convidando os alunos para se inscreverem na oficina que será denominada: “Adolescência e saúde mental”; Abrir as inscrições para a oficina e deixar lista de inscrição com o líder da turma; Recolher as inscrições; Analisar o número de inscritos e preparar materiais.

Procedimentos de abertura da oficina	Apresentar-se aos alunos; Conversar sobre os objetivos, métodos e contribuições da pesquisa de doutorado para a saúde mental dos adolescentes; Explicar os procedimentos da dinâmica de abertura: jogo dos quadrados (APÊNDICE I do projeto de pesquisa); Encerrar a dinâmica, retomando o objetivo do jogo.
Procedimentos da oficina	Explicar os procedimentos e objetivo da oficina; Dividir os alunos em grupos de no máximo cinco pessoas; Distribuir os materiais entre os grupos: um painel para cada grupo e as canetas; Instruir os grupos para a construção do painel a partir das perguntas: o que é ser adolescente? O que vocês entendem por saúde mental? Os alunos poderão se expressar através de desenhos ou da escrita. As expressões e a construção são livres. Os adolescentes podem representar o pensamento do grupo ou considerações individuais, caso cada participante queira escrever/desenhar individualmente no espaço do painel; Organizar os grupos para apresentar o painel construído, provocando reflexões; Encerrar oficina retomando o objetivo; Distribuir formulário de avaliação da oficina (APÊNDICE II do projeto de pesquisa); Recolher os formulários.

Roteiro da dinâmica de abertura: “Jogo dos Quadrados”:

Objetivo	Promover a interação entre os alunos; Refletir sobre as diferenças e semelhanças que a dinâmica poderá revelar, explanando que mesmo nas semelhanças, cada pessoa vive e interpreta aquela experiência de maneira subjetiva e individual.
Descrição dos procedimentos	Serão desenhados três quadrados grandes no chão: um quadrado para a resposta “sim”, outro para resposta “não” e outro para “prefiro não opinar”; A pesquisadora irá disparar perguntas e os adolescentes devem se movimentar entre os três quadrados de acordo com a resposta que atribuírem à pergunta, entrando nos quadrados correspondentes.
Perguntas disparadoras	1. “Você torce para o Grêmio?” 2. “Você torce para o Internacional?” 3. “Gosta de sorvete?” 4. “Gosta de estudar?” 5. “Gosta de sair com os amigos?” 6. “Gosta de conversar pessoalmente com as pessoas?” 7. “Fica muitas horas do dia no celular?” 8. “Teve medo da pandemia da Covid-19?” 9. “Já se sentiu sozinho em algum momento?” 10. “Considera a adolescência uma fase complexa ou complicada da vida?”
Encerramento	Pesquisadora pergunta qual o entendimento dos alunos sobre a dinâmica; Pesquisadora encerra a oficina, retomando o objetivo da dinâmica.

Realizadas as conversas e o convite para as oficinas em todas as turmas do segundo, no dia primeiro de setembro recolhi as fichas de inscrição. A primeira oficina aconteceu no dia 11 de setembro às 10:30h com os alunos da manhã. Organizei o apoio de uma pessoa que se identifica com a temática para ajudar e ser observadora durante as oficinas, entendendo que eu estaria imersa e 100% à disposição dos alunos. Ela apoiaria na condução e nas anotações de diário de campo. A oficina do turno da manhã foi realizada no refeitório da escola, pois era um local amplo e com a disponibilidade de mesas para os adolescentes desenvolverem a atividade.

2.1 Oficina no turno da manhã

Participaram da oficina 39 alunos do segundo ano do turno da manhã e três professores. A primeira dinâmica foi o “jogo dos quadrados” e serviu como um aquecimento sobre a temática principal. Na dinâmica, eu fazia algumas perguntas e os alunos se movimentavam entre três quadrados desenhados no chão com as respostas “sim”, “não” e “prefiro não opinar”. Alguns pontos interessantes sobre a dinâmica: os adolescentes se mostraram empolgados com a pergunta referente ao time de futebol para o qual torciam; foram quase unânimes em responder “não” à pergunta sobre gostar de estudar; durante a pergunta “gosta de sair com os amigos?” surgiu um comentário de um dos adolescentes falando “*e quem não tem amigos?*”; alguns adolescentes se movimentaram para o “não” quando questionados sobre gostar de conversar pessoalmente, mas a maioria optou por “sim”; sobre ter medo da Covid-19, as respostas ficaram quase divididas igualmente; a grande maioria respondeu “sim” sobre já ter se sentido sozinho e praticamente todos responderam “sim” sobre achar a adolescência uma fase complicada.

Para a segunda parte da oficina, elaborei dois cartazes com as perguntas principais que seriam abordadas nas entrevistas individuais: o que é ser adolescente? O que vocês entendem por saúde mental? Os cartazes com as perguntas foram colados na parede para que os alunos pudessem consultar.

A proposta da segunda parte da oficina foi a elaboração de painéis que representassem as respostas às duas perguntas. Para isso, os alunos foram divididos em grupos, receberam um pedaço grande de papel pardo e muitas canetas. Durante a criação dos painéis, algumas situações chamaram a atenção,

como risadinhas quando liam a pergunta sobre saúde mental; comentários do tipo: “ser adolescente é ser depressivo e problemático”; alguns grupos optaram por dividir o painel em dois lados para responder às duas perguntas e outros usaram todo o espaço para representar as duas respostas juntas através de palavras e/ou desenhos; alguns adolescentes não interagiram com o grupo e optaram por aproveitar o momento da oficina para olhar o celular. Abaixo segue fotos da oficina realizada no turno da manhã:



Figuras 4 e 5: Alunos elaborando os painéis na oficina da manhã.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.



Figura 6: Jogo dos quadrados na oficina da manhã.

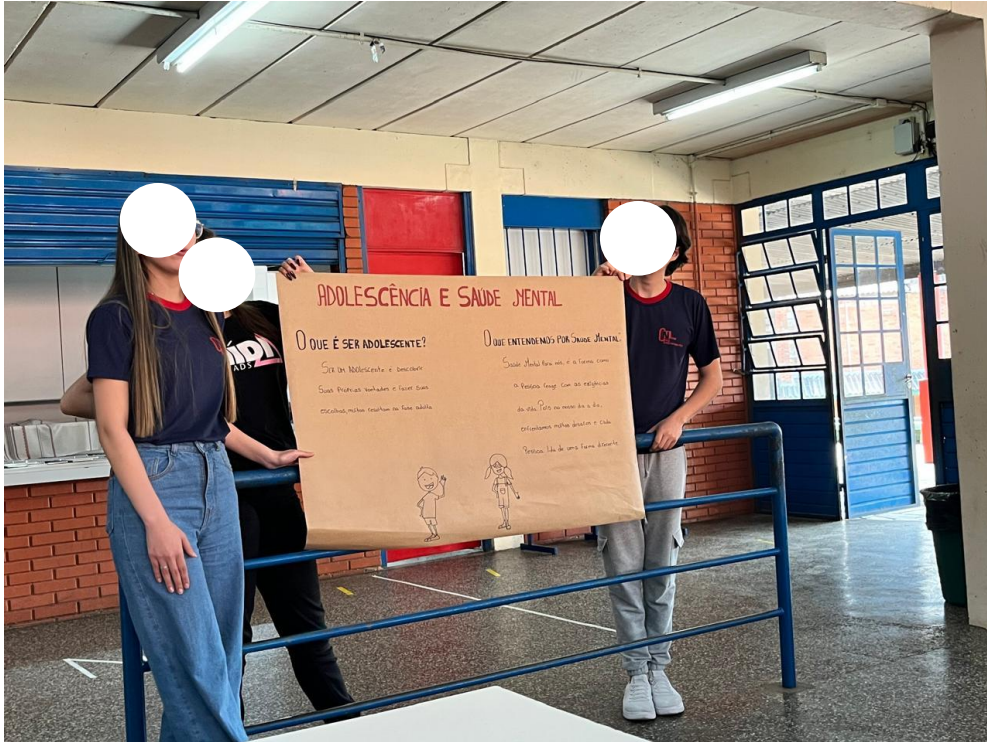
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

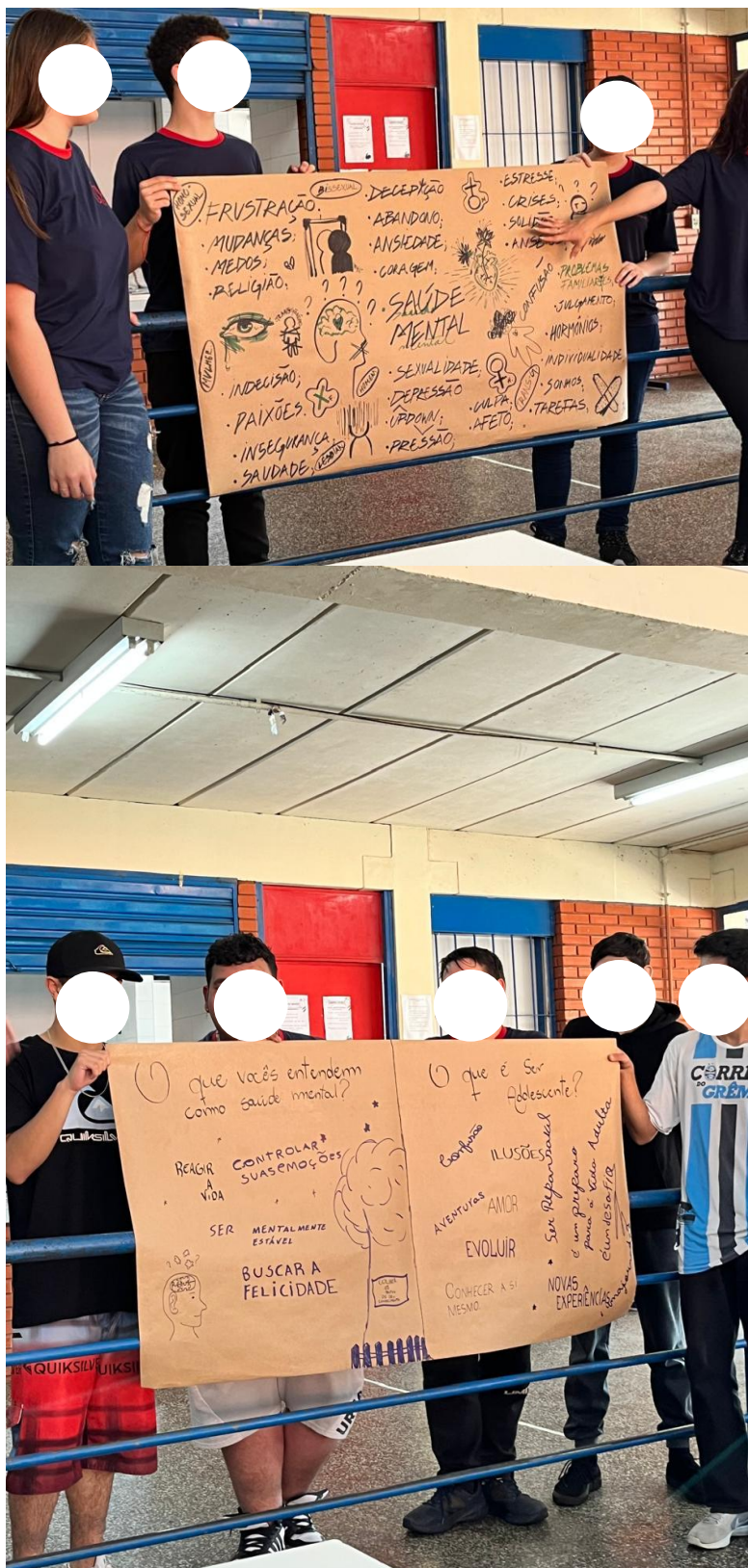


Figura 7: Explicação da oficina da manhã.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

Após a elaboração dos painéis, os grupos foram convidados a apresentar o painel e explicar o que estava representado ali:





Figuras 8 a 11: Apresentação dos painéis na oficina da manhã.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

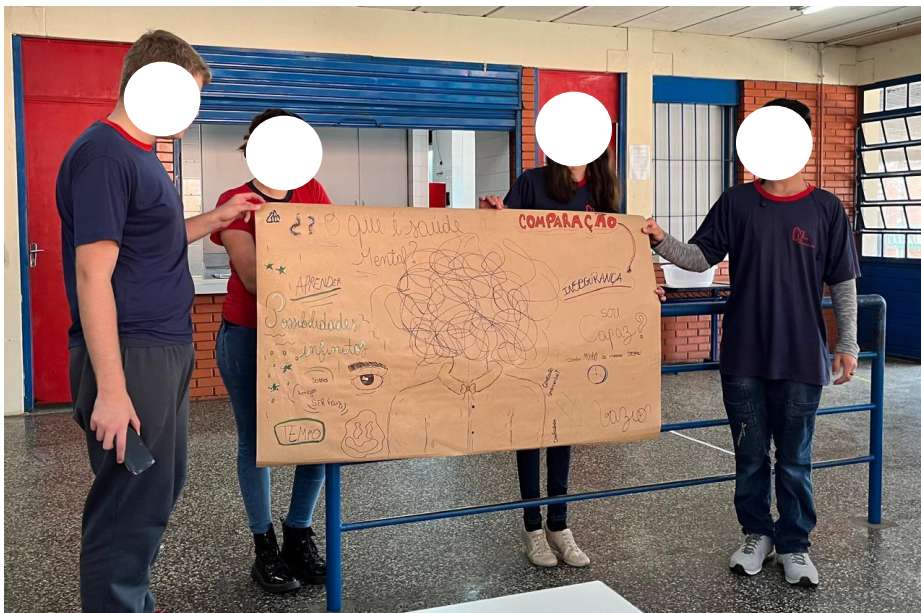


Figura 12: Painel a adolescência e sua confusão.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

No momento das apresentações, algumas falas foram marcantes durante a explicação dos desenhos e/ou frases e palavras. A imagem de um rosto derretendo no espelho, com a explicação de que os adolescentes por vezes não se reconhecem diante do espelho, devido às mudanças que o corpo passa na adolescência; a cabeça composta por riscos de caneta, representando a adolescência como uma fase de confusão, onde muitas vezes não conseguem compreender seus sentimentos; e o entendimento de que as escolhas feitas nesse período da vida, irão impactar na fase adulta.

Ao final da oficina, os alunos responderam a um formulário de avaliação sobre a atividade. Também foi disponibilizada uma lista para que os interessados em participar das entrevistas individuais pudessem deixar seu nome completo e a turma.

2.2 Oficina no turno da noite

Participaram da oficina 32 alunos do segundo ano do turno da manhã e quatro professores. A oficina foi realizada no dia 12 de setembro em uma sala grande, destinada às atividades de ciências. Assim como na oficina da manhã, iniciei com a dinâmica “jogo dos quadrados”. Logo no início da minha fala sobre como funcionaria a oficina, pude perceber que o perfil dos adolescentes da noite era diferente dos adolescentes do dia, pois o grau de atenção à minha fala foi menor

quando comparado com os alunos do dia. Ao iniciar a minha fala, os alunos dispararam algumas risadas sobre o assunto, além de manterem conversas paralelas durante a explicação.

Em relação à dinâmica dos quadrados, os pontos que chamaram a atenção foram: a maioria dos alunos respondeu “sim” em relação a gostar de estudar; a maioria respondeu que não teve medo durante a pandemia da Covid-19; durante a pergunta “já se sentiu sozinho em algum momento?” houve um comentário “*nossa que depressiva*” direcionado para uma das meninas que estava no quadrado do “sim”; poucos alunos optaram pela opção de “não opinar” durante a dinâmica. Ao final do jogo dos quadrados, retomei o sentido da atividade junto aos alunos e pude ouvir conversas paralelas durante a explicação, diferente da oficina da manhã, onde os alunos focaram a atenção na dinâmica.

Após o jogo dos quadrados, iniciei a segunda parte da oficina. Os alunos foram separados em grupos de sua escolha e receberam os materiais para elaborar os painéis baseados nas perguntas principais da atividade: o que é ser adolescente? O que vocês entendem por saúde mental? Foi possível perceber que os alunos demoraram um pouco para iniciar os painéis. Durante a atividade, circulei entre a sala e um grupo de meninos ficou um tempo conversando comigo. Um deles disse que não é mais adolescente e que durante a sua adolescência ou ele estava bêbado ou estava dormindo. No mesmo grupo, um complementou e disse que foi pai durante a adolescência (hoje ele tem 18 anos) e que por isso não se considerava mais adolescente, justificando que precisou amadurecer cedo.

Em relação a atividade, observei que alguns alunos ficaram apenas sentados observando outros do grupo elaborarem o painel. Um dos grupos fez alguns questionamentos sobre a atividade, demonstrando certa insegurança por estar fazendo errado o painel. Outro grupo disse que o painel deles, construído com palavras, já estava bom para eles que nunca fazem nada. Durante a atividade, percebi que a interação informal dos adolescentes da noite comigo e com a observadora foi maior.

Após o término dos painéis, os grupos foram convidados a apresentar os trabalhos. Um dos grupos optou por não apresentar.

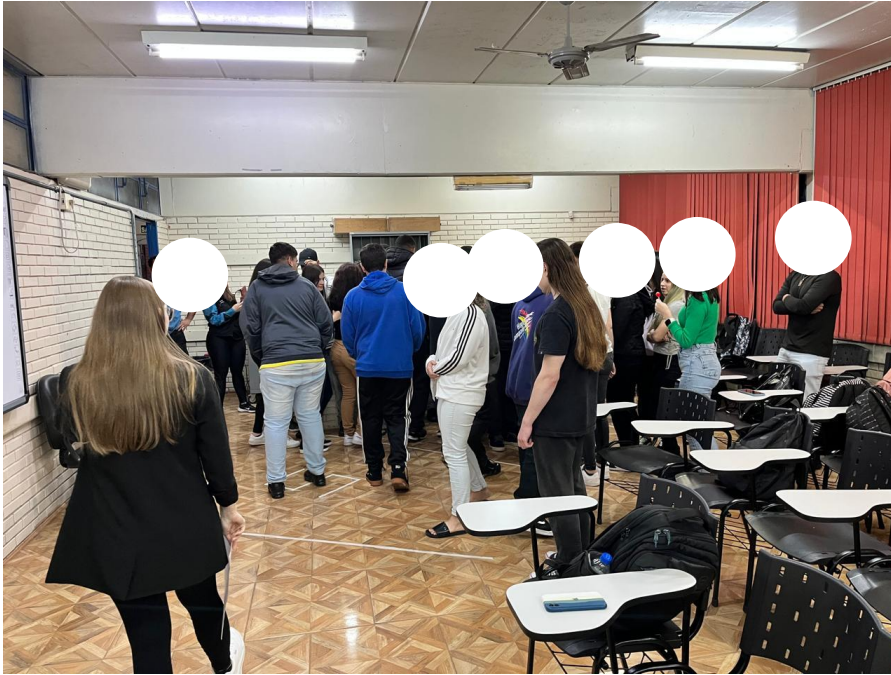
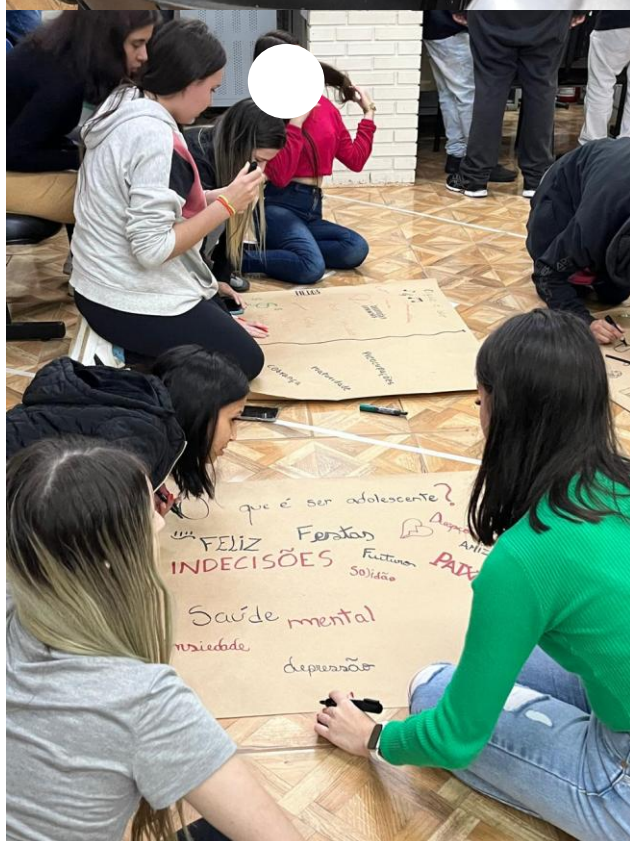
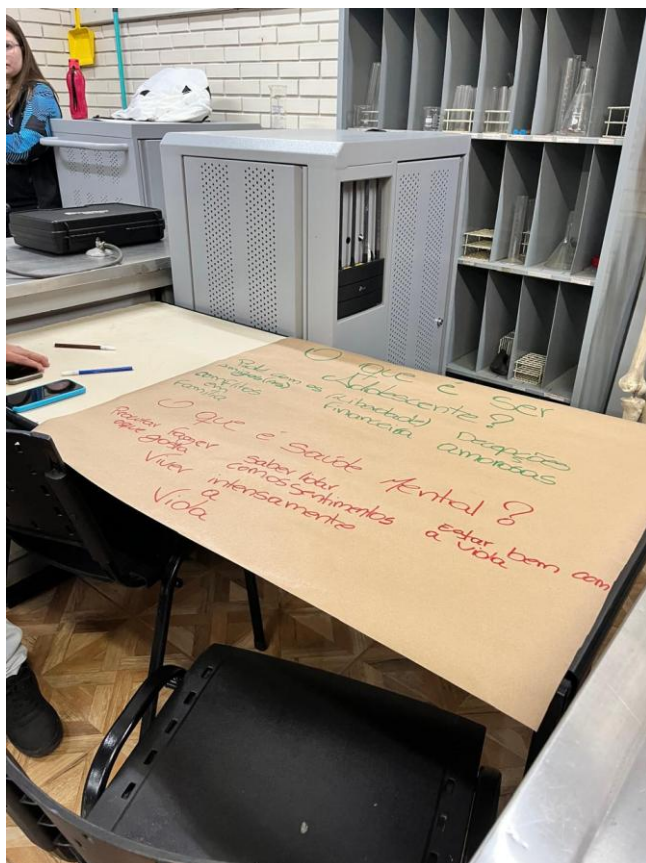


Figura 13: Jogo dos quadrados na oficina da noite.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.





Figuras 14 a 16: Elaboração dos painéis na oficina da noite.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

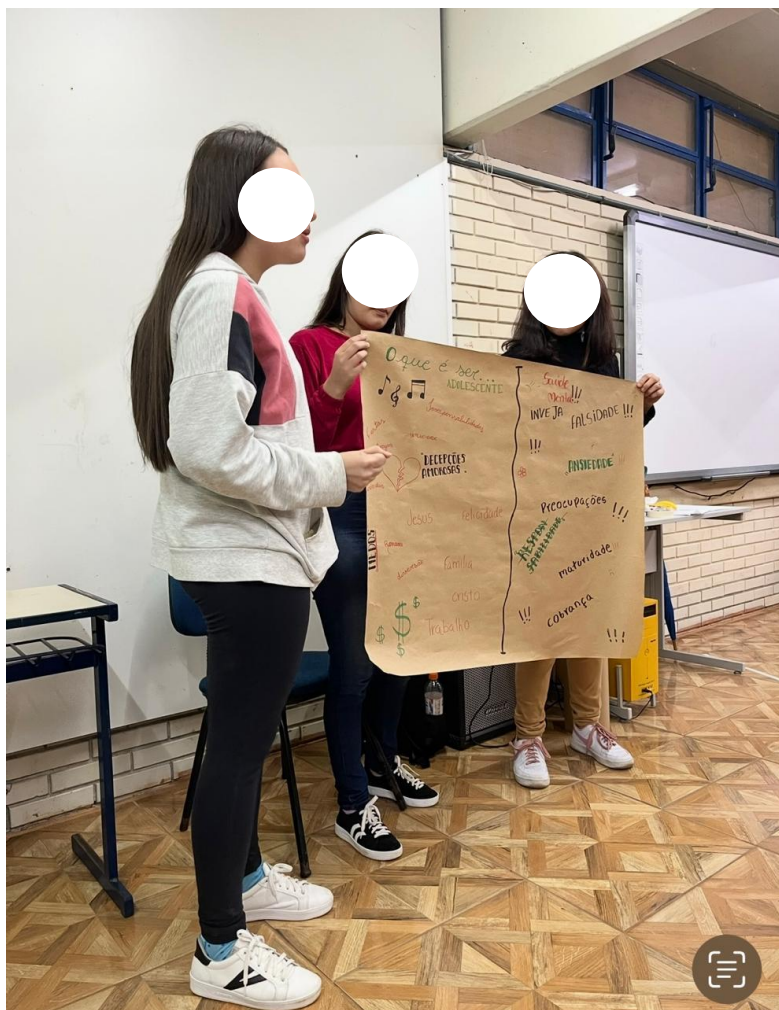


Figura 17: Apresentação de painel na oficina da noite.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

No momento das apresentações os adolescentes apresentaram novamente risadinhas e se mostraram com vergonha de falar em público. As falas que marcaram este momento de apresentação trouxeram reflexões: um dos alunos ao explicar o cartaz, referia-se aos adolescentes utilizando o pronome “você”, não se incluindo entre os adolescentes; os alunos trouxeram a preocupação com a pressão que sofrem sobre o que fazer no futuro e a responsabilidade de ser “alguém”; mencionaram que vivenciam o sentimento de ansiedade; a adolescência apareceu como um momento de busca da identidade a partir da vivência de experiências, bem como o início de uma individualidade, buscando “ser alguém único”; um dos grupos trouxe muito forte como a igreja pode ter um papel importante na adolescência “salvando os adolescentes”; um dos adolescentes fez um relato relacionado à família, destacando que enxerga que seus pais não trabalham no que gostam e isso

os torna infelizes, completando que não pretende repetir esse “ciclo da família” e quer buscar fazer o que gosta. Por fim, um dos grupos fez um desenho e trouxe a explicação mais marcante para mim como pesquisadora na área de saúde mental do adolescente: “o adolescente é o pássaro aprisionado pelo olhar de julgamento da sociedade”. A complexidade dessa análise trazida pelos alunos evidencia que, ao mesmo tempo em que os adolescentes não compreendem plenamente muitas das vivências próprias da adolescência, demonstram também uma notável lucidez sobre o que significa ser adolescente e como o adolescente é colocado na sociedade. Isso é a complexidade da adolescência na voz dos adolescentes.

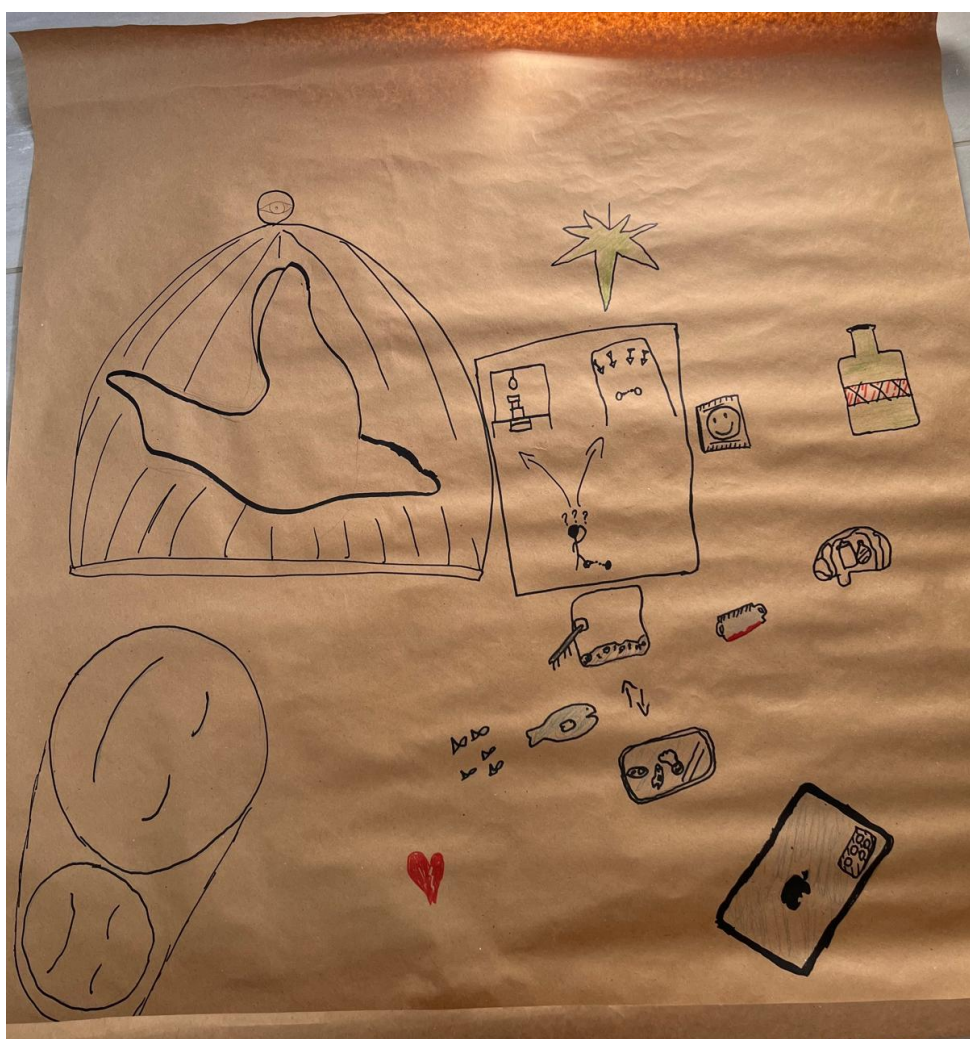


Figura 18: Representação do adolescente como um pássaro aprisionado pelo olhar de julgamento da sociedade.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Ao final da oficina, disponibilizei um papel para que os interessados em seguir participando da pesquisa pudessem escrever seu nome completo e a turma para que eu entrasse em contato para combinar as entrevistas individuais.

3 Segunda fase do trabalho de campo

A segunda fase do trabalho de campo está focada na jornada das entrevistas individuais. Eu chamo de jornada, pois foram algumas etapas até a realização das entrevistas. Na semana seguinte às oficinas, organizei junto aos professores coordenadores do turno da manhã e da noite, minha ida até a escola para conversar com o grupo de alunos que deixou seu nome para prosseguir participando da pesquisa na etapa das entrevistas individuais.

No dia 22 de setembro, retornei à escola nos turnos da manhã e da noite, visitando as turmas do segundo ano do ensino médio. Nessa ocasião, convidei os alunos que haviam se inscrito para as entrevistas individuais a se reunirem na sala de ciências, onde expliquei os próximos passos da pesquisa e entreguei os termos de assentimento e consentimento. Ao todo, 36 adolescentes manifestaram a inscrição para participar das entrevistas individuais. Estes alunos foram reunidos em pequenos grupos, receberam os termos de assentimento e consentimento, realizamos a leitura conjunta dos documentos e esclareci eventuais dúvidas. Também combinamos a data para meu retorno à escola, quando seriam recolhidos os termos devidamente assinados pelos adolescentes e seus responsáveis.

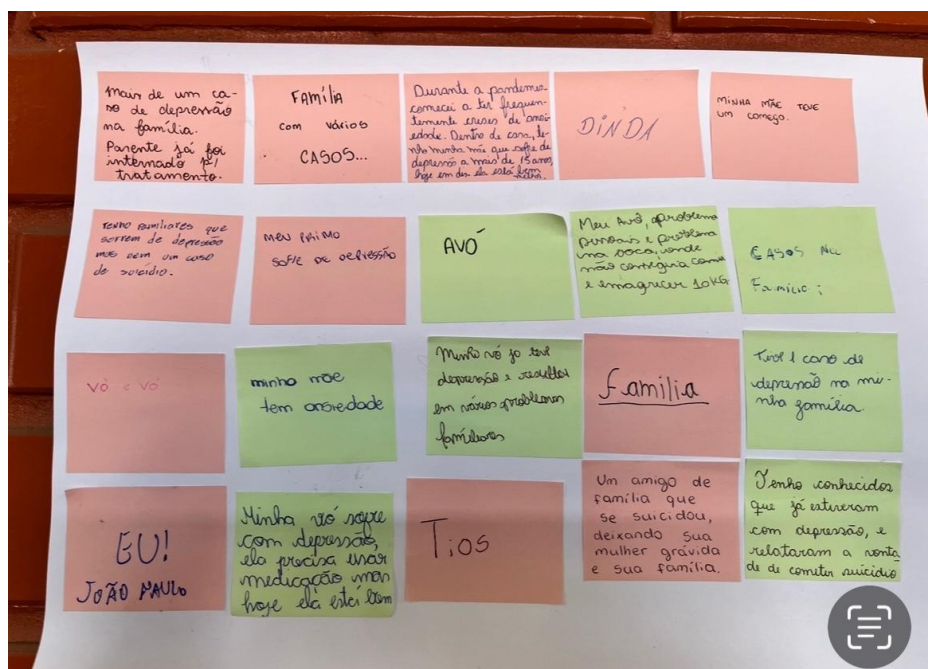
É importante destacar um aspecto que permeou toda a segunda fase do trabalho de campo: o número alto de faltas dos alunos. Foram necessárias várias idas à escola para dialogar com os estudantes e entregar os termos àqueles que manifestaram interesse em participar das entrevistas individuais. Observou-se que o absenteísmo era mais acentuado no turno da noite, o que dificultou ainda mais a articulação com os participantes nesse período, em comparação ao turno da manhã.

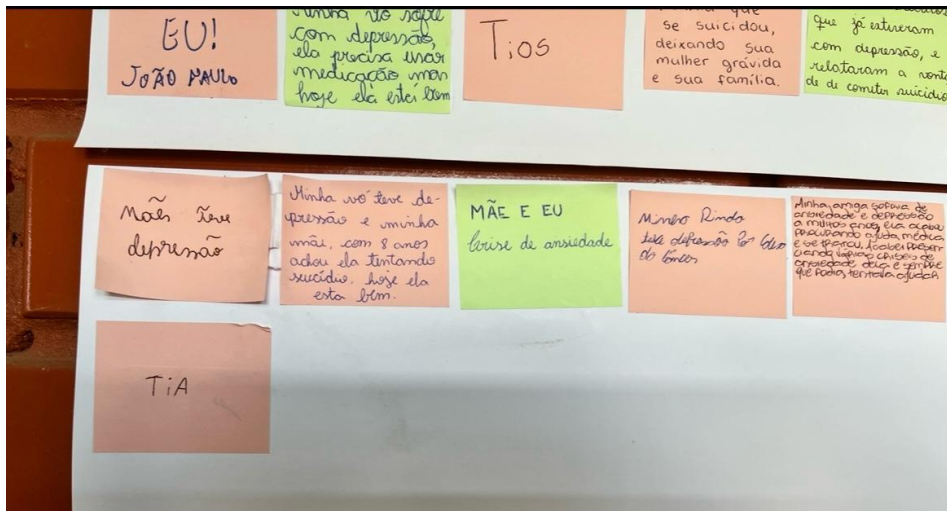
Dos 36 alunos inicialmente inscritos, recebi o retorno de 20 termos devidamente assinados. Alguns estudantes mudaram de ideia e comunicaram que não desejavam mais participar das entrevistas individuais, enquanto outros não entregaram os termos, e, por respeito à sua autonomia, optei por não insistir, deixando-os à vontade quanto à decisão. À medida que os termos assinados eram entregues, fui agendando as entrevistas, mantendo um contato contínuo com a

coordenação da escola, que auxiliou na organização dos encontros com os participantes. Todas as entrevistas foram realizadas nas dependências da escola, em horários previamente ajustados, de forma a não comprometer o cronograma de aulas e de avaliações ou atividades.

O contato com os alunos durante minha permanência na escola foi profundamente marcante. Fui recebida com abraços, olhares, risos e até lágrimas, expressões genuínas que revelavam a abertura e o vínculo estabelecido ao longo do processo. O fato de eu estar grávida e por vezes fazer comentários como “*estamos eu e a Martina (nome da minha filha) aqui conversando com você*” arrancava sorrisos dos adolescentes e suspiros carinhosos, principalmente das meninas.

Durante uma das idas ao campo, encontrei a escola decorada em alusão ao Setembro Amarelo e fui surpreendida por uma das participantes da pesquisa, que me entregou um cartão com a mensagem “nenhuma tempestade dura para sempre”, seguido de um abraço e da fala: “*Camila, se precisar de ajuda, eu estou aqui*”. Esse gesto, repleto de sensibilidade e empatia, sintetiza a qualidade das relações construídas no campo.





Figuras 19 e 20: Mensagens na parede em alusão ao setembro amarelo.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

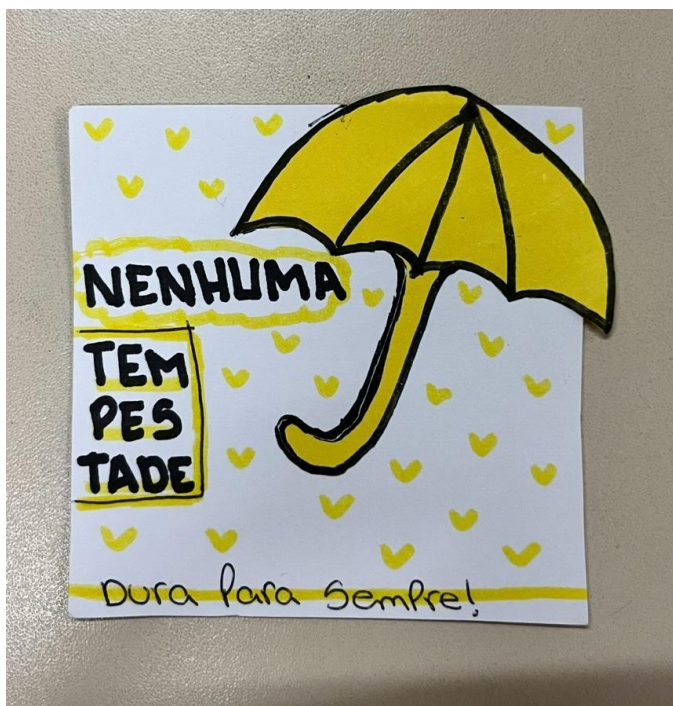


Figura 21: Cartão com a mensagem “nenhuma tempestade dura para sempre!”

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.



Figuras 22 a 24: Parede da escola com trabalhos alusivos ao Setembro Amarelo.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Estabelecer uma relação de confiança com os adolescentes foi essencial para a condução das entrevistas. A principal estratégia utilizada para criar essa conexão foi escutar ativamente os adolescentes. Como eu fiz isso? Olhei nos seus olhos, deixei-os falar pelo tempo que precisassem, aprofundei suas falas, emocionei-me com suas dores, vibrei quando me contaram experiências de conquistas e me diverti dando risada com algumas histórias engraçadas. Sem induzir respostas ou provocar sentimentos que já não eram seus, eu e Martina, que mexia na minha barriga durante as entrevistas, conduzimos encontros “face a face” legítimos, segundo Schutz (1979): com copresença temporal e espacial, estávamos compartilhando o mesmo tempo e espaço; e vivência recíproca, eu não apenas observava os adolescentes, mas também percebia o quanto eles me observavam e me interpretavam ao mesmo tempo.

Busquei promover essa aproximação evitando qualquer barreira física ou simbólica entre nós, de modo que os adolescentes se sentissem verdadeiramente ouvidos e acolhidos em suas reflexões. Sentei-me sempre ao lado dos adolescentes e nunca a frente. Algumas entrevistas foram inclusive conduzidas em um sofá que estava na sala, permitindo uma aproximação mais informal. Com alguns deles, o vínculo construído ao longo das entrevistas foi tão significativo que possibilitou escutas profundamente confidenciais. Ouvi frases como: “*eu nunca disse isso para ninguém...*” e “*você promete que não vai contar para ninguém o que eu vou te dizer?*”, revelando o grau de confiança estabelecido e a potência do espaço de escuta criado.

Essa abertura ao outro e à sua experiência encontrou respaldo na perspectiva fenomenológica de Alfred Schutz, que orienta o pesquisador a suspender seus próprios julgamentos e se aproximar da realidade do participante a partir de sua situação biográfica. Para Schutz (2012), “compreender a ação de um outro significa compreendê-la na perspectiva de seu mundo vivido”, considerando seu estoque de conhecimento, suas motivações e a trajetória que sustenta o sentido atribuído à ação. Assim, o trabalho de campo deixa de ser apenas um procedimento metodológico e passa a ser uma vivência intersubjetiva, em que pesquisador e pesquisado se afetam mutuamente. Schutz (1979) destaca que é justamente por meio dessa intersubjetividade que se constrói a possibilidade de entendimento mútuo no mundo social.

Nesse contexto, o encontro entre pesquisador e participante deixa de ser um simples meio para obtenção de informações e torna-se um espaço de construção compartilhada de sentidos. Isso implica um envolvimento ético e afetivo, no qual o pesquisador não é um observador neutro, mas alguém que se coloca em relação com o outro. Existe um envolvimento afetivo e uma disposição ética por parte do pesquisador, que se coloca em relação com o outro e se deixa afetar por sua fala. Dessa forma, a escuta sensível não se tornou apenas um instrumento de coleta, mas também uma experiência transformadora.

A minha vivência no campo ilustra essa transformação. O trabalho de campo foi concluído no dia 31 de outubro de 2023, quando eu estava com 36 semanas de gestação e realizei a última entrevista. Logo, não posso deixar de registrar que conciliar essa etapa do doutorado com minha atuação como coordenadora de qualidade em um hospital, além das demandas da gestação, não foi uma tarefa simples. Houve dias especialmente exaustivos, tanto física quanto emocionalmente. Embora estivesse feliz em conduzir as entrevistas, algumas conversas traziam temas mais delicados e exigiam um esforço adicional para que eu pudesse manter o equilíbrio e cuidar do meu bem-estar.

Ao mesmo tempo, a gestação contribuiu para ampliar os vínculos estabelecidos com os participantes e com a equipe da escola. Professores, especialmente as professoras, compartilharam relatos pessoais, trocando conselhos e experiências sobre a maternidade. Já entre os alunos, aqueles que tinham irmãos mais novos frequentemente relembavam a gravidez de suas mães ou falavam sobre a convivência com os bebês em casa. Esses momentos espontâneos de troca e acolhimento reforçaram o caráter afetivo e intersubjetivo da pesquisa, revelando, mais uma vez, como a experiência do campo é moldada pela presença genuína do pesquisador e pela disposição para escutar e ser escutado. A transformação como pessoa, mãe e pesquisadora aconteceu no encontro com o outro.

4 A escrita dos artigos

No dia 16 de novembro de 2023, duas semanas após a conclusão do trabalho de campo, nasceu minha filha Martina. Esse momento marcou uma pausa significativa na escrita da tese de doutorado, pois mergulhei na vivência da maternidade pela primeira vez. Durante o período de licença, mesmo envolvida com

as demandas do puerpério, iniciei a transcrição das entrevistas realizadas com os adolescentes. Conteí com o apoio de minha colega de doutorado, Priscila, que, posteriormente, ao concluir o curso, passou a atuar como coorientadora da tese. Já no mês de janeiro de 2024, todas as entrevistas estavam devidamente transcritas.

Com o início do novo ano letivo e a adaptação à nova rotina, em abril de 2024 retomei a escrita da tese, agora concentrando esforços na elaboração do primeiro artigo. Foi nesse momento que iniciei a análise das entrevistas, revisitando cuidadosamente as falas dos participantes. A fenomenologia sociológica constituiu a base para a análise dos dados em ambos os artigos, os quais foram discutidos em diálogo com a literatura referente aos temas centrais.

À medida que lia e relia os relatos, um tema começou a se destacar de forma recorrente: o trabalho durante a adolescência. Perceber essa recorrência foi decisivo. Não era possível ignorar a força com que essa temática emergia das narrativas dos adolescentes, ela exigia atenção e aprofundamento.

Esse movimento de escuta e análise encontrou eco durante minha participação no VI Congresso Internacional: Novas Abordagens em Saúde Mental Infantojuvenil, realizado em abril de 2024, na cidade de Curitiba. Tive a oportunidade de apresentar oralmente um relato de experiência intitulado *“Pesquisa qualitativa com adolescentes sobre experiências de sofrimento: desafios e possibilidades”*, no qual compartilhei aspectos do trabalho de campo e destaquei a importância da construção de uma relação de confiança e confidencialidade com os adolescentes. Defendi que, quando essa confiança é estabelecida, ampliam-se as possibilidades de diálogo, e o adolescente passa a ocupar o lugar de protagonista.

Durante o congresso, também tive a oportunidade de conversar com o professor Hugo Monteiro Ferreira, autor do livro *A geração do quarto: quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar*. Ao compartilhar com ele que a análise das entrevistas vinha revelando a temática do trabalho na adolescência, ainda que o foco inicial da pesquisa estivesse voltado ao sofrimento psíquico, ele observou que tal dado parecia refletir uma característica específica da população com a qual eu havia trabalhado, pois em suas próprias investigações esse tema não havia se destacado. Essa troca foi decisiva. Embora alguns adolescentes participantes da pesquisa se identificassem com ‘o quarto’ e expressassem vivências marcadas pela

solidão, muitos já estavam inseridos na sociedade por meio de atividades produtivas desde cedo. A ação de trabalhar era motivada tanto por experiências familiares e sociais, que configuram os “motivos porque”, quanto por objetivos pessoais voltados ao presente (motivos para) como a busca por autonomia, e ao futuro, como conquistas financeiras e materiais em médio e longo prazo.

A escuta atenta do professor Hugo reforçou minha percepção de que o trabalho na adolescência era um aspecto central para aqueles adolescentes e que valia a pena ser explorado com profundidade. A partir disso, consolidei a decisão de seguir com a escrita do primeiro artigo voltado a essa temática emergente, pois a experiência do trabalho fazia parte do mundo da vida dos adolescentes e não seria possível ignorar essa experiência.

Escrever sobre o trabalho na adolescência mostrou-se uma tarefa desafiadora, especialmente porque essa temática não estava prevista no projeto de pesquisa inicial. Foi necessário revisitar a literatura sobre o assunto e, em diálogo com os orientadores e com os textos de Alfred Schutz, compreendemos o trabalho como uma ação social. A partir dessa perspectiva, optamos por mobilizar a tipologia fenomenológica das motivações da ação no primeiro artigo da tese.

Considerando que o primeiro artigo tratou de uma temática emergente no campo empírico, tornou-se necessário que o segundo artigo se voltasse diretamente ao atendimento dos objetivos delineados no projeto de pesquisa. Logo, retomei a leitura das entrevistas, guiada pela análise fenomenológica proposta por Schneider (2001) e iniciei a escrita do segundo artigo. A leitura das entrevistas foi realizada de forma concomitante à consulta das anotações do diário de campo.

Analisando o material transcrito, a indizibilidade do sofrimento apareceu de forma recorrente. Posso considerar este ponto de discussão como um dos mais marcantes na escrita do segundo artigo. Foi notável como muitos adolescentes, ao tentarem narrar suas experiências, recorreram a pausas, recuos ou expressões vagas, demonstrando a dificuldade de colocar em palavras aquilo que sentiam. O sofrimento apareceu, assim, como algo vivido intensamente, mas de contornos difusos e pouco nomeáveis, evidenciando a tensão entre a experiência subjetiva e os limites da linguagem. Essa impossibilidade de dizer, por vezes, era acompanhada

por lágrimas, olhares baixos ou silêncios prolongados, sinais de que o vivido ultrapassava a capacidade imediata de expressão.

Portanto, ao retomar alguns dos questionamentos que impulsionaram esta tese, percebo que minha inquietação inicial, já presente nos achados do mestrado junto aos serviços de saúde, encontra ressonância na indizibilidade do sofrimento. Os adolescentes vivenciam experiências de sofrimento psíquico que, muitas vezes, não são reconhecidas pelo outro. Essa falta de reconhecimento produz silenciamento e, como consequência, afasta-os ainda mais de possíveis encontros de acolhimento.

5 A convergência entre os artigos

A convergência entre os dois artigos que compõem esta tese evidencia que a adolescência deve ser compreendida como experiência vivida no mundo da vida, e não apenas como uma etapa normativa do desenvolvimento. Tanto no trabalho quanto no sofrimento psíquico, os adolescentes se mostram como sujeitos de ação social, orientando-se por motivações que remetem ao passado (motivos porque) e se projetam para o futuro (motivos para). À luz da fenomenologia sociológica de Alfred Schutz, pude evidenciar que a vida acontece no encontro com o outro: é nesse espaço intersubjetivo que os adolescentes buscam reconhecimento, atribuem sentido às suas escolhas e constroem trajetórias singulares. Seja no trabalho, onde o encontro com colegas, chefes e as histórias familiares legitimam a ação e atribuem sentido, ou em situações de sofrimento, onde o encontro com pares, família ou profissionais pode ser espaço de acolhimento ou de deslegitimação, a adolescência se revela como um tempo de busca por reconhecimento e sentido no olhar e na resposta do outro.

Ao utilizar a base teórica de Schutz, a tese evidencia que os adolescentes interpretam, escolhem e agem no mundo da vida, construindo sentidos mesmo em situações de vulnerabilidade. Assim, busco sustentar que o movimento de compreender a adolescência exige considerar as motivações, interpretações e ações dos próprios adolescentes em seus contextos relacionais. Dessa forma, como pesquisadora, entendo que a contribuição desta tese consiste em trazer os adolescentes para o centro da análise, a fim de compreender fenômenos que

normalmente são tratados de forma normativa (como o trabalho) ou patologizante (como o sofrimento).

6 Considerações finais

Encerrar o trabalho de campo e a escrita dos artigos não significou o encerramento da experiência. Pelo contrário, ela se desdobrou e segue reverberando em mim como pesquisadora, profissional, mãe e mulher. O encontro com os adolescentes, mediado por escuta, confiança e abertura, possibilitou não apenas a construção de dados, mas de vínculos e sentidos. A maternidade, vivida em paralelo à pesquisa, acrescentou outra camada de sensibilidade ao processo, fazendo com que eu percebesse ainda mais a potência de estar presente de forma genuína na relação com o outro.

A escuta das histórias de vida dos adolescentes foi, simultaneamente, um exercício de afeto e um compromisso ético com a produção de conhecimento. Guiada pela sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, pude compreender que a experiência só adquire sentido a partir das motivações, trajetórias e interpretações singulares de cada sujeito. Ao reconhecer isso, a pesquisa transforma não só o campo investigado, mas também quem investiga, e é nessa transformação mútua que reside, para mim, a essência da pesquisa qualitativa com base fenomenológica.

REFERÊNCIAS

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 113, p. 117-129, 2010.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PARTE TRÊS: ARTIGOS CIENTÍFICOS

**ARTIGO ORIGINAL I: A experiência do trabalho na vida de adolescentes
escolares: um estudo fenomenológico**

Resumo: A adolescência é uma fase marcada por transformações e construção de identidade. Muitos adolescentes, nesse contexto, conciliam trabalho e estudos, impulsionados por fatores econômicos, familiares ou expectativas de futuro. O objetivo do estudo é compreender as percepções dos adolescentes escolares sobre o trabalho na adolescência, explorando suas motivações e os significados atribuídos a essa experiência. Estudo qualitativo, baseado na sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 adolescentes do segundo ano do ensino médio de uma escola pública da região metropolitana de Porto Alegre. As motivações para trabalhar foram organizadas em “motivos porque” (necessidade econômica, influência familiar) e “motivos para” (busca por autonomia, bens materiais e futuro profissional). O trabalho foi interpretado como experiência formativa, vinculada à identidade e à construção de projetos de vida, embora também atravessada por tensões e sobrecarga. A experiência do trabalho na adolescência é complexa e atravessada por múltiplas dimensões temporais e sociais. A abordagem fenomenológica revelou sentidos subjetivos que ampliam o entendimento do trabalho juvenil para além da lógica socioeconômica, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem as experiências de vida dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescente; Trabalho; Motivação.

Abstract: Adolescence is a stage marked by transformations and identity construction. In this context, many adolescents balance work and school, driven by economic factors, family influences, or future expectations. This study aims to understand the perceptions of school-going adolescents about working during adolescence, exploring their motivations and the meanings they attribute to this experience. This is a qualitative study based on Alfred Schutz's sociological phenomenology. Semi-structured interviews were conducted with 20 second-year high school students from a public school in the metropolitan region of Porto Alegre,

Brazil. Motivations for working were categorized into "reasons why" (economic need, family influence) and "reasons for" (pursuit of autonomy, material goods, and professional future). Work was interpreted as a formative experience, linked to identity and life project construction, although also marked by tension and overload. The experience of working during adolescence is complex and shaped by multiple temporal and social dimensions. The phenomenological approach revealed subjective meanings that expand the understanding of youth labor beyond a socioeconomic logic, reinforcing the need for public policies that consider the lived experiences of adolescents.

Keywords: Adolescent; Work; Motivation.

Resumen: La adolescencia es una etapa marcada por transformaciones y la construcción de la identidad. En este contexto, muchos adolescentes concilian el trabajo y los estudios, impulsados por factores económicos, influencias familiares o expectativas sobre el futuro. Este estudio tiene como objetivo comprender las percepciones de los adolescentes escolares sobre el trabajo en la adolescencia, explorando sus motivaciones y los significados que atribuyen a esta experiencia. Se trata de un estudio cualitativo basado en la fenomenología sociológica de Alfred Schutz. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con 20 estudiantes del segundo año de la educación secundaria en una escuela pública de la región metropolitana de Porto Alegre, Brasil. Las motivaciones para trabajar se organizaron en "motivos porque" (necesidad económica, influencia familiar) y "motivos para" (búsqueda de autonomía, bienes materiales y futuro profesional). El trabajo fue interpretado como una experiencia formativa, vinculada a la identidad y a la construcción de proyectos de vida, aunque también atravesada por tensiones y sobrecarga. La experiencia del trabajo en la adolescencia es compleja y está atravesada por múltiples dimensiones temporales y sociales. El enfoque fenomenológico reveló sentidos subjetivos que amplían la comprensión del trabajo juvenil más allá de la lógica socioeconómica, reforzando la necesidad de políticas públicas que consideren las experiencias de vida de los adolescentes.

Palabras clave: Adolescentes; Trabajo; Motivación.

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por intensas mudanças físicas, emocionais e sociais. Nesse período, os adolescentes ampliam suas relações, acumulam experiências e constroem gradualmente sua autonomia, ao mesmo tempo em que constroem sua identidade e buscam compreender seu papel na sociedade. Embora algumas características sejam comuns a esse grupo etário, a vivência da adolescência é profundamente influenciada pelo contexto social e cultural em que cada indivíduo está inserido (CAMPOS, 2012).

Entre os desafios dessa fase, destaca-se a conciliação entre trabalho e estudos, uma realidade para muitos adolescentes. Durante esse período, alguns adolescentes precisam ingressar precocemente no mercado de trabalho, seja por necessidade financeira, influência familiar ou busca por experiência profissional. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022 revelam que 23,9% das crianças e adolescentes em trabalho infantil têm entre 5 e 13 anos, 23,6% entre 14 e 15 anos, e 52,5% entre 16 e 17 anos. Entre os adolescentes de 16 a 17 anos, 32,4% trabalham 40 horas ou mais por semana, e 76,6% exercem atividades informais, totalizando cerca de 810 mil adolescentes na informalidade (IBGE, 2023). Esses números evidenciam a relevância do debate sobre o trabalho na adolescência e seus impactos no desenvolvimento juvenil.

Estudos qualitativos sobre a temática do trabalho na adolescência têm se dedicado a compreender as experiências juvenis para além dos aspectos econômicos ou da mera inserção no mercado de trabalho, enfatizando os significados subjetivos atribuídos pelos próprios adolescentes à sua vivência laboral. Essas pesquisas revelam que o trabalho na adolescência pode tanto representar uma via de emancipação, aprendizado e construção da identidade quanto se tornar uma experiência marcada por sobrecarga, prejuízos escolares e frustrações (MIRANDA; BRETTAS, 2023; PEREIRA; GRANJA, 2020; ARAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020). Tais estudos destacam ainda que a experiência de

trabalhar é atravessada por elementos como classe social, gênero, contexto familiar e trajetórias escolares, o que demonstra a complexidade do fenômeno. No entanto, observa-se uma lacuna em investigações que priorizem as narrativas e percepções dos adolescentes trabalhadores a partir de uma abordagem compreensiva, que valorize a intencionalidade das ações e as motivações que orientam suas escolhas. Assim, ainda são escassas as pesquisas que buscam compreender o trabalho na adolescência como uma ação social situada, construída em meio às experiências vividas, às expectativas futuras e aos significados compartilhados no grupo social ao qual o adolescente pertence.

Para isso, a sociologia fenomenológica de Alfred Schutz se apresenta como um referencial teórico que permite analisar como os adolescentes atribuem significado ao trabalho, considerando suas vivências individuais, suas expectativas e o modo como interpretam a realidade (SCHUTZ, 1979). O referencial de Schutz não investiga apenas condutas individuais, mas também a constituição de ações típicas de determinado grupo social, como é o caso dos adolescentes escolares que trabalham. Assim, os adolescentes constroem e compartilham estoques de conhecimento que orientam suas percepções sobre o trabalho e sua relação com o futuro, moldando a maneira como interpretam seus papéis sociais e interagem com o mundo (SCHUTZ, 1979).

Diferente de abordagens que enfatizam apenas determinantes externos, a perspectiva fenomenológica prioriza a subjetividade do adolescente como agente ativo, compreendendo o trabalho como uma ação social orientada por dois tipos de motivação: os “motivos porque”, que remetem a experiências passadas e influenciam a decisão de trabalhar, e os “motivos para”, voltados às expectativas futuras e aos objetivos que o adolescente busca alcançar. Enquanto os “motivos para” são vivenciados no momento da ação, os “motivos porque” só podem ser compreendidos em retrospectiva (SCHUTZ, 1979).

Além disso, Schutz (2012) enfatiza que os indivíduos constroem um “estoque de conhecimento” ao longo da vida, formado por experiências acumuladas que servem de referência para interpretar novas situações. Esse repertório influencia tanto os “motivos porque”, ao auxiliar na compreensão do passado, quanto a situação biográfica determinada, que molda percepções e possibilidades de ação no

presente. Essa situação biográfica, por sua vez, impacta os “motivos para”, pois orienta expectativas e aspirações futuras com base no contexto e nas oportunidades percebidas. Assim, a ação social dos adolescentes no mundo do trabalho é condicionada por múltiplas dimensões temporais — passado, presente e futuro (SCHUTZ, 1979; 2012).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo compreender as percepções dos adolescentes escolares sobre o trabalho na adolescência, explorando suas motivações e os significados que atribuem a essa experiência. Ao adotar a fenomenologia sociológica como base teórica, busca-se compreender o significado da ação de trabalhar na adolescência, dentro de um contexto social, econômico e cultural.

MÉTODO

O presente estudo é derivado de uma tese de doutorado e apresenta uma abordagem qualitativa fundamentada na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz.

O estudo foi realizado no ano de 2023 em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, composta por aproximadamente 75 mil habitantes. O campo de estudo foi uma escola estadual que educa crianças e adolescentes do primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. A escolha do campo foi motivada pela localização periférica da escola dentro do município e pelas características de contextos distintos de vulnerabilidades sociais e econômicas no bairro em que se encontra, baseando-se na hipótese de que este cenário poderia revelar adolescências heterogêneas marcadas por esses determinantes sociais.

Os critérios de inclusão adotados foram: ser aluno do segundo ano do ensino médio dos turnos da manhã ou noite, participar da oficina e inscrever-se para as entrevistas. Os motivos de escolha do segundo ano estão relacionados ao fato de serem adolescentes com idades entre 16 e 19 anos, configurando os anos finais da adolescência, conforme a faixa etária da adolescência definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que compreende entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990).

A oficina não teve caráter de produção de dados para a pesquisa, mas serviu como uma estratégia de entrada no campo (MINAYO, 2014) para estabelecer vínculo com os alunos. Realizou-se uma oficina onde os alunos se reuniram em grupos para construir cartazes que representassem respostas para a seguinte pergunta: o que é ser adolescente? Distribuiu-se canetas coloridas para que os alunos representassem através de desenhos e/ou escrita as respostas para a pergunta central da oficina. Após a elaboração do cartaz, cada grupo foi responsável por apresentar o seu trabalho para os demais alunos presentes. Como fechamento da oficina, a pesquisadora convidou os alunos para se inscreverem para a pesquisa e participarem das entrevistas individuais. Participaram das oficinas 71 alunos e 36 inscreveram-se para participar das entrevistas.

Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram agendadas diretamente com os alunos e realizadas na escola em uma sala privada. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro com duas perguntas centrais: “fale-me sobre adolescência”; “o que é ser adolescente para você?” Considerando a fenomenologia a base teórica da pesquisa, a pesquisadora buscou aprofundar o fenômeno a partir das falas dos adolescentes, sendo este o objetivo de utilizar um roteiro aberto que permitiu iluminar o objeto de pesquisa e estabelecer relações para que as experiências fossem relatadas (MINAYO, 2014).

As entrevistas foram realizadas uma única vez por cada participante. Todas foram gravadas e transcritas na íntegra. O número de entrevistas respeitou os critérios de saturação, expresso na homogeneidade das informações produzidas e o potencial das entrevistas em objetivar o objeto empírico em todas as suas dimensões (MINAYO, 2014). Ademais, a pesquisadora elaborou um diário de campo para registrar impressões sobre o que era observado durante as entrevistas e ainda, coletou dados sociodemográficos sobre idade, orientação sexual, trabalho formal ou informal, composição familiar e autodeclaração étnico-racial.

Na análise de dados utilizou-se as etapas descritas por Schneider (2001) para revelar o fenômeno estudado e responder os objetivos da pesquisa: leitura das entrevistas transcritas, sem iniciar a interpretação das informações; releitura das entrevistas com o objetivo de identificar afirmações que apresentam significados em relação ao fenômeno; reflexão frente às afirmações relacionadas ao fenômeno de estudo, descrevendo o que está presente nestas afirmações; identificação através

da análise fenomenológica – focando experiências significativas apontadas pelos adolescentes – de pontos para construir categorias; compreensão inicial do fenômeno e das entrevistas, a partir da constituição das categorias; interpretação compreensiva das experiências na adolescência. À luz de conceitos da base teórica da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz e da literatura relacionada ao tema, as categorias foram submetidas a análise compreensiva e discussão dos resultados.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos sob o número de parecer 6.186.778 de acordo com os critérios da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012). Os alunos que manifestaram interesse em participar das entrevistas receberam o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para sua assinatura e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a assinatura dos pais ou responsáveis. A fim de manter o sigilo e anonimato da identidade real dos participantes, estes foram identificados por numeração conforme ordem de realização da entrevista, A1 a A20.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Participaram da pesquisa 20 adolescentes cujo perfil sociodemográfico está descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Perfil sociodemográfico dos adolescentes do segundo ano do ensino médio entrevistados em uma escola pública do Rio Grande do Sul, 2023:

Adolescente	Sexo	Idade	Cor	Turno de estudo	Orientação sexual	Composição familiar	Trabalho formal ou informal
A1	M	17	Branco	Manhã	Heterossexual	Mãe e pai	Não
A2	M	16	Branco	Noite	Homossexual	Pai, avó e avô	Sim
A3	F	17	Branca	Noite	Heterossexual	Mãe	Sim
A4	F	16	Branca	Manhã	Heterossexual	Mãe, pai e irmã	Sim
A5	M	19	Pardo	Manhã	Heterossexual	Mãe e pai	Não
A6	M	19	Pardo	Noite	Heterossexual	Mãe, pai e irmã	Sim
A7	M	17	Pardo	Manhã	Heterossexual	Mãe, pai e irmão	Sim
A8	F	17	Branca	Manhã	Heterossexual	Mãe, pai e irmã	Sim
A9	M	16	Pardo	Manhã	Heterossexual	Mãe e sobrinho	Sim
A10	M	17	Branco	Manhã	Heterossexual	Mãe, pai e irmão	Sim
A11	F	17	Branca	Manhã	Bissexual	Mãe e padrasto	Não
A12	M	17	Branco	Noite	Bissexual	Pai e irmão	Não
A13	F	16	Branca	Manhã	Assexual	Mãe e padrasto	Não

A14	M	17	Pardo	Noite	Heterossexual	Mãe, padrasto, irmã, cunhado e sobrinho	Sim
A15	M	18	Branco	Noite	Heterossexual	Mãe, pai e irmão	Sim
A16	M	16	Pardo	Manhã	Panssexual	Mãe	Não
A17	M	18	Branco	Noite	Heterossexual	Mãe, pai e irmã	Não
A18	F	16	Branca	Manhã	Heterossexual	Mãe e padrasto	Sim
A19	F	17	Parda	Manhã	Heterossexual	Mãe, pai e irmã	Não
A20	M	18	Preto	Noite	Heterossexual	Pai, madrasta, irmão e irmão	Sim

M: Masculino; F: Feminino;

Fonte: os autores.

O perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa foi composto em sua maioria por meninos e, entre os meninos, em maior número estão os autodeclarados pardos. Em relação a orientação sexual, a maioria dos participantes se identifica como heterossexual (n=15), com representações também de um adolescente homossexual (n=1), bissexuais (n=2), pansexual (n=1) e assexual (n=1). A composição familiar é variada, incluindo: mãe e pai, pais separados com um dos pais e outros membros da família, ou famílias estendidas com padrastos, irmãos e outros parentes. Entre os 20 entrevistados, 12 relataram possuir um trabalho formal ou informal. Observa-se ainda que entre os 12 adolescentes que trabalham, seis estudam no turno da manhã e seis no turno da noite.

Foram encontrados diversos segmentos de trabalho formal e informal, como: trabalho em negócios familiares, atuação como jovem aprendiz em empresas, emprego na indústria calçadista e metalúrgica, vendas no comércio, participação em investimentos financeiros, trabalho em hospital, venda de produtos online e atividades ligadas a mídias sociais. Somado a isso, alguns participantes relataram não estar trabalhando no momento da entrevista, porém possuíam experiências anteriores de trabalho formal.

Nesse contexto, os participantes do presente estudo não apresentaram casos de evasão escolar relacionada à necessidade de trabalhar. Porém, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022 destaca que a frequência escolar é menor entre os trabalhadores infantis. Enquanto 97,1% da população de 5 a 17 anos frequenta a escola, essa proporção cai para 87,9% entre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, segundo a pesquisa (IBGE, 2023).

Os resultados foram organizados em duas categorias principais: "Motivações para trabalhar na adolescência" e "Significados do trabalho para o futuro dos adolescentes".

Os "motivos por que" e os "motivos para" da ação de trabalhar foram extraídos das falas dos adolescentes, permitindo uma compreensão sobre suas experiências e expectativas em relação ao trabalho (Quadro 2).

Quadro 2 - Motivações da ação de trabalhar na adolescência segundo adolescentes escolares de uma escola pública do Rio Grande do Sul, 2023.

Motivos por que (razões para trabalhar)	Motivos para (expectativas e intenções)
Por necessidade de ajudar na composição da renda familiar	Para adquirir bens materiais
Por influência da família e de experiências familiares	Para possuir independência financeira
	Para alcançar no futuro a posição social que deseja

Fonte: os autores.

Motivações para trabalhar na adolescência

O trabalho na adolescência emergiu nas falas mostrando-se fortemente relacionado às condições econômicas e à necessidade de contribuir com a renda familiar. Como destacado pelos participantes, a ação de trabalhar surge, muitas vezes, como uma motivação imposta pelas circunstâncias da família. Essa compreensão se aproxima do que Alfred Schutz (1979) denomina de “motivos porque”, ou seja, experiências passadas que constituem o pano de fundo da ação atual. São vivências passadas que se impõem ao sujeito e que dão sentido à ação de trabalhar, antes mesmo que ele formule um projeto futuro.

No relato de A20, por exemplo, o início precoce no trabalho aos nove anos e o desejo de ajudar em casa refletem uma trajetória marcada pela exigência de suprir carências materiais, algo que se repetiu ao longo da infância e adolescência:

“Eu comecei a trabalhar com 9 e até hoje. Quando eu era mais novo, trabalhei em mercado. Lá eu consegui trabalhar no mercado, eu ganhava um pouquinho mais para ajudar em casa, comprar para mim as coisas para o meu irmão também.” (A20)

Já a fala de A11 evidencia como as experiências de vulnerabilidade (fome, instabilidade habitacional e ausência de apoio) se configuram como elementos que antecedem e explicam a ação de trabalhar. Essas vivências formam o contexto vivido que leva o adolescente a agir:

“Eu e a minha mãe, a gente passou fome, a gente passou trabalho e a gente teve que morar com um cara que ela conheceu e ele achou que não tinha que nos sustentar [...] A gente trabalhou muito, eu e ela.” (A11)

Dessa forma, sob a ótica fenomenológica, essas experiências biográficas se constituem como motivações do passado que fundamentam a escolha (ou necessidade) de trabalhar, revelando o modo como os adolescentes interpretam e justificam suas ações a partir de seu mundo vivido. (SCHUTZ, 1979).

Estudos recentes destacam que a configuração familiar desempenha um papel crucial em famílias de baixa renda, onde frequentemente o trabalho infantil surge como uma necessidade para complementar a renda (MENDES; SANTANA, 2019). Além disso, as condições econômicas adversas e a falta de recursos educacionais adequados contribuem para a inserção precoce de adolescentes no trabalho, refletindo uma estratégia de sobrevivência familiar em contextos de vulnerabilidade econômica (SILVA; COSTA, 2020; GOMES; OLIVEIRA, 2023). Somado a isso, segundo Santana e Ristum (2022), a valorização do trabalho na adolescência aparece ligada às expectativas da família em relação ao adolescente, ao grau de relevância do trabalho para o núcleo familiar e às privações impostas pela pobreza.

A influência do contexto familiar e socioeconômico na decisão de trabalhar se reflete na maneira como os próprios adolescentes percebem e vivenciam essa experiência. Durante as entrevistas, eles expressam uma naturalidade em relação ao trabalho na adolescência, o que sugere que essa prática está incorporada ao seu cotidiano social e às suas trajetórias de vida. Nesse sentido, além da necessidade econômica que motiva o ingresso precoce no trabalho, os motivos “porque”, conforme propostos por Schutz (1979), também emergem das vivências subjetivas desses adolescentes. Esses motivos remetem ao passado vivido, ao mundo da vida compartilhado com a família, e revelam que suas experiências laborais não são

apenas um reflexo das dificuldades financeiras, mas também da internalização de valores, expectativas e aprendizagens construídas na convivência familiar e social.

Na fala de A6, por exemplo, observa-se como o trabalho é percebido não só como uma obrigação prática, mas como uma forma de retribuição e continuidade de laços familiares:

“Uma das motivações também é meu pai. No caso estamos todos juntos, praticamente família na empresa, então motiva um pouquinho mais é ajudar ele também, porque ele nos ajudou. Então é o mínimo que a gente pode fazer por ele. Estar ali dentro da empresa apoiando ele.” (A6)

Essa motivação, ao ser rememorada, ganha sentido no plano da interpretação retrospectiva, como propõe Schutz. Na medida em que o sujeito realiza a ação e reflete sobre ela, ele passa a identificar os elementos de seu passado que a tornaram significativa. Assim, o relato de A6 evidencia um “motivo porque” enraizado na experiência familiar, em uma história de apoio mútuo e pertencimento, que o leva a justificar sua presença no trabalho como um gesto de reconhecimento e continuidade dos vínculos afetivos.

Contribuindo para esse entendimento, o estudo de Hadiaty e Astuti (2023) analisou os fatores que influenciam as escolhas de carreira dos adolescentes, evidenciando que suas decisões são moldadas tanto por fatores externos quanto internos. Entre os fatores externos, destacam-se as expectativas dos pais e a busca por aprovação da família, bem como experiências anteriores no mundo do trabalho. Já entre os fatores internos, a percepção sobre o ensino superior e a busca por atividades alinhadas à personalidade e às habilidades individuais exercem um papel significativo. Logo, compreender esses aspectos pode auxiliar educadores, orientadores e formuladores de políticas na criação de estratégias eficazes para apoiar os estudantes na tomada de decisões sobre suas trajetórias profissionais (HADIATY; ASTUTI, 2023).

Por sua vez, os "motivos para" refletem as expectativas e intenções dos adolescentes em relação ao trabalho, sendo diretamente vinculados àquilo que o sujeito tem em vista como finalidade da ação. Para Schutz (1979), esses motivos

são essencialmente subjetivos, e se expressam na medida em que o ator atribui significado à sua ação em curso, ou seja, eles apontam para o futuro desejado e projetado, funcionando como orientação do agir no presente.

No caso dos adolescentes, os relatos indicam que o trabalho é compreendido como um meio para alcançar autonomia, estabilidade e realização pessoal. A independência financeira, a aquisição de bens materiais e a construção de um projeto de vida aparecem como finalidades perseguidas, revelando os sentidos atribuídos à ação de trabalhar.

A fala de A18 é um exemplo nesse sentido, pois expressa com clareza um projeto de futuro articulado à trajetória profissional e pessoal:

“Eu quero iniciar a faculdade, eu quero terminar a faculdade com 25 anos mais ou menos, eu quero daí sim me casar e ter os meus filhos com 27, sabe? [...] eu quero conseguir pelo meu suor, pelo meu esforço, não por ajuda dos meus pais.”

Nesse relato, os “motivos para” se manifestam de forma explícita: trabalhar é um meio de alcançar autonomia, conquistar bens materiais e, sobretudo, construir uma identidade baseada no mérito pessoal e no valor do esforço próprio. Há uma forte valoração da autoeficácia, que atribui ao trabalho um papel formador e estruturante da subjetividade.

De modo semelhante, A2 projeta o trabalho como condição para alcançar a tão desejada independência:

“O que me motiva é ter minhas coisas, para não depender dos meus pais. Eu quero ser o quanto antes, independente. [...] conseguir com meu próprio dinheiro e ir guardando no banco.”

Nesses exemplos, os adolescentes agem orientados por uma finalidade consciente, que confere sentido à experiência presente com base naquilo que esperam alcançar. Assim, os motivos “para” iluminam os projetos de futuro que mobilizam o agir dos sujeitos, revelando que o trabalho, ainda que precoce, é investido de significado a partir de expectativas pessoais, sociais e culturais.

Estudos como os de Santana e Ristum (2022) corroboram esses achados, demonstrando que o trabalho é percebido por adolescentes de baixa renda como um meio para conquistar autonomia e mobilidade social. Nesse sentido, Borges, Lima e Aguiar (2024) ressaltam que a contribuição para as necessidades financeiras da família legitima a mudança de papel dentro do núcleo familiar e influencia a posição social do adolescente na estrutura em que está inserido, refletindo transformações em sua trajetória e nos contextos sociais que o cercam.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da teoria de Schutz (1979), que explica que as ações humanas são orientadas por "motivos porque" (baseados em experiências passadas) e "motivos para" (voltados para o futuro). Dessa forma, as escolhas laborais dos adolescentes não resultam apenas das imposições do contexto social, mas também de suas próprias expectativas e projetos pessoais. Os relatos dos adolescentes indicam que o trabalho na adolescência não se restringe a atender necessidades imediatas, mas também se configura como uma estratégia para a construção de um futuro desejado (BORGES; LIMA; AGUIAR, 2024), evidenciando a relação entre a experiência passada, as condições presentes e as aspirações futuras.

O típico da ação dos adolescentes escolares que vivenciam experiências de trabalho na adolescência é motivado pela necessidade de compor a renda familiar e por influência da família, somado a experiências familiares relacionadas a mudanças na composição da família e valores e ensinamentos sobre trabalho que são passados ao adolescente. Esse contexto reforça a ideia de que o trabalho, além de representar um meio de subsistência, também é um espaço de aprendizagem e socialização, no qual os adolescentes constroem sentidos para sua trajetória e desenvolvem um olhar sobre seu futuro (ARAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020).

Significados do trabalho para o futuro dos adolescentes

Esta segunda categoria revela aspectos da situação biográfica dos adolescentes, acessada por meio de seu estoque de conhecimento, ou seja, o conjunto de experiências, aprendizados e interpretações construídos em suas trajetórias de vida. Esses elementos formam a base a partir da qual os adolescentes interpretam o mundo e orientam suas ações, revelando os sentidos que atribuem ao

trabalho na adolescência. A partir desse pano de fundo, emergem motivações que não se limitam ao presente, mas que se estendem em direção ao futuro, evidenciando os “motivos para” trabalhar, conforme proposto por Schutz (1979). Tais motivos estão ligados às intenções e expectativas que os adolescentes têm em vista enquanto atuam — como a busca por independência financeira, aquisição de bens materiais, realização pessoal e construção de um projeto de vida.

Assim, esta categoria traz elementos que compõem a visão de futuro dos adolescentes, revelando como o trabalho é significado como meio para alcançar metas e desejos projetados. No entanto, para compreender os “motivos para”, é necessário considerar os “motivos porque”, analisados na categoria anterior. São as experiências passadas, muitas vezes marcadas por dificuldades, privações ou responsabilidades precoces, que moldam a maneira como os adolescentes passam a ver o trabalho como ferramenta de transformação e superação. Dessa forma, segundo Schutz (1979) a interpretação dos “motivos para só se torna inteligível” quando considerada em articulação com o passado vivido, ou seja, com a situação biográfica singular de cada sujeito e o estoque de conhecimento que ele carrega consigo no presente.

Inicialmente, observa-se que os entrevistados percebem a adolescência como um momento da vida em que se tornam evidentes responsabilidades que não eram tão claras durante a infância. Isso ocorre porque, segundo os relatos desse grupo, a adolescência marca o início de suas experiências no mercado de trabalho e o surgimento de preocupações com o futuro, incluindo profissão, trabalho, família e bens materiais.

“Eu comecei a ter mais comprometimento com as coisas. Antes eu era muito preguiçoso e relaxado, mas agora mudou drasticamente. Mas de antes não arrumar a cama, agora eu estou arrumando toda a casa e nem percebo. Também sobre a relação do dinheiro, ajudar a pagar as contas me faz ter uma noção melhor de como vai ser para o futuro.” (A7)

“A minha mãe fala que tudo bem até os 18 anos eu não trabalhar, mas que depois eu vou ter que arranjar alguma coisa para fazer. Eu acho isso a minha obrigação também.” (A16)

Logo, a necessidade de trabalhar não apenas impacta a rotina dos adolescentes, mas também influencia sua forma de compreender o papel que ocupam na sociedade. Segundo Schutz (2012), a situação biográfica de um indivíduo é constituída por experiências acumuladas ao longo do tempo, que integram seu estoque de conhecimento à mão e funcionam como referência para a interpretação do presente e para a projeção de expectativas futuras. Essas experiências conferem inteligibilidade à ação e moldam a forma como o sujeito se percebe no mundo social.

Nesse sentido, o trabalho na adolescência não é apenas uma imposição externa, mas se configura como uma experiência significativa que contribui para a construção da identidade social e pessoal do adolescente. Ao serem inseridos precocemente em atividades laborais, os adolescentes passam a reinterpretar sua posição no mundo, experimentando responsabilidades e desafios que os aproximam de uma condição adulta. Essa vivência é descrita por A3 como um processo de descoberta de si e do outro, marcado pelo peso da responsabilidade:

“A gente tem muita responsabilidade quando a gente é adolescente, a gente está descobrindo como é ser um adulto, como ter que ir trabalhar e ter que ir na escola [...]”

A fala de A8, por sua vez, explicita a vivência emocional do conflito entre o tempo biográfico e as exigências sociais, evidenciando como a experiência de trabalho acelera a percepção de amadurecimento, muitas vezes vivida com sofrimento:

“Quando eu comecei a trabalhar eu chorava muito assim, porque eu não conseguia conciliar a escola e o trabalho, então isso é muito difícil pra gente que é adolescente, parece que a gente fica adulto mais cedo do que a gente deveria.”

Esses relatos mostram que o trabalho atua como um marco biográfico, reconfigurando o modo como os adolescentes se reconhecem como sujeitos sociais. Com base em Schutz (1979), pode-se afirmar que essa experiência modifica o “ponto de vista” a partir do qual eles observam a si mesmos e os outros, atualizando seu estoque de conhecimento e moldando suas futuras decisões e expectativas.

Assim, o trabalho se torna não apenas um dever, mas também um elemento central na formação da identidade e na constituição do mundo social vivido pelos adolescentes.

Aramo, Venturi e Corrochano (2020), ao analisar as percepções dos adolescentes sobre suas experiências de sobrepôr estudo e trabalho e como estas moldam a visão de si mesmos e de seu futuro, evidenciaram que, embora o trabalho possa promover senso de responsabilidade, também pode limitar oportunidades de desenvolvimento pessoal e educacional. Essa dualidade é encontrada nos relatos do presente estudo, que indicam que cada adolescente lida de maneira subjetiva com a experiência de trabalhar tão cedo – alguns aceitam como parte da vida, enquanto outros sentem dificuldades para equilibrar trabalho e estudo.

Essa vivência do trabalho na adolescência não apenas influencia a trajetória educacional e profissional dos adolescentes, mas também tem um papel essencial na construção de sua identidade. Os achados do estudo dialogam com as contribuições de Erikson (1968), que destaca a adolescência como uma fase de formação da identidade, fortemente influenciada por experiências de trabalho, interações sociais e expectativas sobre o futuro. Somado a isso, Santana e Ristum (2023) reforçam essa perspectiva ao demonstrar que o trabalho é percebido como um espaço de aprendizado de valores morais, desenvolvimento de habilidades e atendimento às necessidades familiares. Assim, a experiência laboral contribui para a formação da identidade dos adolescentes, estruturando suas percepções sobre si mesmos e sobre o papel que ocupam na sociedade (SANTANA; RISTUM, 2023). Corroborando, os achados do presente estudo indicam a preocupação dos adolescentes sobre o “quem e “o que” serão no futuro:

“[...] eu me preocupo com o que eu vou ser no futuro; não sei exatamente o que quero ser. E se eu não gostar? E se eu precisar mudar de direção ou começar algo novo?” (A5)

Nesse contexto, a sociologia fenomenológica permite aprofundar essa discussão ao considerar a identidade como um processo dinâmico e contínuo, moldado pelas experiências vividas e pelas interações sociais. A teoria de Schutz (2012) fortalece essa compreensão ao demonstrar que a identidade se forma no fluxo da ação social, sendo estruturada a partir das motivações individuais e do

estoque de conhecimento disponível. Dessa forma, as escolhas e ações dos adolescentes refletem os significados que atribuem a si mesmos e ao mundo ao seu redor (SCHUTZ, 1979).

Essa construção identitária, no entanto, não ocorre de maneira isolada. Os adolescentes identificam uma "pressão" social e familiar para definir uma profissão, além do impacto das expectativas externas sobre suas escolhas. Essas expectativas, frequentemente impostas pelo ambiente escolar e pela família, contribuem para a percepção de que a adolescência é um período determinante para o futuro, intensificando a necessidade de tomada de decisões relacionadas ao trabalho e à formação profissional:

“Escolha de profissão é muito difícil, é muito cedo, né? Para decidir é muito, muito, muito, muito cedo e aí, por exemplo, você vê muita gente decidindo as coisas muito cedo e você quer decidir cedo também.” (A13)

“Em relação à escola e a família é muita pressão, né? Eles apressam muito tipo, tu tem que fazer uma faculdade, tem que fazer o ENEM, tem que fazer alguma coisa cedo. [...] Dá pra sentir dos outros, eu tenho que fazer um vestibular logo, eu tenho que fazer alguma coisa assim, é cedo, tudo cedo assim, eu acho que é ruim.” (A8)

A pressão para definir um caminho profissional, mencionada pelos adolescentes entrevistados, gera desconforto e ansiedade, especialmente entre aqueles que ainda não se sentem preparados para tomar essa decisão. Esse sentimento de pressão se origina tanto no ambiente escolar quanto no familiar, sendo este último um fator determinante na construção das expectativas sobre o futuro. Como demonstram os achados do presente estudo, os adolescentes frequentemente destacam a influência dos pais e familiares em suas motivações para trabalhar e na definição de seus objetivos profissionais. Segundo Terrugi, Cardoso e Camargo (2019), as expectativas construídas no núcleo familiar desempenham um papel central na configuração do projeto de vida dos adolescentes, moldando suas percepções sobre o que é possível e desejável no âmbito profissional.

Os resultados deste estudo revelam que o trabalho na adolescência é marcado por motivações voltadas ao futuro, os chamados “motivos para”, conforme proposto por Alfred Schutz (1979). Esses motivos aparecem nas falas dos adolescentes como desejos de autonomia, estabilidade financeira, realização pessoal e construção de um projeto de vida. Tais expectativas, no entanto, são interpretadas a partir da situação biográfica de cada adolescente e do seu estoque de conhecimento à mão, construído pelas experiências sociais e familiares que moldam sua visão de mundo. Assim, compreender os sentidos atribuídos ao trabalho na adolescência requer considerar os “motivos porque” (experiências passadas) e os “motivos para” (projetos, intenções), o que permite compreender o trabalho como uma ação dotada de significado, e não apenas como imposição externa ou necessidade econômica.

Nesse contexto, políticas públicas como o Programa Jovem Aprendiz (PJA) assumem papel estratégico na mediação entre os projetos juvenis e a realidade do mundo do trabalho. O programa, ao aliar formação prática à capacitação teórica, contribui para o amadurecimento pessoal, o desenvolvimento de competências profissionais e o fortalecimento da identidade dos jovens aprendizes (MIRANDA; BRETTAS, 2023; GRAEBIN et al., 2019). Para muitos, essa experiência representa não apenas uma oportunidade de geração de renda, mas também um marco simbólico de entrada na vida adulta e de afirmação social (PEREIRA; SPÍNDOLA, 2020). Entretanto, como aponta a literatura, ainda há desafios quanto à efetivação da política, incluindo desigualdades no acesso, falta de fiscalização e fragilidade no acompanhamento pedagógico e psicossocial dos aprendizes (MAGALHÃES; GRANJA, 2020).

Nesse sentido, ao dar visibilidade às experiências dos adolescentes e analisá-las a partir da sociologia fenomenológica, este estudo contribui para o entendimento das múltiplas dimensões do trabalho na adolescência e reforça a importância de políticas públicas que respeitem os direitos dos adolescentes, valorizem seus projetos de vida e os apoiem na transição segura e formativa para a vida adulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender as motivações e significados atribuídos ao trabalho pelos adolescentes escolares. Identificou-se que a decisão de trabalhar está relacionada tanto a fatores socioeconômicos quanto a aspirações pessoais, evidenciando a intersecção entre "motivos por que" e "motivos para" no significado da ação. Além disso, os resultados demonstraram que a experiência do trabalho influencia a identidade dos adolescentes, inserindo-os em um contexto de responsabilidades e expectativas sobre o futuro.

O presente estudo amplia a literatura existente ao analisar as motivações dos adolescentes a partir da subjetividade e do significado que eles atribuem à experiência do trabalho. A análise das motivações permitiu elucidar como os valores sobre trabalho são transmitidos entre gerações e como as mudanças sociais e econômicas afetam as decisões dos adolescentes. A sociedade contemporânea valoriza o trabalho como um meio de autonomia e status, e compreender como isso influencia os adolescentes pode revelar mudanças nas percepções sobre adolescência e trabalho.

É importante ressaltar que a pesquisa focou em adolescentes que trabalham, sem realizar uma comparação direta com adolescentes que não trabalham, o que poderia fornecer um contraste mais aprofundado sobre as implicações do trabalho na formação da identidade juvenil. Ademais, o estudo foi realizado no ambiente escolar, não abrangendo adolescentes que apenas trabalham e não estão inseridos no sistema de ensino, o que limita a compreensão da realidade de adolescentes que vivenciam exclusivamente a experiência laboral. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o universo de pesquisa para incluir adolescentes de diferentes contextos sociais, incluindo escolas públicas e privadas, tipos de escolarização e adolescentes trabalhadores e não trabalhadores.

Apesar das limitações apresentadas, os resultados deste estudo foram capazes de elucidar as percepções e motivações dos adolescentes em relação ao trabalho exercido por eles, proporcionando uma visão detalhada e subjetiva desta experiência. Destaca-se ainda que, a pesquisa aplicou métodos de análises qualitativos robustos, como entrevista e análise fenomenológica, as quais permitiram uma compreensão em profundidade do tema investigado.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 523-542, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/HffJZGdxz6Z36cqybFwQ5nH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BORGES, Patrícia Souza Bahia; LIMA, Antônio Almerico Biondi; AGUIAR, Carolina Villa Nova. Inclusão social pelo trabalho: percepções da primeira experiência de emprego em jovens de baixa renda. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 13, e5439, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2024.e5439>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, 2012. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2020.

CAMPOS, Helena Maria. **O sujeito adolescente e o cuidado de si: cenários, significados e sentidos da iniciação sexual e do cuidado com a saúde sexual e reprodutiva**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Belo Horizonte, 334 p., 2012. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4282>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ERIKSON, Erik H. **Identidade: Juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GOMES, Tatiane; OLIVEIRA, Maria R. Influência da estrutura familiar e do contexto social no trabalho de adolescentes. **Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 3, p. 112-129, 2023.

GRAEBIN, Rosani Elisabete; MATTE, Juliana; LARENTIS, Fabiano; MOTTA, Marta Elisete Ventura da; OLEA, Pelayo Munhoz. O significado do trabalho para jovens aprendizes. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 14, n. 1, p. 17-38, jan. 2019.

HADIYATI, Muftiah Azizi; ASTUTI, Budi. Student careers: What factors influence career choice? **Journal of Educational Research and Evaluation**, v. 7, n. 4, p. 608-614, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.23887/jere.v7i4.61686>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

KLEINERT, Sabine; HORTON, Richard. Adolescent health and wellbeing: a key to a sustainable future. **Lancet**, New York: Elsevier, v. 387, n. 10036, p. 2355-2356, 2016. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)30297-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)30297-5)>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MAGALHÃES, Cintia Rosa de; GRANJA, Edna Mirtes dos Santos. Programa de aprendizagem e suas implicações ao acesso e continuidade no mercado de trabalho: um estudo com jovens aprendizes. *Id on Line Revista de Psicologia*, v. 14, n. 54, p. 73-91, dez. 2020. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2865>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MENDES, Evanildo; SANTANA, Valdirene Maria. **O trabalho infantil e a condição social no Brasil: perspectivas contemporâneas**. São Luís: Editora Universidade Federal do Maranhão, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, Alcione Bononi Paiva; BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira. Narrativas protagonizadas pelo jovem aprendiz: uma revisão das publicações em periódicos [2017/2022]. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 12, p.

25598–25614, 2023. Disponível em: <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2246/1742>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

PEREIRA, Denis Guimarães; SPÍNDOLA, Juliana de Oliveira. Análise compreensiva da inserção no mercado de trabalho através do primeiro emprego: ser-jovem aprendiz. **Revista Educação e Humanidades**, v. 1, n. 2, p. 457-477, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/7934>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SANTANA, Ramiro Rodrigues Coni; RISTUM, Marilena. Among risks, protection, and lessons learned: Perspectives of Brazilian rural families about work in adolescence. **Journal of Research on Adolescence**, v. 34, n. 2, p. 452-465, 2024. Disponível em: <<https://www.wileyonlinelibrary.com/journal/jora>>. Acesso em: 15 mar. 2025. DOI: 10.1111/jora.12903.

SANTANA, Ramiro Rodrigues Coni; RISTUM, Marilena. Os sentidos de trabalho e escola construídos por adolescentes trabalhadores. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 34, e34727, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/1984-0292/2022/v34/34727>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SCHNEIDER, Jacó Fernando. **Ser-família de esquizofrênico: o que é isto?** Cascavel: Edunioeste, 2001.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz**. Compilação de Helmuth Wagner. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre a fenomenologia e relações sociais**. São Paulo: Vozes, 2012.

SILVA, Ana Paula; COSTA, Carlos Manuel. Fatores sociais e econômicos que influenciam o trabalho adolescente no Brasil: uma revisão sistemática. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 15, n. 1, p. 78-92, 2020.

SOUZA, Noelia Kally Marinho de; MAZZA, Verônica de Azevedo; KHALAF, Daiana Kloh; LAPIERRE, Judith; PIOSIADLO, Laura Christina Macedo. Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil: desafios para atenção integral em saúde e

intersetorialidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, e33006, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/KGVhhJ3SsDFm77DnwgnXW4C/?format=pdf&lang=pt.>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TERRUGGI, Tatiana Petroni Laurito; CARDOSO, Hugo Ferrari; CAMARGO, Mário Lázaro. Escolha profissional na adolescência: a família como variável influenciadora. **Pensando Famílias**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 162-176, dez. 2019. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n2/v23n2a13.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ARTIGO ORIGINAL II: Entre silêncios e significados: experiências de sofrimento psíquico na adolescência a partir da sociologia fenomenológica

RESUMO

Este estudo analisou os sentidos atribuídos por adolescentes às experiências de sofrimento psíquico e as ações mobilizadas diante dessas vivências, buscando compreender como eles vivenciam e significam essa condição em seu cotidiano. A pesquisa qualitativa foi realizada em uma escola pública da região metropolitana de Porto Alegre, com vinte entrevistas individuais conduzidas com estudantes de 16 a 19 anos. A análise ancorou-se na sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, considerando a situação biográfica e o estoque de conhecimento como elementos centrais para interpretar a ação social. Os resultados evidenciaram que o sofrimento psíquico emerge, sobretudo, das relações familiares e escolares fragilizadas, marcadas por conflitos, ausência de escuta e experiências de exclusão. Nessas situações, os adolescentes relatam a dificuldade de expressar a dor, que muitas vezes permanece silenciada ou é interpretada como banal pelos outros, configurando a indizibilidade do sofrimento. As ações mobilizadas diante dessas vivências variaram entre o silêncio, a autolesão, a busca de apoio em pares ou serviços e a construção de estratégias próprias de resignificação. Conclui-se que o sofrimento psíquico na adolescência é constituído nas interações sociais e

significado a partir da biografia de cada sujeito, revelando a importância de práticas que reconheçam a singularidade dos adolescentes, valorizem sua capacidade de construir sentidos e promovam espaços de escuta qualificada que rompam o ciclo de invisibilidade do sofrimento.

Palavras-chave: Saúde Mental; Adolescente; Fenomenologia.

ABSTRACT

This study analyzed the meanings attributed by adolescents to experiences of psychological distress and the actions mobilized in the face of such experiences, seeking to understand how they live and signify this condition in their daily lives. The qualitative research was carried out in a public school in the metropolitan region of Porto Alegre, Brazil, with twenty individual interviews conducted with students aged 16 to 18 years. The analysis was anchored in Alfred Schutz's sociological phenomenology, considering the biographical situation and the stock of knowledge as central elements for interpreting social action. The results showed that psychological distress arises mainly from fragile family and school relationships, marked by conflicts, lack of attentive listening, and experiences of exclusion. In these situations, adolescents reported difficulties in expressing their pain, which often remains silenced or is perceived as trivial by others, configuring the unspeakability of suffering. The actions mobilized in response to these experiences varied between silence, self-harm, seeking support from peers or services, and the construction of individual strategies of re-signification. It is concluded that psychological distress in adolescence is constituted in social interactions and interpreted based on each subject's biography, highlighting the importance of practices that recognize the singularity of adolescents, value their ability to construct meanings, and promote qualified listening spaces that break the cycle of invisibility of suffering.

Keywords: Mental Health; Adolescent; Phenomenology

INTRODUÇÃO

A adolescência não pode ser compreendida apenas como uma faixa etária delimitada ou como uma etapa homogênea do desenvolvimento humano. Trata-se de um período que deve ser analisado a partir dos contextos em que se insere, das identidades nele formadas, das subjetividades construídas e das necessidades que emergem em cada trajetória (BARBOSA-SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021). A concepção estritamente desenvolvimentista, que projeta a vida adulta como objetivo maior a ser alcançado e considera a adolescência como fase biológica igual para todos, tem sido problematizada, uma vez que diferentes adolescentes atribuem sentidos distintos a esse momento, como revelam pesquisas de campo (ANDRADE; MEYER, 2014; LOPES; CARVALHO, 2017).

Nesse processo de transição, os adolescentes se mostram especialmente vulneráveis em relação à saúde mental (WHO, 2024). O sofrimento psíquico que vivenciam pode estar associado a uma diversidade de fatores psicossociais, como violência, dificuldades familiares, baixa autoestima, bullying e intolerância à identidade de gênero e orientação sexual (AVANCI et al., 2007; HINDUJA; PATCHIN, 2010; DA SILVA et al., 2021; HUDSON et al., 2025). Dados da Organização Mundial da Saúde apontam que transtornos mentais como depressão, ansiedade e distúrbios comportamentais figuram entre as principais causas de

incapacidade na adolescência, podendo se estender até a vida adulta quando não adequadamente abordados (WHO, 2024).

A realidade brasileira reforça esse quadro a partir dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019 (PeNSE), que evidencia um cenário preocupante ao indicar que 31,4% dos escolares de 13 a 17 anos relataram sentir-se tristes na maior parte do tempo ou sempre, sendo esse número ainda mais expressivo entre as meninas, atingindo 44,9%. Além disso, 21,4% dos adolescentes afirmaram que a vida não valia a pena ser vivida nos 30 dias que antecederam a pesquisa, proporção que se eleva para 29,6% entre adolescentes do sexo feminino. Outro dado relevante diz respeito à autoavaliação da saúde mental: 17,7% dos estudantes consideraram sua saúde mental ruim ou muito ruim, sobretudo na faixa etária de 16 a 17 anos (IBGE, 2021). Esses dados reforçam a urgência de compreender a adolescência em sua pluralidade, considerando as diferentes formas de experimentar e significar o sofrimento.

Ainda que avanços tenham ocorrido no campo das políticas públicas, o cuidado a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico permanece marcado por fragilidades. Constantinidis et al. (2021) evidenciam desafios que vão desde a baixa priorização da saúde mental infantojuvenil nas agendas governamentais até as dificuldades de articulação intersetorial, passando por tensões na relação com a escola, pela limitada participação da Atenção Primária a Saúde e pelo despreparo dos profissionais diante de demandas cada vez mais frequentes, como autolesão e tentativas de suicídio. Segundo os autores, tal cenário revela não apenas a necessidade de reorganizar os serviços, mas também de construir abordagens que ultrapassem o modelo clínico tradicional e acolham a complexidade da experiência adolescente.

Somado a isso, a saúde mental nas Américas enfrenta uma crescente carga de transtornos, associada a sistemas cronicamente subfinanciados e barreiras de acesso, sobretudo entre populações em vulnerabilidade. Mesmo com avanços recentes, ainda são necessários investimentos e práticas baseadas em evidências para reduzir a lacuna no cuidado em saúde mental (TRIANNI; TAUSCH; OLIVEIRA E SOUZA, 2025). No campo da saúde coletiva, observa-se que a produção científica sobre o sofrimento psíquico na adolescência concentra-se em pesquisas realizadas em serviços especializados e com adolescentes já diagnosticados com transtornos

mentais (ROSSI et al., 2019). No entanto, compreender o sofrimento exige ampliar o olhar para além do espaço clínico, incorporando as experiências cotidianas, como as que se manifestam na escola, no convívio com os pares e nas relações familiares (ACHERBERGH et al., 2020).

Logo, dar voz aos adolescentes é essencial para construir políticas e práticas que reconheçam sua autonomia, singularidade e capacidade de significar suas próprias experiências (ASSIS; AVANCI; SERPELONI, 2020). É nesse ponto que o presente estudo ancora sua análise a partir da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. Ao propor a compreensão da ação social a partir do mundo da vida e da intencionalidade do sujeito, Schutz (1979; 2012) possibilita um olhar atento às experiências tal como são vividas pelos adolescentes. Para o autor, a experiência é estruturada pelas motivações “porque” e “para”. Os motivos “para” referem-se às intenções projetadas para o futuro, aquilo que o sujeito deseja realizar ou alcançar, enquanto os motivos “porque” remetem ao passado e às experiências já vividas, que formam o estoque de conhecimento e dão sustentação ao agir no presente. O mundo da vida, nesse sentido, constitui-se como o cenário de significados onde os sujeitos constroem suas experiências cotidianas, por meio de relações face a face, tipificações e estoques de conhecimento acumulados ao longo da trajetória biográfica. Segundo o autor, esse mundo é intersubjetivo, isto é, compartilhado entre os atores sociais que, ao interagir, produzem sentidos comuns e orientam suas ações em referência a eles.

Compreender o sofrimento psíquico na adolescência, portanto, exige situá-lo no mundo da vida, como experiência singular e, ao mesmo tempo, atravessada pelas relações intersubjetivas. Assim, o presente estudo busca analisar, à luz da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, os sentidos atribuídos por adolescentes às experiências de sofrimento psíquico e às ações mobilizadas diante dessas vivências, considerando suas situações biográficas e estoques de conhecimento.

MÉTODO

Este artigo faz parte de uma tese de doutorado e adota uma abordagem qualitativa, ancorada na sociologia fenomenológica de Alfred Schutz (1979, 2012), cujo foco é compreender o sentido das experiências vividas pelos sujeitos em seu mundo cotidiano. A pesquisa foi realizada no ano de 2023, em uma escola estadual

situada na região metropolitana de Porto Alegre (RS), localizada em um bairro periférico caracterizado por múltiplas vulnerabilidades sociais e econômicas. A escolha do campo foi motivada pela hipótese de que esse contexto poderia revelar formas distintas de vivenciar a adolescência, marcadas por situações biográficas heterogêneas.

Participaram do estudo adolescentes matriculados no segundo ano do ensino médio, nos turnos da manhã e da noite. A escolha por essa etapa escolar considerou a predominância de estudantes entre 16 e 18 anos, faixa etária que corresponde ao período final da adolescência, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Os critérios de inclusão contemplaram alunos que participaram de uma oficina sobre adolescência e saúde mental e manifestaram interesse em participar das entrevistas individuais.

As oficinas foram utilizadas como estratégia inicial de aproximação e inserção no campo, conforme proposto por Minayo (2014), não compondo, contudo, a produção formal de dados da pesquisa. Durante a atividade, os adolescentes se reuniram em grupos para responder, por meio de cartazes com desenhos e palavras, às perguntas “O que é ser adolescente?” e “O que vocês entendem por saúde mental?” A apresentação das produções entre os grupos promoveu reflexões coletivas e serviu como ponto de partida para o convite à participação nas entrevistas. Ao final das oficinas, que contaram com 71 participantes, 36 adolescentes inscreveram-se para a etapa das entrevistas individuais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas em ambiente reservado dentro da escola, com agendamento prévio e autorização da instituição. O roteiro de entrevista foi construído com base em perguntas abertas que permitissem aos adolescentes relatarem suas experiências de forma livre e reflexiva. Os eixos centrais abordados foram: a percepção dos participantes sobre o que significa ser adolescente; vivências marcantes ocorridas durante essa etapa da vida; situações de sofrimento psíquico e os sentimentos associados; as ações mobilizadas diante do sofrimento; as motivações para buscar ou não apoio e as expectativas em relação à ajuda; e, por fim, as relações estabelecidas com família, amigos, outros adolescentes e escola nas situações relatadas. Esses temas visaram acessar a situação biográfica dos participantes e os sentidos atribuídos às suas experiências, em consonância com os pressupostos da

fenomenologia sociológica de Alfred Schutz. A flexibilidade do roteiro permitiu aprofundar as falas conforme os temas emergentes, respeitando o princípio da escuta ativa e a intencionalidade do discurso (MINAYO, 2014; SCHNEIDER, 1996).

Realizou-se 20 entrevistas e seguiu-se os critérios de saturação empírica, considerando a recorrência dos sentidos e a consistência dos dados produzidos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra logo após sua realização. Paralelamente, a pesquisadora manteve um diário de campo com registros reflexivos sobre o processo de escuta e interação com os participantes. Também foram coletadas informações sociodemográficas com o objetivo de caracterizar o grupo e contextualizar suas trajetórias incluindo questões sobre idade, identidade de gênero, orientação sexual, ocupação, composição familiar, raça/cor autodeclarada e participação em atividades sociais.

A análise seguiu os procedimentos da análise fenomenológica propostos por Schneider (2001). Inicialmente, as entrevistas foram lidas na íntegra, sem interpretação, para familiarização com o material. Em seguida, foram identificados trechos significativos relacionados à experiência do sofrimento psíquico na adolescência. A partir da reflexão sobre esses excertos, foram organizadas categorias descritivas que expressam os sentidos atribuídos pelos adolescentes às suas vivências. A análise compreensiva foi orientada pelos conceitos centrais da fenomenologia de Schutz, como situação biográfica, estoque de conhecimento, motivos “porque” e “para”, sendo posteriormente articulada com a literatura sobre saúde mental na adolescência.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, conforme parecer n.º 6.186.778, atendendo às normas estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n.º 13.709/2018. Os adolescentes que aceitaram participar assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, e seus responsáveis legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para garantir o anonimato dos participantes, seus nomes foram substituídos por letras seguidas de números (A1 a A20), respeitando a ordem de realização das entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão estão apresentados em três eixos temáticos: (1) O sofrimento psíquico no cotidiano do relacionamento familiar e escolar; (2) A ação de buscar ajuda: entre a autonomia e o silêncio e (3) A indizibilidade do sofrimento psíquico na adolescência.

O sofrimento psíquico no cotidiano do relacionamento familiar e escolar

A análise das entrevistas demonstrou que o sofrimento psíquico vivido pelos adolescentes se manifesta, com frequência, nas experiências cotidianas marcadas por conflitos familiares, situações de bullying e vínculos sociais frágeis. Tais experiências evidenciam rupturas na intersubjetividade constitutiva do mundo da vida, conforme proposto por Alfred Schutz. Para o autor, o mundo da vida é sustentado por relações de confiança mútua, por meio das quais o sujeito se orienta com base no reconhecimento recíproco com os outros (SCHUTZ, 1979). Quando esses vínculos são fragilizados ou inexistentes, o adolescente encontra dificuldades para compartilhar o sofrimento psíquico e atribuir-lhe significado.

O núcleo familiar se destacou como um dos principais contextos de relação social que produz sofrimento psíquico. Relatos como o A15 — *"eles não me ouviam... era uma família distante [...]"* — podem ser analisados à luz do conceito de encontro face-a-face, trazido por Schutz (1979) como a forma mais densa de relação intersubjetiva. Ele ocorre quando dois indivíduos estão presentes fisicamente no mesmo tempo e espaço, possibilitando uma experiência comum de "nós", ou seja, constituindo um mundo intersubjetivo compartilhado de sentidos e significados. Logo, a experiência de sofrimento psíquico é vivenciada quando ocorre uma quebra do "nós". Nesse sentido, a ausência de escuta e de presença afetiva (face-a-face) dentro das relações familiares desestabiliza o mundo tomado como certo, levando o adolescente a experimentar o sofrimento como algo solitário e muitas vezes incompreensível.

Somado a isso, outros relatos demonstram o sofrimento sendo potencializado em contextos de conflitos familiares intensos:

"Eu acho que uma experiência na minha adolescência foi o casamento dos meus pais [...] Foi uma experiência bem ruim no meu processo de adolescente porque eles brigavam demais. Sem violência, mas discussões e querer terminar o relacionamento. Isso

me afetou bastante, de verdade. Eu ficava muito triste [...] chorava sempre bastante, bastante. Teve vezes, assim, eu mandava mensagem para minha irmã falando o que tinha acontecido. Mandava uns áudios chorando.” (A15)

“E também tinha momentos de muita briga lá (referindo-se à sua antiga casa). E eu me sentia sozinho porque tinha gente brigando, então, para onde é que eu vou? Eu não me sentia bem em nenhum daqueles lugares. Acho que isso também foi uma parte bem ruim da minha vida.” (A16)

Esses depoimentos ilustram como o ambiente familiar pode se tornar fonte de incerteza e desamparo. Nessa perspectiva, o adolescente experimenta um mundo da vida instável, no qual os esquemas de relevância, que orientam suas ações e interpretações, tornam-se confusos ou conflituosos, intensificando a vivência de sofrimento. Para Schutz (1979) existem dois sistemas de relevâncias: intrínsecas e impostas. No primeiro, encontra-se os interesses próprios de cada indivíduo, enquanto no segundo os interesses de outras pessoas. Quando estamos em uma relação com o outro, há uma troca mútua de influências — de certa forma, exercemos algum controle sobre o outro, assim como também estamos sob sua influência. Quando nos voltamos espontaneamente um para o outro, podemos compartilhar parte dessas relevâncias pessoais, construindo interesses em comum. (SCHUTZ, 2003).

Nesse sentido, as entrevistas demonstram que os adolescentes se veem atravessados por experiências de incomunicabilidade e desencontros nas relações que deveriam oferecer acolhimento. A ausência de um encontro face a face autêntico, capaz de sustentar a partilha de relevâncias intrínsecas, fragiliza a intersubjetividade e intensifica o sofrimento psíquico.

Em algumas situações, a tentativa de reconstruir um espaço de estabilidade levou os adolescentes a modificarem suas configurações familiares, buscando novas formas de convivência. É o que ilustra o relato A12, que optou por deixar a casa da mãe:

“Porque ali não estava fazendo bem. Eu disse que, tipo, se ela (sua mãe) queria viver com um cara que não tratava ela bem, ela podia tomar a decisão dela, já que ela era uma adulta, mas que eu não

precisava ser arrastado para o meio disso. E daí ela disse, 'tá ok, eu te deixo morar com teu pai'. Mas, é isso, eu fui morar com o meu pai." (A12)

O relato de A15, que se via sozinho em meio às brigas conjugais dos pais, e a decisão de A12 de sair da casa materna para proteger-se emocionalmente, ilustram como os adolescentes buscam, mesmo que intuitivamente, restaurar um espaço de estabilidade que lhes permita atribuir sentido ao sofrimento vivido.

Nesse sentido, a condição de sofrimento psíquico ligado a relações familiares se alinha aos achados de outros estudos. Ribeiro e Alves (2022), em uma revisão integrativa, evidenciam que interações familiares conflituosas representam um fator preditor da sintomatologia depressiva, especialmente quando associadas à ausência de apoio. Xavier, Dias e Quintilio (2021), destacam que os fatores familiares exercem papel determinante no processo de sofrimento psíquico, uma vez que falhas no suporte afetivo, padrões de rejeição ou hostilidade aparecem como elementos recorrentes nas famílias de adolescentes com depressão. Segundo os autores, as interações familiares de baixa qualidade configuram-se, inclusive, como preditores mais consistentes de sintomas depressivos do que as relações entre pares, reforçando a relevância de compreender a dinâmica familiar como espaço que pode funcionar tanto como fator de proteção quanto de vulnerabilidade.

Além da família, outro espaço intersubjetivo na experiência dos adolescentes é a escola. O contexto escolar apareceu nas falas como um ambiente atravessado por experiências de exclusão e desvalorização. Para os adolescentes, a escola se configura como um espaço ambíguo, ora acolhedor, ora desencadeador de sofrimento. Tais vivências podem ser compreendidas à luz do conceito de tipificações sociais, neste caso, a tipificação da adolescência, na qual os indivíduos são constantemente interpretados com base em categorias sociais previamente estabelecidas (SCHUTZ, 1979).

Segundo Capalbo (2000), o "tipo ideal de pessoa" funciona como um modelo interpretativo da realidade social, atribuindo significado às interações. As pessoas recorrem a esse modelo quando se relacionam umas com as outras, apoiando-se no conjunto de saberes e experiências previamente acumuladas. Assim, adolescentes que fogem da norma hegemônica de comportamento ou identidade tendem a ser

rotulados e excluídos, o que compromete o reconhecimento de sua singularidade, como evidenciam os relatos a seguir:

“Me chamavam de gordinho, baleia e essas coisas. Ficavam me apertando até uma hora eu explodi. Daí não tinha mais como segurar, eu tentava segurar o máximo, mas tem horas que a pessoa explode [...] eu não aguentava mais sofrer bullying.” (A6)

“Eu sofri bullying do final do pré até o quinto ano, por causa que eu era meio cheinho. Daí chegou a uma época que eu tive que começar a usar óculos e várias vezes tentei esconder meus óculos [...]. Daí o bullying se intensificou, mas daí chegou uma época que eu simplesmente disse: cansei! Para mim não está dando mais, para eles pode ser diversão, mas pra mim não tem graça [...].” (A17)

“Estava sofrendo bullying, eu não tinha amigo, não tinha amigo nenhum, nenhum, nenhum, nenhum. E daí eu entrei em depressão. Eu tentei suicídio muitas vezes, muitas vezes.” (A11)

De forma complementar a estes achados, um estudo quantitativo realizado por Loch et al. (2020) com adolescentes do 9º ano evidenciou o envolvimento em situações de bullying como um fenômeno prevalente, atingindo cerca de um terço dos participantes, seja na posição de vítimas e de agressores ou vítima–agressor (*bully-victim*). Os resultados mostraram que a vitimização esteve mais associada a meninas, enquanto meninos apareceram com maior frequência como agressores e *bully-victims*. Em termos de saúde mental, tanto vítimas quanto *bully-victims* apresentaram maior prevalência de sintomas como ansiedade e depressão, além de comportamentos de risco, incluindo autolesão, uso de tabaco e álcool.

As narrativas dos adolescentes do presente estudo também evidenciaram como o bullying, por vezes naturalizado como "brincadeira", produz efeitos profundos de exclusão e sofrimento psíquico. Os sujeitos são interpretados e rotulados a partir de categorias estigmatizantes, comprometendo sua inserção intersubjetiva no mundo da vida escolar. O estudo de Cavalcanti et al. (2019) complementa ao apontar que, nas representações sociais dos próprios adolescentes, o bullying se ancora em preconceitos e na intolerância à diferença, sendo muitas vezes interpretado como parte natural da convivência escolar. Na mesma direção, Pigozi e

Machado (2015) chamam atenção para a banalização do fenômeno, o que contribui para sua invisibilização no cotidiano escolar, dificultando que seus efeitos sejam reconhecidos e adequadamente enfrentados.

Sendo assim, mesmo que as tipificações sejam centrais para o funcionamento da vida social, pois sem elas não poderíamos antecipar comportamentos ou agir com intencionalidade no mundo intersubjetivo (SCHUTZ, 1979), seu uso irrefletido pode levar à invisibilização das experiências singulares, como o sofrimento psíquico dos adolescentes. Portanto, os achados apontam para a necessidade de superar os automatismos do senso comum por meio da escuta atenta e da abertura ao mundo da vida do outro.

Dessa forma, os relatos revelam que as relações frágeis com pares e com a família constituem elementos centrais na experiência de sofrimento psíquico na adolescência, evidenciando não apenas dores individuais, mas também a fragilidade das redes intersubjetivas que os sustentam (FREITAS; MOURA; MONTEIRO, 2016). Essas experiências, ao romperem com o fluxo cotidiano do mundo da vida, exigem que o adolescente reorganize seu estoque de conhecimento e ressignifique sua posição no mundo, tarefa que, muitas vezes, ocorre em meio ao silêncio, à solidão e à fragilidade de confiança nas relações sociais.

A ação de buscar ajuda: entre a autonomia e o silêncio

Os adolescentes demonstraram enfrentar o sofrimento psíquico por meio de diferentes formas de ação, atravessadas por vivências de autonomia, resistência, silenciamento e construção de sentido. Na perspectiva da sociologia fenomenológica de Schutz (1979), toda ação social está ancorada em motivações que se organizam entre os “motivos porque” – baseados na situação biográfica e no estoque de experiências acumuladas – e os “motivos para” – voltados a um projeto intencional de futuro. Compreender as ações dos adolescentes requer o reconhecimento dessa estrutura motivacional, que confere inteligibilidade ao tempo vivido e orienta suas escolhas no mundo da vida.

Nesse sentido, A3 expressa essa estrutura quando relata: *“pensei: ‘vou procurar ajuda’... mesmo confiando neles (referindo-se à família), mas eu vou procurar ajuda de fora”*. Sua decisão de procurar um serviço de saúde quando identificou estar em sofrimento psíquico, mas sem envolver os pais, revela uma ação

orientada por “motivos porque” — como o desejo de não causar preocupação à família e o reconhecimento da gravidade do sofrimento — e por “motivos para”, como o projeto de preservação de vínculos e de cuidado de si. A ação de buscar ajuda emerge, assim, como uma escolha intencional fundamentada no estoque de conhecimento que articula vivências familiares, percepções subjetivas e expectativas de acolhimento (SCHUTZ, 1979).

Em outras situações, os adolescentes optaram por não compartilhar a dor, adotando o silêncio como forma de enfrentamento. Schutz (1979) destaca que o agir está sempre vinculado ao sentido atribuído à situação vivida, e esse sentido pode levar à escolha consciente de não falar.

“Tem vezes que eu busco simplesmente ficar sozinho, absorver, não demora muito para absorver, leva algumas horas [...] outras vezes eu gosto de escutar música, algumas vezes eu gosto de assistir séries, outras eu gosto de sair, ver as coisas por aí. E outras, simplesmente ignoro ou simplesmente deixo fluir.” (A17)

Esse posicionamento, longe de representar passividade, pode estar relacionado a experiências anteriores em que o falar não encontrou acolhimento, ou em que o silêncio foi vivido como forma de proteção. Nesse sentido, A18 compartilha que mesmo diante de um sofrimento visível, expresso por meio da autolesão, ela acreditava que seus pais não compreendiam a profundidade de sua dor:

“Na verdade, eu não pedi ajuda [...] quando eu estava me cortando, minha mãe sofreu bastante com isso, mas eles pensaram que era besteira, que eu estava fazendo aquilo pra chamar atenção [...] eu não falava muito, não falava sobre nada na minha vida, nem o que acontecia na escola [...] acho que pela reação dos meus pais e por eu ter na cabeça que eu não precisava de ajuda.” (A18)

As falas mostram como o silêncio pode estar ancorado em um estoque de experiências nas quais o outro se apresenta como não acessível ou julgador. Nesse cenário, o silêncio e a autolesão aparecem como expressões orientadas ao alívio do sofrimento. A ausência de um outro confiável ou indisponível aparece como um “motivo porque” e, mais do que isso, como uma barreira para a busca de ajuda, afetando diretamente as expectativas e ações dos adolescentes (HELLSTRÖM; BECKMAN, 2021).

Portanto, mesmo ações que podem parecer "irracionais" à primeira vista (como se isolar ou resistir a pedir ajuda) são, na lógica do mundo vivido por eles, estratégias racionais escolhidas dentro de sua realidade social e afetiva: o adolescente age a partir do que conhece, do que espera e do que sente ser possível dentro de seu mundo da vida.

Por outro lado, analisando os motivos "para", as entrevistas revelaram como o sofrimento pode mover os adolescentes a transformações subjetivas, como no caso de A12 que faz o planejamento de projetos de transformação pessoal a partir deste sentimento:

"O jeito que eu acho para lidar com todo o meu sofrimento é primeiramente, virar uma pessoa melhor, porque eu acho que se está ruim dá para mudar e enquanto dá para mudar, eu vou tentar mudar e é isso. E se eu acho que só mudando não vai ser bom o suficiente, então eu também quero ajudar a mudar os outros, fazer a vida dos outros melhor. Eu tento fazer diferente sendo amigável, ajudando os outros. Só que eu pretendo fazer isso em grande escala quando eu for maior, trabalhando para alguma coisa que vá ajudar a mudar o mundo, talvez virar político, alguma coisa assim, mas sei lá desde que eu esteja fazendo bem, eu acho que isso também vai fazer eu me sentir muito bem." (A12)

Essa perspectiva revela uma construção ativa de sentido, em que o sofrimento se transforma em mobilização para novos projetos de vida. No caso de A11, outras estratégias foram mobilizadas de forma individual, como a dança:

"E aí, eu me escolhi, eu tentei achar as formas mais fáceis de sair daquele sofrimento, como dançar. Eu comecei a fazer, eu já fazia dança, mas eu procurei para fazer dança de novo. Qual foi sua motivação? (Pesquisadora) "O meu pai. Porque ele gostava muito de música gaúcha." (A11)

No caso de A11, observa-se que os motivos "porque" estão ligados ao vínculo afetivo com o pai e ao valor atribuído à música gaúcha, enquanto os motivos "para" se expressam na compreensão de que a dança ajudava a superar a depressão e a ansiedade. Essa escolha, ainda que fora do campo da ajuda formal, revela como a

busca de ajuda pode assumir formas singulares, orientadas por vínculos afetivos, práticas culturais e reorganizações internas em busca de estabilidade.

A busca de ajuda entre adolescentes desta pesquisa não segue um padrão linear, mas se configura como uma ação seletiva, orientada por vínculos de confiança e pela avaliação subjetiva do contexto em que o sofrimento se manifesta. Um aspecto relevante observado foi que a família não emergiu como primeira opção para a procura de apoio, o que sugere tanto a percepção de fragilidades nessas relações quanto o receio de não encontrar acolhimento adequado nesse espaço. A escolha por silenciar, recorrer a pares de maior proximidade ou investir em estratégias individuais de autorregulação aparecem como expressões legítimas da ação no mundo vivido, sustentada por motivações que derivam da biografia e do estoque de conhecimento dos próprios adolescentes.

Em contraste, Leitão et al. (2025), ao analisarem os itinerários terapêuticos de crianças e adolescentes atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, identificaram os pares e familiares como primeira estratégia mobilizada no enfrentamento do sofrimento. Os autores acrescentam que em situações de medo de julgamentos e experiências prévias de deslegitimação, essa situação influenciou na decisão de permanecer em silêncio ou de buscar estratégias individuais. O acesso a serviços formais foi acionado apenas em situações de maior gravidade ou quando o apoio informal se mostrou insuficiente. Assim, tanto no presente estudo quanto em Leitão et al. (2025), a busca de ajuda revela-se um processo atravessado por expectativas, experiências biográficas e contextos relacionais, ainda que com diferenças quanto ao papel da família na busca por ajuda.

Assim, a ação de buscar ajuda assume contornos singulares, ora marcada por movimentos ativos de procura por apoio, ora por formas mais silenciosas de sinalizar o sofrimento. Esses achados dialogam com a tipologia proposta por O'Neill et al. (2023), que identificou diferentes perfis de adolescentes no processo de busca de ajuda diante do sofrimento emocional: os adolescentes guiados por outros que percebem o sofrimento, ou seja, que só buscam ajuda quando alguém próximo toma a iniciativa; os motivados e focados em soluções, que procuram apoio ativamente e valorizam o suporte recebido; os céticos, que possuem desconfiança sobre a

eficácia de pedir ajuda, devido a experiências anteriores negativas; e os que preferem a autorregulação, lidando sozinhos com o sofrimento.

Alguns autores reforçam que a percepção da causa do sofrimento exerce papel decisivo não apenas na decisão de buscar ajuda, mas também na forma como esse movimento acontece. Quando os adolescentes associam o sofrimento a conflitos familiares ou situações de exclusão social, o apoio é procurado como estratégia de autopreservação; quando percebem que a causa repercute também sobre os outros, como em casos de violência doméstica ou conflitos entre pares, o movimento de buscar ajuda adquire um caráter de proteção coletiva (O'NEILL, HUMPHREY E STAPLEY, 2023). Os autores ainda apontam que, diante do reconhecimento de sintomas como ansiedade ou depressão, a procura tende a ser mais direta, seja em serviços formais ou junto a pessoas de confiança. Em contrapartida, quando o sofrimento é percebido como individual, prevalecem estratégias de autorregulação, sendo que a busca por apoio pode ser evitada quando há percepção de injustiça estrutural ou descrença na eficácia da ajuda disponível.

Nesse sentido, tanto os achados desta pesquisa quanto as contribuições da literatura convergem para mostrar que o silêncio, o pedido de apoio formal ou informal e a criação de estratégias próprias são modos legítimos de ação no mundo vivido, orientados por motivações que só ganham sentido à luz da situação biográfica e do estoque de conhecimento de cada sujeito (SCHUTZ, 1979). Schutz não busca elucidar causas, mas encontra nas motivações a chave para compreender o sentido da ação social. Nesse contexto, a busca de ajuda não pode ser reduzida a uma resposta objetiva a um problema, mas se constitui como ação carregada de significados, produzida intersubjetivamente e atravessada pelas experiências acumuladas ao longo da vida.

É nesse horizonte que se insere o próximo eixo de análise, voltado a aprofundar a compreensão do sofrimento psíquico a partir das experiências singulares dos participantes e dos saberes socialmente compartilhados que estruturam sua percepção sobre o sofrimento.

A indizibilidade do sofrimento psíquico na adolescência

Os relatos dos adolescentes revelaram, de modo recorrente, a dificuldade em explicar o que é o sofrimento psíquico e a percepção de que essa vivência não é legitimada pelos outros. Em muitos casos, a dor emocional foi experimentada como algo confuso, de difícil descrição, sem contornos claros — o que impedia o reconhecimento da gravidade tanto pelo próprio adolescente quanto pelos adultos ao seu redor. As tentativas de nomear o sofrimento mobilizaram um esforço interpretativo permeado por limitações linguísticas. A15 afirma que *“é uma tristeza que, tipo, é algo que tu não consegues explicar. É como se estivesse faltando alguma coisa em ti, mas tu não sabes o quê. É uma coisa que não dá para explicar”*; A2 descreve *“o sofrimento é uma escuridão”* e A16 diz que *“sofrimento é quando tu tens um sentimento ruim dentro de ti e tu não sabe como tirar ele.”* Alguns relatos revelam vivências tão intensas que escapam às formas tradicionais de expressão. A1 sintetiza: *“sofrimento, para mim, é quando tu não aguentas mais”*, utilizando o limite como critério para reconhecer a dor, sentida antes de ser nomeada.

Na perspectiva de Schutz (1979), a experiência vivida só se torna inteligível quando inserida em um estoque de conhecimento compartilhado, ou seja, quando existem referências socialmente disponíveis para nomear e expressar o vivido. Nessa lógica, a incompreensão ou banalização por parte de pais, professores, profissionais ou pares faz com que o adolescente não encontre um referencial intersubjetivo confiável para validar sua dor, como expressa A18 ao relatar a reação dos pais diante da autolesão sem intenção suicida: *“Eles pensaram que era besteira, que eu estava fazendo aquilo pra chamar atenção.”* Em outros casos, como o de A3, a negação materna de sua ansiedade reforçou o isolamento e levou à autolesão como forma de alívio:

“Acho que a minha maior dor foi quando eu tive minha primeira crise de ansiedade e eu não podia recorrer a ninguém porque eu não sabia o que estava acontecendo [...]. E a minha mãe dizia que eu não tinha ansiedade, mas eu estava tendo uma crise de ansiedade. Eu achava que ela não ia acreditar em mim [...] daí eu me cortei, para aliviar.” (A3)

A indizibilidade do sofrimento, portanto, não é apenas uma questão linguística, mas também social, onde o que não é validado no coletivo tende a permanecer incompreendido e, consequentemente, silenciado. Achterbergh et al.

(2020) descrevem, o que chamam de “ciclo vicioso”: a não revelação do sofrimento produz isolamento, que produz solidão; a solidão, por sua vez, intensifica o sofrimento e, assim, o sofrimento se mantém oculto e invisível, ainda que profundamente presente na experiência subjetiva dos adolescentes.

Esse esvaziamento de referências simbólicas e relacionais conecta-se diretamente à indizibilidade do sofrimento psíquico, que se manifesta quando a palavra perde sua potência de mediação e o corpo assume o lugar de expressão da dor. Como apontam Nascimento, Queiroz e Barros (2025), ao analisarem postagens em grupos de uma rede social voltados a adolescentes que se identificam com práticas autolesivas sem intenção suicida, essas práticas emergem como tentativas de dar voz ao impossível de nomear, constituindo-se como marcas que procuram representar o irrepresentável e traduzir aquilo que escapa ao registro simbólico. Nas postagens analisadas, os adolescentes recorrem tanto à escrita quanto ao corte no corpo para lidar com experiências de vazio, *bullying* e conflitos relacionais, evidenciando que, diante da insuficiência de referências intersubjetivas, o ato corporal pode se impor como saída provisória para a angústia. Assim, a autolesão não aparece apenas como sintoma individual, mas como forma de comunicação do indizível, na qual o corpo se converte em linguagem quando não há palavras disponíveis para expressar a dor.

À luz dos conceitos de Schutz (1979), infere-se que a dificuldade de nomear o sofrimento está vinculada tanto à ausência de encontros “face a face” autênticos quanto à predominância de tipificações sociais que deslegitimam as experiências, considerando a representação social da adolescência como uma fase naturalmente “rebelde” ou “dramática”. Esse enquadramento contribui para que o sofrimento psíquico, conforme revelam as falas dos adolescentes, seja interpretado pela família como “besteira” ou mesmo alvo de negação e descrédito, fazendo com que o próprio adolescente tenha dificuldades em reconhecer possíveis problemas de saúde mental. Segundo Achterbergh et al. (2020) os adolescentes percebem que os sintomas de sofrimento são banalizados ou mal compreendidos por pares, familiares e pela própria escola, o que reforça a ideia de que o sofrimento não é legitimado.

Outro ponto a ser considerado, levantado por Hellström e Beckman (2021) diz respeito ao “auto estigma” dos próprios adolescentes em relação às questões de saúde mental. Segundo os autores, a incorporação de estereótipos negativos sobre

o sofrimento psíquico limita o desenvolvimento de habilidades para lidar com os desafios cotidianos e sustenta um ciclo de ocultamento e solidão. Assim, a indizibilidade se sustenta em uma dupla condição: de um lado, a ausência de tipificações que reconheçam a legitimidade do sofrimento; de outro, a incorporação, pelos próprios adolescentes, de discursos que desqualificam suas vivências, levando à retração, ao silêncio e à busca de outras formas, como a autolesão, de tornar a dor comunicável.

Essa problemática também pode revelar outro desafio, que consiste na ausência de literacia em saúde mental entre os adolescentes, que envolve a capacidade de identificar sinais de sofrimento e de reconhecer recursos de apoio disponíveis. Velasco et al. (2020), em uma revisão da literatura sobre barreiras e facilitadores no processo de busca de ajuda de adolescentes com problemas de saúde mental, apontam que as limitações da literacia em saúde mental configuram uma barreira significativa, sobretudo no que se refere ao reconhecimento das condições de saúde mental, tanto em si mesmos quanto nos outros, somado à falta de consciência sobre as fontes de ajuda disponíveis. Os autores destacam que a ampliação da literacia entre os adolescentes, independentemente de estarem vivenciando sofrimento psíquico ou não, pode representar uma estratégia para o fortalecimento do apoio social entre os pares.

No campo institucional, Carbonell et al. (2023) destacam que a escola pode atuar como espaço de detecção precoce de situações de saúde mental entre os adolescentes, desde que professores e demais profissionais estejam capacitados para reconhecer mudanças comportamentais e emocionais. Relações próximas e de confiança favorecem a ruptura do isolamento e reduzem o estigma. Contudo, segundo os autores, quando prevalece uma visão estigmatizante, interpretando sinais de sofrimento como “drama” ou “preguiça”, a escola tende a reforçar a invisibilidade e a dificultar a busca de ajuda.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de investir em práticas que não apenas transmitam informações, mas que também promovam espaços de diálogo e participação ativa dos adolescentes. Braga e d'Oliveira (2019) defendem um cuidado em saúde mental que valorize a escuta qualificada e o protagonismo de crianças e adolescentes na construção de políticas públicas. Na Atenção Primária à Saúde, experiências como a relatada por Sebastião e Bianchi (2025) mostram que a criação

de grupos de adolescentes mediados por equipes interprofissionais e intersetoriais fortalece vínculos e possibilita que vivências silenciadas encontrem reconhecimento no encontro com o outro. Esse tipo de estratégia não apenas facilita a nomeação do sofrimento, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades para a vida, incluindo a autocompreensão e o entendimento sobre fatores estruturais, como pressões sociais e escolares, que impactam a saúde mental (CARBONELL et al., 2023).

Portanto, torna-se necessário que as políticas públicas intersetoriais de saúde mental incluam ações que garantam espaços permanentes e qualificados de escuta aos adolescentes, articulando escola, serviços de saúde e assistência social (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019). Considerando que, muitas vezes a família se apresenta como um espaço de acolhimento fragilizado, é fundamental investir na formação de profissionais para detecção precoce e escuta ativa, com foco na redução do estigma e na valorização do protagonismo do adolescente.

Na perspectiva de Schutz (1979), essas estratégias só alcançam eficácia quando partem do reconhecimento do mundo da vida dos adolescentes e de sua situação biográfica, considerando os “motivos porque” e os “motivos para” que orientam suas ações. Ao compreender que o sofrimento psíquico se constrói intersubjetivamente, mediado por encontros (ou pela ausência deles) e moldado por tipificações socialmente partilhadas, é possível desenvolver políticas e práticas que não apenas intervenham sobre sintomas, mas que também restitua ao adolescente um lugar legítimo de fala e de sentido dentro de sua rede social e institucional. Assim, a superação da indizibilidade e da invisibilidade do sofrimento passa, necessariamente, por reconhecer o adolescente como ator social capaz de atribuir e construir significados para sua experiência, em diálogo com outros significativos no espaço escolar, familiar, comunitário e nos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sofrimento psíquico revelou-se como uma experiência que emerge nas interações sociais, sentido de forma individual e singular por cada adolescente, sendo o sofrimento psíquico na adolescência construído e significado nas interações do mundo da vida, estando profundamente marcado pelas relações sociais, principalmente aquelas construídas na escola e no contexto familiar.

Os achados evidenciaram que fragilidades nos vínculos intersubjetivos e a presença de tipificações sociais, que deslegitimam o sofrimento psíquico na adolescência, contribuem para o silenciamento e a indizibilidade deste fenômeno. As ações mobilizadas diante dessas vivências se estruturam a partir de “motivos porque” e “motivos para”, articulando experiências passadas e expectativas futuras, o que explica a diversidade de estratégias movidas pelos adolescentes, do silêncio à busca de apoio formal ou informal, passando por iniciativas próprias de ressignificação do sofrimento psíquico. Reconhecer essas motivações e o estoque de conhecimento dos adolescentes é fundamental para orientar práticas e políticas que transcendam a abordagem sintomatológica, investindo em espaços de escuta qualificada, redução do estigma e fortalecimento das redes intersetoriais.

O fato de as entrevistas ocorrerem no ambiente escolar pode ter influenciado a expressão dos participantes, considerando possíveis vínculos ou percepções relacionadas à instituição, consistindo em uma possível limitação do estudo. Para aprofundar a compreensão do fenômeno, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo para diferentes contextos geográficos e socioculturais, incluindo adolescentes fora do ambiente escolar, de áreas rurais, comunidades indígenas e quilombolas, de modo a contemplar estoques de conhecimento e situações biográficas diversas.

REFERÊNCIAS

- ACHTERBERGH, Louis et al. The experience of loneliness among young people with depression: a qualitative meta-synthesis of the literature. **BMC Psychiatry**, v. 20, n. 415, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12888-020-02818-3>>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- ANDRADE, Sandra; MEYER, Dagmar. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. Curitiba: **Educar em Revista**, edição especial, n. 1, p. 85-99, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/nspe-1/a07.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes; SERPELONI, Fernanda. O tema da adolescência na saúde coletiva – revisitando 25 anos de publicações. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4831-4842, 2020.

AVANCI, Joviana Quintes et al. Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 287-294, 2007.

BARBOSA-SILVA, Larissa Horácio; PEREIRA, Álvaro Itáúna Schalcher; RIBEIRO, Francisco Adelson Alves. Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 6, n. 1, e026, p. 1-19, jan./abr., 2021. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n1.e026.id1045>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRAGA, Claudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 401-410, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.30582016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FbPFkF3yqR9ZZvXh9xkkPSh>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, 2012. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2020.

CAPALBO, Creusa. **A intersubjetividade em Alfred Schutz**. Veritas, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 289-298, 2000.

CARBONELL, Ángela et al. The hodgepodge reality: a qualitative systematic review of the challenges and barriers in child and adolescent mental health care systems. **Adolescent Research Review**, v. 9, p. 563-586, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40894-023-00227-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40894-023-00227-7>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CAVALCANTI, Jaqueline Gomes et al. Bullying no contexto da adolescência: um estudo das representações sociais. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 96-114, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i2.3287>. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3287>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid et al. Trabalho em rede na atenção e cuidado à criança e ao adolescente em sofrimento psíquico. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 15, n. 57, p. 358-375, out. 2021. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v15i57.3201>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

DA SILVA, José Carlos Pacheco et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2643-2652, 2021.

FREITAS, Rodrigo Jacob Moreira de; MOURA, Natana Abreu de; MONTEIRO, Ana Ruth Macêdo. Violência contra crianças/adolescentes em sofrimento psíquico e cuidado de enfermagem: reflexões da fenomenologia social. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, e52887, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.01.52887>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/9y5FVyfTzFZ5D9rrJ7xWJ4P>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HELLSTRÖM, Lisa; BECKMAN, Linda. Life challenges and barriers to help seeking: adolescents' and young adults' voices of mental health. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 24, p. 13101, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph182413101>. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/24/13101>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

HINDUJA, Sameer; PATCHIN, Justin. Bullying, cyberbullying and suicide. **Archives of Suicide Research**, v. 14, Issue 3, p. 206-221, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13811118.2010.494133>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

HUDSON, Georgie et al. Do coping mechanisms moderate the effect of stressful life events on depression and anxiety in young people? A case–control study from Latin America. **BMJ Mental Health**, v. 28, p. 1–8, 2025. Disponível em: <DOI: 10.1136/bmjment-2024-301087>. Acesso em: 13 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 162 p. ISBN 978-65-87201-77-1. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2025.

LEITÃO, Igor Brum et al. Saúde mental infantojuvenil: análise de itinerários terapêuticos em município de interior e sem Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, e00115824, 2025. DOI: 10.1590/0102-311XPT115824. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT115824>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

LOCH, Ana Paula et al. Victims, bullies and bully–victims: prevalence and association with negative health outcomes from a cross-sectional study in São Paulo, Brazil. **International Journal of Public Health**, v. 65, n. 9, p. 1647-1655, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00038-020-01481-5>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

LOPES, Leandro; CARVALHO, Denis. Juventude assentada e a identidade vinculada à terra. **Psicologia e Sociedade**, v. 29, p. 1-10, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e159034.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, Marina Diniz Luna do; QUEIROZ, Edilene Freire de; BARROS, Paula Cristina Monteiro. Sobre o (im)possível de dizer: uma discussão psicanalítica sobre as escarificações entre adolescentes na atualidade. **Revista Psicologia e**

Saúde, Campo Grande, v. 17, e17022187, jan./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.20435/pssa.v1i1.2187>. Disponível em: <https://revistas.ucdb.br/pssa/article/view/2187>>. Acesso em: 09 ago. 2025.

O'NEILL, Alisha et al. Adolescent help-seeking: an exploration of associations with perceived cause of emotional distress. **Frontiers in Public Health**, v. 11, e1183092, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2023.1183092>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2023.1183092/full>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

O'NEILL, Alisha; HUMPHREY, Neil; STAPLEY, Emily. A systematic review of qualitative research focusing on emotional distress among adolescents: perceived cause and help-seeking. **Adolescent Research Review**, v. 8, p. 387-402, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40894-022-00203-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40894-022-00203-7>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PIGOZI, Pamela Lamarca; MACHADO, Ana Lúcia. Bullying na adolescência: visão panorâmica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3509-3522, nov. 2015. DOI: 10.1590/1413-812320152011.05292014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.05292014>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RIBEIRO, Nicolly da Silva Nogueira; ALVES, Silvana Ferreira da Silva. Interações familiares conflituosas e seus efeitos no desenvolvimento da depressão. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e391111638169, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38169>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38169>. Acesso em: 03 abr. 2025.

ROSSI, Livia Martins et al. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, e00125018, 2019. Disponível em: < doi: 10.1590/0102-311X00125018>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SCHNEIDER, Jacó Fernando. O método fenomenológico na pesquisa em enfermagem psiquiátrica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 17, n. 2, p. 100-108, 1996.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Compilação de Maurice Natanson. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Compilação de Helmuth Wagner. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre a fenomenologia e relações sociais**. São Paulo: Vozes, 2012.

SEBASTIÃO, Ingrid Alessandra de Carvalho; BIANCHI, Pamela Cristina. Integralidade do cuidado no processo de adolecer: experiência de grupo na Atenção Primária à Saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 29, e240596, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.240596>. Disponível em: <<https://www.interface.org.br>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

TRIANNI, Alessandra; TAUSCH, Amy; OLIVEIRA E SOUZA, Renato. Avançando a saúde mental nas Américas: desafios e oportunidades. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 9, e00162325, 2025. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT162325>>. Acesso em: 13 set. 2025.

VELASCO, Antonia Aguirre et al. What are the barriers, facilitators and interventions targeting help-seeking behaviours for common mental health problems in adolescents? A systematic review. **BMC Psychiatry**, v. 20, n. 293, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12888-020-02659-0>. Disponível em: <<https://bmcp psychiatry.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12888-020-02659-0>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Mental health of adolescents. **WHO News-Room – Fact sheets** [online]. 10 oct. 2024. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

XAVIER, Cyntia Renata; DIAS, Erica de Almeida; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. O relacionamento familiar com adolescentes depressivos. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 4, n. 1, p. 518-525, 2021. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/revistainiciacao/index.php/revistainiciacao/article/view/518>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

A presente tese possibilitou compreender as experiências de sofrimento psíquico na adolescência a partir da perspectiva dos próprios adolescentes, revelando que tais vivências não podem ser reduzidas a categorias diagnósticas ou normativas. Ao lançar mão da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, foi possível acessar os significados atribuídos pelos adolescentes às suas experiências, reconhecendo-os como sujeitos singulares, situados em contextos relacionais e biográficos específicos. Essa abordagem evidenciou que o sofrimento emerge, sobretudo, das fragilidades nas relações familiares e escolares, e se manifesta em sentimentos de tristeza, autolesão, desvalorização e na dificuldade de nomear ou de falar sobre o sofrimento psíquico, que muitas vezes é silenciado pelo não reconhecimento do outro e do próprio adolescente.

Um dos aprendizados centrais foi identificar que os adolescentes constroem estratégias diante do sofrimento, que vão do silêncio e da autolesão até a busca de apoio em pares, professores e serviços de saúde, revelando tanto vulnerabilidades quanto potências. Reconhecer tais estratégias amplia a compreensão sobre os modos como os adolescentes significam e enfrentam o sofrimento, convidando pesquisadores e profissionais a olhar para além da patologização e considerar a dimensão relacional, intersubjetiva e situada dessas vivências.

Do ponto de vista científico, a tese contribui ao ampliar a produção de conhecimento sobre saúde mental na adolescência no campo da Saúde Coletiva, um tema marcado por lacunas teóricas e metodológicas. Ao valorizar a experiência dos adolescentes no contexto escolar, a pesquisa reforça a necessidade de futuras investigações que aprofundem a escuta qualificada e explorem como fatores sociais, culturais e políticos moldam o sofrimento psíquico na adolescência. Estudos comparativos entre diferentes territórios, faixas etárias e grupos sociais podem enriquecer o debate e oferecer subsídios ainda mais robustos para a elaboração de políticas públicas que abordem essa população.

No campo das práticas, os achados apontam para a importância de fortalecer ações intersetoriais entre saúde, educação e assistência social, reconhecendo a escola como espaço estratégico para prevenção e promoção da saúde mental. Ressalta-se a necessidade de políticas públicas que incorporem o protagonismo dos adolescentes na formulação das estratégias de cuidado, buscando que a adolescência seja abordada pela ótica daqueles que a vivenciam.

Assim, esta tese se soma ao esforço coletivo de dar visibilidade ao sofrimento psíquico na adolescência como fenômeno social, relacional e singular. Ao reconhecer os adolescentes como sujeitos ativos na construção de sentidos e na busca de caminhos diante do sofrimento, abre-se a possibilidade de avançar em práticas humanas, inclusivas e integrais. Espera-se que este trabalho inspire novas pesquisas e contribua para o fortalecimento da saúde coletiva enquanto campo comprometido com a defesa da vida e com a promoção do bem-estar das futuras gerações.